AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO

BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2019
V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
14-18 abril
CRISE ECOLÓGICA E MIGRAÇÕES: LEITURAS E RESPOSTAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Ficha técnica

Redação: APA - Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Data: maio de 2019

AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. ANTECEDENTES 4

3. V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EA DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA 5

4. REPRESENTAÇÃO DA APA 6

5. CURSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL 7

6. COMUNICAÇÕES ORAIS 11

7. REUNIÕES BILATERAIS 14

8. DIVULGAÇÃO DO CONGRESSO 14

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 16

ANEXOS

- Programa do congresso
- Apresentações do curso de AIA
- Comunicações orais
- Reportagens

1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento da importância dos processos de Educação Ambiental nas políticas públicas de Ambiente esteve sempre presente desde os seus primeiros exercícios, tanto internacionais como nacionais. A difusão de informação, a sensibilização para desafios e comportamentos concretos, o envolvimento das comunidades e sua ativa participação na tomada de decisão assumiram-se dimensões essenciais face a comportamentos ambientais global e urgentemente requeridos.

Neste contexto, resultam evidentes os esforços de compromisso suprarregional levados a cabo desde os anos 70 do século passado até aos nossos dias, de que são exemplo as frequentes conferências internacionais sob a égide das Nações Unidas.

À escala nacional, colhendo esforços das suas sociedades civis foram sendo construídas agendas e instrumentos de ação, de diferentes hierarquias, de educação ambiental. Portugal tem-se destacado nesta dinâmica, por impulso público e com redobrado empenho das suas organizações não-governamentais, seja no desenvolvimento de referenciais e instrumentos pedagógicos, formação de quadros, dinamização de projetos, adoção de planos de sustentabilidade ou na cooperação entre agentes. As diferentes e regulares jornadas, seminários ou encontros (nacionais) neste domínio evidenciam reconhecimento da massa crítica e capacidade instaladas que têm permitido cooperação para além das fronteiras físicas locais.

Um dos amplos exemplos da competência disponível e determinação estruturada, envolvendo iniciativa abrangente do mundo associativo e académico permitiu, desde 2005, lançar o Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Galiza, evento promovido bianualmente e que vem agregando apoio redobrado das autoridades nacionais.

A tutela nacional de Ambiente tem vindo a assumir relevante apoio técnico e financeiro a projetos de cooperação ao longo dos últimos anos; esse esforço, também através da APA, deve manter-se próximo no apoio e compromisso igualmente a esta iniciativa internacional.

A ENEA 2020-Estratégia Nacional de Educação Ambiental, aprovada em Portugal em 2017, tem granjeado amplo (também internacional) reconhecimento, tanto pelas suas opções de construção, conceção e organização, como no inequívoco compromisso de suporte às medidas preconizadas.

2. ANTECEDENTES



O I Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Galiza ocorreu em 2007 em Santiago de Compostela, contando com 250 participantes, oriundos dos oito países de língua portuguesa e Galiza.

(A premência de tal iniciativa tem origem nos trabalhos do VI Congresso Ibero-americano de Educação ambiental, em 2007, onde se começou a reconhecer a necessidade da articulação permanente nesta área da lusofonia.)

O Brasil promoveu, em 2013, o II Congresso Lusófono de Educação Ambiental dos países de língua portuguesa e Galiza, em Cuiabá, Mato Grosso reunindo também grande número de especialistas, quer públicos, quer da sociedade civil.

Em 2015, Portugal recebeu o III Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e das Comunidades de Língua Portuguesa na Torreira, Murtosa (Aveiro) entre 8 e 11 de julho. A Comissão Organizadora desta edição integrou representantes de três instituições: uma ONGA (ASPEA- Associação Portuguesa de Educação Ambiental), uma Universidade (Fábrica Centro Ciência Viva, Universidade de Aveiro) e uma autarquia (C.M. da Murtosa). A APA apoiou institucionalmente esta edição do congresso.

O DCOM esteve representado através do Diretor de Departamento, Francisco Teixeira, do signatário e dos técnicos Jorge Neves e Lurdes Soares. Foram apresentadas 3 comunicações com temas relacionados com as atribuições deste departamento, nomeadamente: Desafios da Educação Ambiental para a Sustentabilidade; Democracia Ambiental; Equipamentos de Educação Ambiental.

O DCOM assegurou ainda participação na Sessão de Encerramento em representação do CD da APA e uma moderação de mesa redonda.

A APA apoiou institucional e financeiramente o IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa na ilha do Príncipe, em São Tomé e Príncipe, no mês de julho de 2017. A APA e a SGMAMB partilharam as despesas de deslocação e alojamento de dois técnicos superiores da Administração Pública por país dos PALOP e Timor Leste, através do montante que têm no fundo especial da CPLP.

Neste âmbito, foi integrado no congresso um curso de Avaliação de Impacte Ambiental dirigido a técnicos da Administração Pública dos PALOP e de Timor Leste, necessidade de formação que tem sido insistentemente diagnosticada e solicitada por estes países. Articulou-se desta forma, a oportunidade deste grupo adquirir competências quer em AIA, quer na promoção da Educação Ambiental através da participação neste Congresso. Foram formadores da APA o Chefe da Divisão de Cidadania Ambiental (Augusto Serrano), cuja divisão inclui as competências de Educação Ambiental e Participação Pública de AIA e a técnica superior Rita Fernandes do DAIA, departamento com responsabilidade na Avaliação de Impacte Ambiental e Pós-Avaliação.

O DCOM realizou ainda 5 comunicações orais no IV Congresso, nomeadamente: Estratégia Nacional de Educação Ambiental; Democracia Ambiental; Constituição e dinâmica de ONGA; Participa.pt; Portal do Estado do Ambiente.

3. V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EA DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O programa do V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa dá continuidade à metodologia dos congressos anteriores, contribuindo para a formulação de políticas públicas que ajudem ao fortalecimento da educação ambiental nos países Lusófonos e Galiza. Este espaço tem como objetivos específicos:

- *Fortalecer processos conjuntos de investigação, formação e informação, no campo da Educação Ambiental, contribuindo para o debate sobre o futuro do planeta. Isto representa um convite aos participantes para articularem suas identidades perante os desafios da Educação Ambiental nos países Lusófonos e Galiza;*
- *Melhorar a produção científica em português, valorizando as iniciativas de revistas periódicas e outros meios de divulgação sobre Educação Ambiental;*
- *Promover a comunicação científica sobre a Educação Ambiental por meio da comunicação educativa, como os materiais pedagógicos e os diversos sistemas digitais, como blogs, sites, redes escolares e listas de discussão;*
- *Construir um processo de aprendizagens permanente que favoreça a identidade lusófona na estrutura filosófica de Educação Ambiental.*

A estrutura do congresso foi idealizada com base nas sugestões e contributos resultantes do processo participativo na REDELUSO e desenvolveu-se em 6 eixos temáticos:

1. *A Educação Ambiental como resposta às alterações climáticas e aos riscos e desastres ambientais.*
2. *A Educação Ambiental nos equipamentos, conservação e gestão ambiental.*
3. *A Educação Ambiental no sistema educativo.*
4. *A Educação Ambiental na valorização socioeconómica das comunidades locais.*
5. *A Educação Ambiental como contributo para a conservação dos valores e saberes tradicionais.*
6. *A Educação Ambiental como estratégia de apoio a programas de bem estar, saúde e alimentação.*

O evento contou com cerca de 400 participantes.

4. REPRESENTAÇÃO DA APA

Considerando que a APA tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- *Propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente (…)*
- *Promover, numa lógica de parceria com diversos atores, a educação, formação e sensibilização para o Ambiente e desenvolvimento sustentável;*
- *Apoiar a consagração de conteúdos de ambiente nos programas de todos os graus de ensino, colaborando com as entidades competentes na formação dos agentes educativos e na implementação daqueles mesmos programas.*
- *Exercer as funções de Autoridade Nacional de Avaliação de Impacte Ambiental e de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas*

E atendendo:

- À importância que este congresso possui para a promoção das políticas de educação ambiental e partilha de conhecimentos entre os diversos atores participantes;
- Ao facto de ser um congresso internacional, que integra representações dos países lusófonos e da Galiza, constituindo um fórum único nesta área;
- À circunstância deste congresso ser organizado pelo Governo da Guiné Bissau e aos princípios de cooperação internacional com os PALOP;
- Ao facto da Estratégia Nacional de Educação Ambiental ter sido recentemente aprovada;
- A ASPEA constituir uma ONGA, com efetivo e reconhecido trabalho na área da Educação Ambiental.
- Estar esta ONGA dotada de um professor destacado ao abrigo do protocolo de cooperação entre as tutelas do ambiente e da educação (prevê uma rede de docentes destacados em ONGA para a coordenação de projetos de EA).

A APA apoiou institucionalmente o V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e assegurou a participação do Diretor do Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiente, Francisco Teixeira.

A SGMATE apoiou as despesas de deslocação e alojamento de um técnico superior da Administração Pública por país dos PALOP e Timor Leste, através do montante que tem no fundo especial da CPLP.

Neste âmbito, e na sequência do último congresso realizado no Príncipe, foi integrado no V congresso um curso de Avaliação de Impacte Ambiental dirigido a técnicos da Administração Pública dos PALOP e de Timor Leste, necessidade de formação que tem sido insistentemente

diagnosticada e solicitada por estes países. Articulou-se desta forma, a oportunidade deste grupo adquirir competências quer em AIA, quer na promoção da Educação Ambiental através da participação neste Congresso.

Foram formadores da APA o Chefe da Divisão de Cidadania Ambiental (Augusto Serrano), cuja divisão inclui as competências de Educação Ambiental e Participação Pública de AIA e a técnica superior Rita Fernandes do DAIA, departamento com responsabilidade na Avaliação de Impacte Ambiental e Pós-Avaliação.

5. CURSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

O curso de Avaliação de Impacte Ambiental, integrado no congresso, realizou-se nos dias 15 e 16 de Abril de 2019.

Inicialmente inscritos 10 formandos (1 por cada país dos PALOP e 1 de Timor Leste + 5 da Guiné Bissau), foram incluídos outros técnicos da administração pública da Guiné Bissau que demonstraram interesse em frequentar esta ação.

Foi disponibilizada uma pasta digital para o formando que para além das apresentações do curso e das comunicações orais apresentadas no congresso, incluía também diversos documentos técnicos e manuais de AIA assim como documentos de planeamento da APA e do MATE. Incluiu-se também a Estratégia Nacional de Educação Ambiental.

O curso foi ministrado de acordo com a seguinte planificação:

Módulo	Objetivos	Conteúdos	Horas
Módulo I Os produtos do procedimento de AIA	Conhecer a estrutura e conteúdo do Parecer da Comissão de Avaliação. Conhecer a estrutura e conteúdo do relatório de Consulta Pública Conhecer a estrutura e conteúdo da Declaração de Impacte Ambiental Saber quais as entidades intervenientes na elaboração e responsabilidade de emissão Conhecer o objetivo, a estrutura e o conteúdo da Decisão de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução	• Parecer da Comissão de Avaliação – Estrutura e organização – Conteúdo – Conclusões – Anexos – Relevância formal • Declaração de Impacte Ambiental – Estrutura e organização – Conteúdo – Natureza da decisão – Responsabilidade de Emissão • Relatório da Consulta Pública – Estrutura e organização – Conteúdo – Formas de análise das exposições – Finalidade • Decisão de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução: – Estrutura e organização – Conteúdo – Natureza da decisão – Responsabilidade de Emissão	**3h30m**

Módulo II RECAPE / Pós Avaliação	Distinguir a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução da Pós-Avaliação Abordagem sobre o que atualmente é realizado na Pós-Avaliação Produtos da Pós-Avaliação	• Análise documental vs análise *in situ*: – Recursos – Objetivos e resultados • Instrumentos atualmente utilizados na Pós-Avaliação – Monitorização – Verificação do Cumprimento das Decisões – Auditorias – Visitas ao Local Pareceres, Relatórios das Visitas e Tabelas de Verificação	**3h30m**
Módulo III Eventos realizados em AIA	Conhecer alguns eventos previstos ou facultativos do procedimento de AIA	• Reuniões com proponente, consultor e Comissão de Avaliação – organização, objetivos e resultados – Apresentação do projeto em AIA – Discussão e elaboração dos pareceres e proposta de decisões – Sessões de esclarecimento – Pontos de situação, adequação de metodologias e discussão de resultados da Pós-Avaliação • Eventos e instrumentos de Consulta Pública – Inquéritos – Reuniões locais, reuniões setoriais – Sessões de Esclarecimento Públicas – Preparação, objetivos e resultados • Visitas ao local do projeto (AIA e Pós-Avaliação) – Preparação, organização e participantes – Objetivos e resultados	**1h**
Módulo IV Exemplos práticos	Discutir impactes de projetos no ambiente	• Exemplos de projetos: – Turísticos; Rodoviários; Industrias; Energia	**2h**

Lista dos participantes:

Nome	País	Nome	País
Morto Baiem Fande	Guiné-Bissau	Yanick N. S. S.Soares	Guiné-Bissau
Elisabete A. Silva	Guiné-Bissau	Florentino Mango	Guiné-Bissau
Alexandre Cabral	Guiné-Bissau	Mário Biague	Guiné-Bissau
Américo N. W. Sanhá	Guiné-Bissau	Filipe Manuel Monteiro	Guiné-Bissau
Amadú Insambé	Guiné-Bissau	Samuel Emanuel Pontes	Guiné-Bissau
Habdel K. A. Tavares	Guiné-Bissau	Edivaldo Pinto Cabral	Guiné-Bissau
Hamilton Monteiro	Guiné-Bissau	Tânia Maurício Cruz	Cabo Verde
Guilherme da Costa	Guiné-Bissau	Neiva A.G. Centeio	Cabo Verde
Bealal Mandé	Guiné-Bissau	Juliano Ferreira	Portugal
Serifo Sanhá	Guiné-Bissau	Agostinho Francisco Cachapa	Angola
Moizés Alberto Sanca	Guiné-Bissau	Karelia Costa	Angola
Samory G.G. de Sousa	Guiné-Bissau	Eliseu Chiandela	Moçambique
Sadjá Mané	Guiné-Bissau	Fabiana Queirós	Guiné-Bissau
Auden Seidi	Guiné-Bissau	Luciana da Silva	Guiné-Bissau
Elisa Luísa Sandra Pereira	Timor Leste	Noeo S. A. Cardoso	Guiné-Bissau
Paula Leite	Guiné-Bissau	Quintino Imbadji	Guiné-Bissau
Adão Luís Mendes	Guiné-Bissau		



Uma vez mais o minicurso de AIA foi bastante popular no âmbito do congresso, levando a um significativo aumento do número de formandos, principalmente oriundos da administração pública do país anfitrião.

Assim, para além dos técnicos inicialmente previstos, contou-se com um total de 33 formandos, conforme tabela anterior. O número de formandos foi apenas limitado pelas condições físicas da sala de aula, que não suportava mais lugares sentados.

Na perspetiva dos formadores e da organização do congresso, o sucesso do minicurso de AIA prende-se com o facto de ser próximo e integrado num congresso de Educação Ambiental com presença de muitos técnicos das administrações públicas dos PALOP e de Timor Leste. O facto de não se realizar em Lisboa, permite que não seja apenas um curso para chefias, mas muito mais dirigido aos técnicos que trabalham diariamente nesta área.

Importa equacionar a possibilidade de futuramente integrar também técnicos do Brasil, atendendo à curiosidade demonstrada por vários representantes deste país, presentes no congresso.

Durante a formação verificou-se um constante interesse dos formandos quer através de colocações de dúvidas, apresentações de exemplos, troca de experiências e discussão de temáticas específicas.

Verificou-se ainda uma enorme curiosidade em entender como decorre o procedimento de AIA em Portugal, como a Administração (APA) resolve problemas que surgem nesses procedimentos e se relaciona com as entidades participantes.

A discussão relativa às tipologias de projetos abrangidos por este instrumento da política de Ambiente assim como ao acompanhamento pós-obra e monitorização é sempre um dos módulos mais interessantes e com uma participação maior. Esta componente mais prática permite esclarecer dúvidas mais concretas, recorrendo a exemplos reais e a discussão de grupo. O tema relativo ao planeamento, objetivos e realização de eventos de consulta pública, assim como as responsabilidades e comportamento dos diversos atores gerou um interesse particular.

Considerando uma continuidade destas ações de formação, e resultado da opinião dos formandos face às dúvidas e preocupações demonstradas durante o curso, será de apostar nas seguintes temáticas:

- Elaboração de Matrizes de impactes
- Medidas compensatórias vs. Medidas de minimização – enquadramento nas decisões, planeamento e implementação
- Implementação de Medidas Compensatórias – biodiversidade e comunidades locais
- Participação pública – Convenção de Aarhus - a Informação, participação e acesso à justiça em AIA
- Educação ambiental - como instrumento para fortalecer a participação em AIA
- Auditorias – aplicação prática e resultados obtidos
- Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em AIA – relação e análise
- Execução de obras costeiras – preocupações e minimização

Apesar da diversidade de modelos e experiencias de aplicação do regime jurídico de AIA nos diferentes países, existe uma linha comum quer na forma quer nos objetivos, assim como uma relativa coincidência nas dificuldades sentidas na sua aplicação.

Atendendo ao atrás exposto, e para além das temáticas propostas, seria interessante prever um módulo de apresentação estudos de casos / projetos por parte dos formandos (um por delegação) seguido de discussão.

Por outro lado, é interessante verificar abordagens inovadoras em diversas fases do procedimento de AIA. Apesar de adotadas por diferentes países em função das suas especificidades ambientais, culturais, sociais e económicas, algumas poderiam ser perfeitamente adotadas por qualquer país, considerando se traduzem num potencial de melhoria do procedimento de AIA.

Considerando a experiencia já adquirida, e na senda da melhoria contínua, os formandos irão remeter a todos os formandos um questionário online, não só para recolher a opinião de todos sobre o conteúdo ministrado, mas também relativo à prestação dos formadores. Este questionário deverá também incluir questões relativas a perspetivas futuras. Os resultados trabalhados deste inquérito, será depois transmitido aos organizadores do próximo congresso.
Os formadores consideram a experiência extremamente enriquecedora, quer a nível pessoal como ao nível técnico, permitindo levar novas experiências, novas ideias e perspetivas diferentes para a resolução de dificuldades na aplicação deste Instrumento da política de Ambiente, assim como a identificação de novas metodologias de trabalho.

6. COMUNICAÇÕES ORAIS

Foram apresentadas, pelo Diretor de Comunicação e Cidadania Ambiental 4 comunicações orais no Congresso, nomeadamente:

Painel: Do Marco Conceptual às Políticas de EA nos países da CPLP

Estratégia Nacional de Educação Ambiental

Culminando um processo participativo de quase um ano, Portugal, em 8 junho de 2017, em reunião de Conselho de Ministros sobre Ambiente, adotou a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020), compromisso fundamental para o futuro comum sustentável.

A ENEA2020 estabelece um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal que, através de uma cidadania inclusiva e visionária, conduza a uma mudança de paradigma civilizacional, traduzido em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana.

A concretização desta Estratégia privilegia um trabalho temático e transversal capaz de garantir os compromissos nacionais e internacionais assumidos por Portugal no domínio da sustentabilidade, dos quais se destaca o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, e prevê 16 medidas enquadradas pelos objetivos estratégicos, Educação Ambiental + Transversal, Educação Ambiental + Aberta e Educação Ambiental + Participada.

As ações desta Estratégia são orientadas para os seguintes pilares essenciais: Descarbonizar a sociedade; Tornar a economia circular e Valorizar o território.

O desenvolvimento da ENEA 2020 está a cargo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em articulação com a Direção Geral da Educação (DGE), com base nas diretrizes emanadas pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Educação e do Ambiente.

As fontes de financiamento da ENEA 2020 são diversificadas, partilhadas entre a administração direta, indireta e autónoma e entidades privadas.

A área governativa do Ambiente assegura anualmente pelo menos uma dotação de 1 milhão de euros do Fundo Ambiental para apoiar projetos e programas de EA.

Complementarmente, o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) garante a abertura de avisos específicos que visem o apoio de ações de educação e sensibilização ambiental previstas na ENEA 2020.

Em 2017 e 2018 foram apoiados, através do Fundo Ambiental, 82 projetos ou programas de Educação Ambiental, com uma dotação financeira de 3,4 milhões de euros. Através do POSEUR, foram apoiados 20 projetos, num total de cerca de 4 milhões e euros, resultando em 163 ações realizadas.

Estão já comprometidos, até 2020, mais de 18 milhões de euros para financiar iniciativas e projetos de educação ambiental afirmando a ENEA 2020, quer como instrumento essencial na promoção da política de Ambiente e de Educação e demais políticas nacionais, quer como uma oportunidade de potenciar o reconhecido trabalho já desenvolvido pelos diferentes atores de educação ambiental.

Eixo Temático 2

A Educação Ambiental nos equipamentos, conservação e gestão ambiental

Conceito e Organização em Rede de Equipamentos de Educação Ambiental em Portugal

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) prosseguindo, o âmbito da implementação de uma política sustentável do ambiente, nomeadamente, através do desenvolvimento de sistemas de informação e mecanismos de divulgação ajustados aos diferentes públicos tem possibilitado, também, de forma continua, desde 2011, através de um inquérito online, o registo de novos EqEA e/ou a atualização dos existentes, tendo como objetivo a sua georreferenciação e consequente consulta bem como a importação dos dados através do SNIAMB - Sistema Nacional de Informação de Ambiente.

Os Equipamentos para Educação Ambiental (EqEA) correspondem a todas as iniciativas que, contando com instalações apropriadas e equipas educativas especializadas, oferecem programas e atividades neste âmbito. Estes equipamentos assumem um elevado potencial enquanto centros dinamizadores de educação ambiental para a sustentabilidade nas regiões onde estão inseridos, funcionando ainda como importantes recursos complementares para o sistema educativo formal.

Os elementos base que devem fazer parte de um equipamento para a educação ambiental e para a educação para o desenvolvimento sustentável são:

- Ter um projeto educativo orientado a partir das diretrizes que caracterizam a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável;
- Ser um espaço físico com infraestrutura e recursos de forma a concretizar as atividades destinadas aos vários públicos-alvo (escolar e outros setores da população);
- Oferecer um funcionamento regular ao longo do ano (mais de 120 dias/ano).

Está em curso a criação de uma plataforma colaborativa de EqEA com base na Internet, facilitando a disponibilização de informação sobre estas estruturas que, inequivocamente, constituem um indicador da capacidade que a sociedade tem para criar condições culturais que viabilizam formas diversificadas de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente mais justas e equitativas para todos os cidadãos.

Eixo Temático 3

A Educação Ambiental no Sistema Educativo

As ONGA enquanto parceiros estratégicos das comunidades escolares em Portugal.

As organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) desempenham um papel fundamental e relevante no domínio da promoção, proteção, sensibilização e valorização do ambiente, desenvolvendo ações de interesse público junto das suas comunidades.

O associativismo representa, em Portugal, um instrumento fundamental de participação das populações e de intervenção na sociedade.

Todas as organizações não-governamentais de ambiente constituídas legalmente podem solicitar a inscrição no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas, gerido atualmente pela Agência Portuguesa do Ambiente, que instrui o processo e emite a decisão final.

Cooperação Institucional entre as Tutelas da Educação e Ambiente em Portugal

Os Ministérios que tutelam a Educação e o Ambiente celebraram, em 1996 e renovado em 2005, um protocolo de cooperação que se constituiu como um importante instrumento de promoção da educação ambiental em Portugal e se concretizou na criação de uma rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos desenvolvidos em articulação com Organizações Não Governamentais de Ambiente.

Ao longo dos últimos anos, a parceria entre tutelas de Ambiente e Educação permitiu a difusão de práticas inovadoras na realização de projetos de educação ambiental, consubstanciados em parcerias entre as escolas, o poder local, as organizações não-governamentais e outras entidades de âmbito local e regional, sob a coordenação dos profissionais da educação e de especialistas na área do ambiente. É de salientar ainda o contributo desta iniciativa para a formação de professores de diversos níveis de educação e de ensino em temáticas ligadas à Educação para a Sustentabilidade, bem como, para o alargamento da educação ambiental aos cidadãos em geral, através de um trabalho de intervenção e dinamização local, regional e nacional.

A bolsa de professores em mobilidade resultante desta parceria, que inicialmente atingiu os 20 elementos, foi composta no ano escolar de 2018/2019 por 7 docentes que desenvolveram atividades em 7 ONGA legitimadas no Registo Nacional de ONGA e Equiparadas.



7. REUNIÕES BILATERAIS

Durante o Congresso os representantes da APA e da SGMATE foram solicitados para diversas reuniões com representantes de outras delegações, especialmente de países dos PALOP.

Estas reuniões serviram essencialmente para esclarecimento de dúvidas relativas aos temas apresentados quer pela APA quer pela SGMATE, mas também para abordar questões relativas a possíveis áreas de cooperação. A Estratégia Nacional de Educação Ambiental portuguesa suscitou novamente bastante interesse nesses contatos, especialmente entre a delegação de Moçambique e de Cabo Verde. Qualquer cooperação institucional será naturalmente enquadrada dentro dos protocolos existentes e seguir os trâmites oficiais.

8. DIVULGAÇÃO DO CONGRESSO

A comunicação social da Guiné Bissau acompanhou intensamente as atividades do congresso uma vez que se tratou do maior evento internacional já realizado nesse país.

No congresso, por convite da organização, estiveram presentes alguns correspondentes de órgãos de comunicação social portugueses.

Em Portugal foram publicadas diversas reportagens com referência à presença e ao apoio da APA no congresso.

Também estiveram presentes jornalistas de outros países de língua oficial portuguesa.

Apresentam-se de seguida alguns exemplos de reportagens.



Expresso

Em Bubaque, nos Bijagós, pensa-se como a educação ambiental pode ajudar a enfrentar as alterações climáticas

Num dos locais do planeta mais ameaçados pela subida do nível do mar e por fenómenos extremos, debate-se "a crise climática e as migrações". Mais de quatrocentas pessoas de quatro continentes trocaram experiências e saberes

Diário de Notícias

INÍCIO / LUSA

V Congresso Internacional de educação ambiental da CPLP realiza-se na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau vai receber entre 14 e 18 de abril de 2019 o V Congresso de Educação Ambiental da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), anunciou Fernando Saldanha, da Rede Lusófona de Educação Ambiental (Redeluso) em Bissau.

Lusa
04 Maio 2018 — 14:53

TÓPICOS
• Internacional

"Para assinalar que este V Congresso, (a Redeluso) vai trazer diversos temas de especialistas da CPLP e Galiza num total de 300 delegados, 200 dos quais serão expatriados que vão estar durante cinco dias na Guiné-Bissau, nos Bijagós, para discutirem, trocar informações e experiências ambientais a nível dos países da CPLP e Galiza", disse Fernando Saldanha, depois de um encontro realizado na quinta-feira com o Presidente guineense, José Mário Vaz.

Segundo o ponto focal da Redeluso em Bissau, o congresso, que vai decorrer na ilha de Bubaque, terá como tema principal as migrações e as alterações climáticas.

Segundo Mário Dias Sami, coordenador da área de articulação institucional, o encontro com o Presidente serviu para a Redeluso convidar José Mário Vaz para presidir o congresso.

A Rede Lusófona de Educação Ambiental foi criada em 2005.



A APA divulgou o Congresso através do RNOE, Equipamentos de Educação Ambiental, assim como no portal da APA e no site da ENEA2020.





9.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este congresso internacional tem vindo a afirmar-se como um dos fora mais dinâmicos e agregadores das melhores práticas e reflexão dos agentes de EA de Portugal.

A presença de diferentes operadores (empresas, municípios, centros de investigação, fundações, ONGA, ONGD), tem igualmente incluindo 'novos' atores públicos que procuram associar-se aos compromissos planetários resultantes dos 'ODS' ou 'Agenda 2030'.

A tutela nacional de Ambiente tem vindo a assumir relevante apoio técnico e financeiro a projetos de cooperação ao longo dos últimos anos; esse esforço, também através da APA, tem-se mantido próximo no apoio ao Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Galiza. Tal não deve ser descurado tendo presente forte trabalho de outros países na difusão dos seus modelos.

A presença da APA nesta quinta edição do congresso, quer na dimensão de formação de quadros dos organismos públicos de Ambiente, quer na participação nos trabalhos (partilha dos conceitos e prática pública) alcançou franco reconhecimento.

O património e experiência históricos, assim como a inovação e especialização presentes permitem a esta Agência colocar-se entre as melhores práticas, junto dos seus pares e entre os diferentes agentes de Educação Ambiental. São exemplos do sucesso alcançado os testemunhos muito favoráveis recebidos dos formandos do curso de Avaliação de Impacte Ambiental realizado durante o congresso, assim como o reconhecimento por parte dos participantes e oradores do congresso da pertinência das intervenções asseguradas.

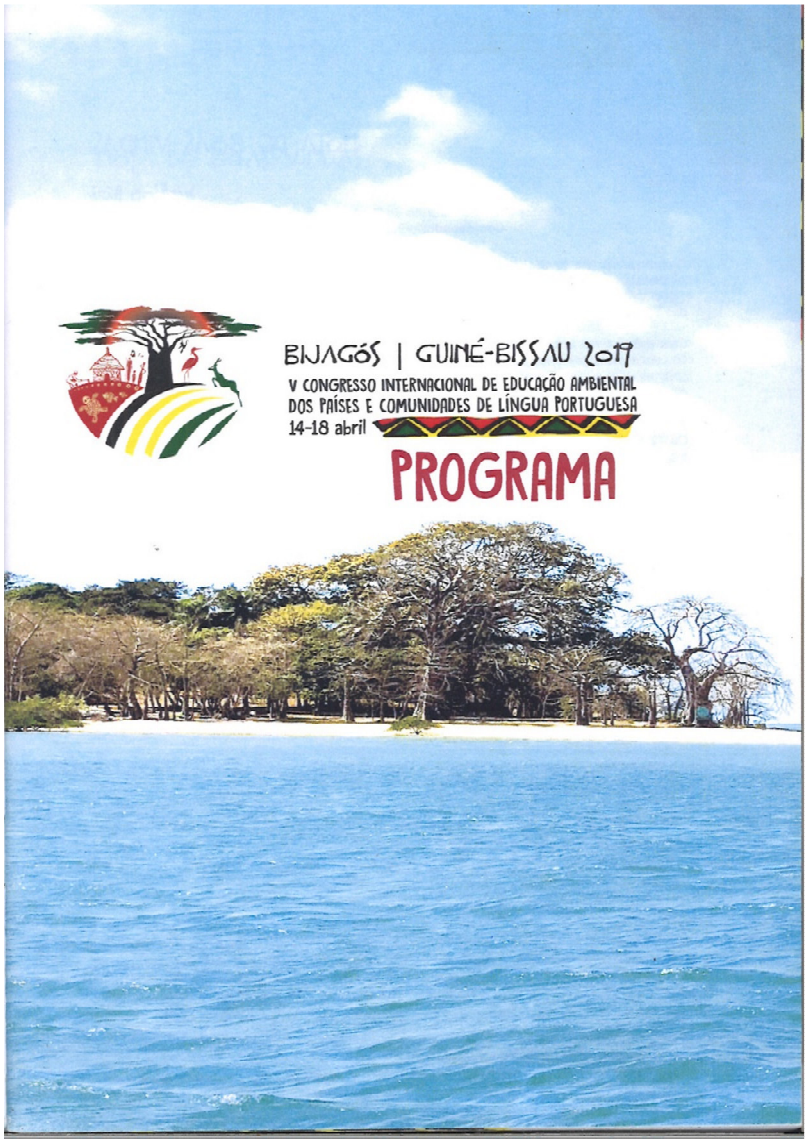
A ENEA 2020-Estratégia Nacional de Educação Ambiental, aprovada em Portugal em 2017, tem, ela própria, granjeado amplo (também internacional) reconhecimento, tanto pelas suas opções de construção, conceção e organização, como no inequívoco compromisso de suporte às medidas preconizadas. É apontada ainda como paradigma de trabalho e referencial para a construção de uma agenda/estratégia, de âmbito CPLP.

Importará manter presença continuada nestes eventos, também sob o ponto de vista protocolar, realçando trabalho efetivamente desenvolvido, competências associadas e reafirmação da agenda/prioridades do país e desta tutela/Agência.

Augusto Serrano **Francisco Teixeira**

ANEXO I

Programa do Congresso


BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2019
V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
14-18 abril
PROGRAMA

NOTA DE BOAS-VINDAS

Justino Biai

Diretor-geral do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)
Coordenador-adjunto da Comissão Organizadora da Conferência

Tenho o prazer e o privilégio de dar-vos as boas-vindas ao V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa. Este evento decorre entre os dias 14 e 18 de abril de 2019 nas Terras insulares da Guiné-Bissau, nomeadamente em Bubaque, Arquipélago dos Bijagós.

Este ecossistema insular hospeda uma beleza natural e estéticas características, singularizando-se pela combinação entre as ilhas, canais, zonas interditais, o mangal, os palmares e as florestas naturais.
As vasas representam a segunda área de invernada mais importante para os limícolas da rota migratória do Atlântico Leste, com proporções consideráveis de populações de várias espécies.

Os 42.480ha de mangais abrigam uma alta densidade de peixes-boi, bem como uma população original de hipopótamos "marinhos" e de crocodilos. As praias abrigam cinco espécies de tartarugas marinhas durante o período de nidificação, incluindo uma das três maiores colônias de tartarugas verdes do mundo.

A presença de uma alta diversidade de superpredadores, como tubarões e golfinhos, reflete a boa saúde do ecossistema marinho. Ilhotas cobertas de grandes árvores e ilhéus arenosos abrigam aves coloniais, enquanto a porção terrestre das ilhas oferece uma diversidade de habitats naturais, incluindo sevanas e zonas húmidas.

Este estado excecional de conservação do Arquipélago torna-o um local privilegiado do ponto de vista da ciência e da educação, sobretudo a Educação Ambiental.

Fernando Saldanha

Ponto Focal REDELUSO Guiné-Bissau

Aos participantes do V Congresso Internacional de Educação Ambiental da CPLP e Galiza, apraz-me, enquanto Ponto Focal da REDELUSO na Guiné-Bissau, endereçar as minhas calorosas saudações e desejar a todos as boas-vindas no solo pátrio de Amílcar Cabral e aos nacionais bem-vindos à "Tchon di Bidjugu".

Para nós, a reunião de ambientalistas lusófonos e não só, a ter lugar no nosso país, representa um orgulho e importante momento para debruçarmos sobre problemáticas ambientais que afetam o mundo e os nossos países em particular.

Os temas agendados para o encontro de Bubaque, refletem as preocupações da REDELUSO GB, bem como das autoridades nacionais que lutam para as mudanças de mentalidade da sociedade em relação aos fenómenos naturais.

Quero, com estas minhas palavras, saudar calorosamente os homens, as mulheres e as crianças da CPLP e Galiza, bem como de todos os países que participam neste V Congresso Internacional de Educação Ambiental.
A todos bem-haja!
"Bo bim diritu pa tchon di Bidjugu"

NOTA DE BOAS-VINDAS

Mário Dias Sami

Deputado da Nação - Assembleia Nacional Popular

A pátria do Saudoso Líder, Camarada Engenheiro Amílcar Cabral, Pai da Nação Guineense, vai acolher entre os dias 14 e 18 do mês de abril próximo, na cidade de Bubaque, o V Congresso Ordinário Internacional da Educação Ambiental dos Países e das Comunidades de Língua Portuguesa, e incluindo, a Galiza e a Guiné Equatorial.

Nestes momentos que antecedem a cerimónia solene da abertura do referido evento, achamo-nos no sagrado dever de dirigir de uma forma calorosa e fraterna a mensagem de boas-vindas a todos os participantes oriundos de diferentes quadrantes e de diversos continentes, exprimindo os nossos votos ardentes de vivências e aprendizagens agradáveis e tranquilas.

- Viva o V Congresso Ordinário Internacional da Educação Ambiental!
- Viva a Rede Luso Internacional!
- Viva os povos e as comunidades dos países de língua portuguesa!

Já é uma realidade que o V Congresso Internacional de Educação Ambiental das Comunidades e Países de Língua Portuguesa e Galiza é o mais participado tornando este encontro no maior evento da sociedade civil no contexto da CPLP.



MENSAGEM CPLP

Francisco Ribeiro Telles
Secretário Executivo da CPLP

Ao longo dos últimos 12 anos, o Congresso de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa acompanhou o processo de evolução da própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), testemunhando a preocupação crescente com as questões ambientais e o seu impacte nos processos de desenvolvimento dos nossos Estados-Membros.

Trilhando um percurso consistente, o Congresso tem contribuído para a crescente atenção da CPLP à necessidade de construção de um pensamento crítico sobre a integração das preocupações ambientais nas políticas de desenvolvimento sustentável.

É, portanto, justo reconhecer o contributo do Congresso para os objetivos gerais da CPLP, entre os quais a promoção da justiça social e a protecção e preservação do meio ambiente, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável em cada um dos nossos Estados-Membros.

Em 2019, o Congresso chega à sua V edição, desta feita realizado no belíssimo Arquipélago do Bijagós, desafiando-nos a reforçar a nossa contribuição para o processo de construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

A mensagem que julgo importante sublinhar é a da necessidade e urgência de desenvolvermos uma ação coletiva à escala global, na qual os Estados e as organizações internacionais desempenham um papel fundamental. A CPLP, constituída por alguns Estados-Membros com populações muito jovens, está consciente das suas responsabilidades para com as próximas gerações.

A educação e sensibilização ambiental, formal e não-formal, são uma importante base para o incremento do nível de consciência sobre a responsabilidade coletiva de cidadãos e decisores políticos.

E esse é um desafio ao qual a CPLP mais uma vez se junta.

MENSAGEM ASPEA - REDELUSO

Joaquim Ramos Pinto / Telma Fontes
Direção Nacional da Associação Portuguesa de Educação Ambiental
Rede Lusófona de Educação Ambiental

As mais sinceras boas-vindas a todas e todos os participantes e um afetuoso agradecimento pela mobilização da comunidade guineense pelo trabalho, esforço e dedicação comprometidos no reforço do papel da Educação Ambiental nas políticas locais, regionais, nacionais e no âmbito do espaço da CPLP.

Após 14 anos da constituição da Rede Lusófona de Educação Ambiental, este é um momento de compromissos para a ação que, certamente, com a participação e voz ativa das crianças e jovens neste 5º congresso, ajudará ao fortalecimento da Educação Ambiental, à aproximação das comunidades lusófonas e à partilha de experiências e conhecimentos sobre temas da atualidade que permitem traçar novos caminhos e encontrar novas direções, com vista à construção de sociedades ambientalmente responsáveis e socialmente mais justas.

A programação do congresso conta com a multiplicidade de olhares de diferentes campos dos países, regiões e comunidades falantes da língua portuguesa, além de fomentar o amplo debate no fórum promovido pela Rede Lusófona sobre o tema "Crise ecológica e Migrações: leituras e respostas da Educação Ambiental". Desta forma, e após um processo participativo, a organização do evento identificou temáticas e pessoas que pudessem partilhar experiências de vida (pedagógicas, académicas, sociais e políticas) de forma a contribuírem, neste espaço de discussão, para o enfrentamento da crise ecológica e migrações, assim como no reforço do papel político da Educação Ambiental em particular.

Organizar este congresso em pleno ambiente de dificuldades e, mesmo, de alguma instabilidade política, foi um grande repto. Por isso um especial agradecimento a todas a instituições e pessoas que acreditaram, apoiaram e viabilizaram a realização deste grande encontro, esperando que no final reconheçam que valeu a pena e que possa ser um marco para o país e um forte contributo para a CPLP.

Votos para que desfrutem das belas paisagens desta região Bolama - Bijagós; Guiné-Bissau e de todo o calor humano que, certamente, se fará sentir durante 5 dias de muito trabalho, mas também de muita animação e partilha.

Todos juntos para que um mundo melhor seja possível!



1º DIA

domingo 14 de abril

10H30 - 15H30 / SECRETARIADO

Acreditação dos participantes no secretariado do congresso
Montagem de exposições no espaço junto ao auditório

10H30 - 12H30 / REUNIÃO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Local: Rádio Djan-Djan

10H30 - 12H30 / 14H00 - 15H30 / MINICURSO

Local: Liceu Regional de Bubaque - Sala 1

Projeto-Livro: educação artística e ambiental
Dinamizadora: Raquel Bontempo (ASPEA)

14H00 - 15H30 / ENCONTRO INFANTOJUVENIL

Local: Casa do Ambiente

16H00 - 17H30 / SESSÃO DE ABERTURA

Local: Auditório

Hino Nacional apresentado por grupo de crianças
Hino do Congresso

Intervenção musical pelo artista Justino Gomes Delgado, interpretando a música "Bubaque, Tchon di Bidjugu"



www.ealusofono.org
facebook.com/ealusofono

1º DIA
domingo 14 de abril

Intervenções

Dionísio Gomes
Governador da Região de Bolama Bijagós

Joãozinho Major Conno
Representante do poder tradicional

Justino Biai
Director Geral do IBAP

Fernando N. Saldanha
Presidente da REDELUSO GB e Coordenador-Geral da Comissão Organizadora

Joaquim Ramos Pinto
Presidente da ASPEA / representação REDELUSO

Quite Djata
Secretária de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável

Mensagem do Secretário Executivo da CPLP, Exmº Sr. Embaixador **Francisco Ribeiro Telles**

Discurso de abertura do V Congresso Internacional de Educação Ambiental da CPLP e Galiza por Sua Excelência o Presidente da República, **Dr. José Mário Vaz** e Presidente de Honra.

17H30 - 19H00 / CONFERÊNCIA DE ABERTURA
Local: Auditório

Educação Ambiental do Século XXI: caminhos e desafios
Oradoras: Marília Torales - Universidade Federal do Paraná (BR) e Regina Charumar - PeojA (MO)
Moderador: Justino Biai - IBAP (GB)

BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2019
V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
14-18 abril

1º DIA
domingo 14 de abril

19H30 - 22H00 / JANTAR SOCIAL
ANIMAÇÃO CULTURAL
Local: Hotel Lodge Les Dauphins







2º DIA
segunda-feira 15 de abril

08H30 - 10H00 / SESSÕES PARALELAS - COMUNICAÇÕES ORAIS

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 1

Eixo 1: A Educação ambiental como resposta às alterações climáticas e aos riscos e desastres ambientais
Moderação: Pablo Meira (Universidade de Santiago de Compostela)

Proxeto "Descarboniza! Que non é pouco...". Pequenos Grandes Cambios Colectivos Fronte ao Cambio Climático / Miguel Pardellas Santiago, Pablo Meira, Lucía Iglesias da Cunha (Universidade de Santiago de Compostela)

Estratégias municipais de adaptação: escolas e professores são parceiros estratégicos / Luísa Schmidt, Carla Gomes, João Mourato (Universidade de Lisboa)

Plantas invasoras em Portugal: estratégias de sensibilização ambiental e ciência-cidadã para lidar com esta ameaça ambiental / Elizabete Marchante (Universidade de Coimbra)

Sensibilização e educação para adaptação às alterações climáticas: desafios para as comunidades lusófonas / Anabela Simões de Carvalho (Universidade do Minho)

Promover o Desenvolvimento Sustentável, através do acesso à Energia na Guiné-Bissau / Sandra Aparício, Manuel Andrade (Fundação Galp)

Coñecementos científicos e representacións sociais do cambio climático en estudantes de ensino secundario de Portugal e Galicia / Antonio García Vinuesa, Lucía Iglesias da Cunha, Pablo Meira (Universidade de Santiago de Compostela)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 2

Eixo 2: A Educação Ambiental nos equipamentos, conservação e gestão ambiental
Moderação: Helena Freitas (Universidade de Coimbra)

Teatro do Mar - arte para conservação da biodiversidade / Priscilla Teixeira Campos (Universidade Federal de Sergipe/Universidade de Aveiro)

Lixo Marinho: "Os Suspeitos do Costume" na costa de Vila do Conde / Ana Laranja, Marta Correia, Sílvia Morim (CIIMAR/CMIA de Vila do Conde)

Educação ambiental na Reserva da Biosfera do Príncipe - perceção das comunidades / Teresa Santos, Maria José Rodrigues, Mário Oliveira (Instituto Politécnico de Bragança/Instituto Politécnico de Leiria)

2º DIA
segunda-feira 15 de abril

Africa2eco - Do resíduo ao produto / Juliano Ferreira, Inês Rodrigues (Educafrica / Lipor)

Olhar para o lado: parceria do Inmetro com escolas em Educação Ambiental para a Agenda 2030 da ONU / Luiz Roberto Mayr, Claudia Salema (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia)

A Necessidade da Inclusão do Poder Tradicional pelo Poder Público na Gestão do Território na Guiné-Bissau / Geraldo Manuel de Pina (DINAMIA'CET-IUL)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 3

Eixo 2: A Educação Ambiental nos equipamentos, conservação e gestão ambiental
Moderação: Manuel Jorge Rio (MARAPA)

Projeto ValoRES-Valorizando Resíduos, Criamos Emprego / Lara Espírito Santo, Edite Rodrigues, Georgios Xenakis (TESE - Associação para o Desenvolvimento)

Os Equipamentos de Educação Ambiental para a Sustentabilidade no Arquipélago dos Açores, Portugal / Margarida Correia Marques, Fabíola Hipólito, António Borba (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Conceito e organização em rede de Equipamentos de Educação Ambiental em Portugal / Francisco Teixeira, Augusto Serrano (Agência Portuguesa de Ambiente)

Gestão participativa dos recursos naturais no arquipélago dos Bijagós / João Paulo Madeira (Universidade de Cabo Verde)

Capacitação das comunidades locais para a conservação dos valores naturais: o projeto Embaixadores pela Biodiversidade / Renato Monteiro, Flávia Silva, José Carlos Ferreira (FCT NOVA)



2º DIA
segunda-feira 15 de abril

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 4

Eixo 3: A Educação Ambiental no sistema educativo
Moderação: Agostinho Cachapa (Universidade Mandume ya Ndemufayo)

Caracterização e valorização didática das áreas protegidas: um estudo com futuros professores do ensino básico / António Almeida (Instituto Politécnico de Lisboa)

BIS FOGO - as tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de educação e cidadania ambiental / Maria Miguel Estrela (Universidade de Cabo Verde)

Pegada Hídrica... Água / um recurso finito a preservar / Carla Gomes, Isabel Dias, Olga Santos (Agrupamento de Escolas Gualdim Pais / IPLeiria)

O mapeamento socioambiental participativo no jornal escolar de um coletivo jovem / Patrícia Rosa da Silva, Williane Peres-Costa, Fernanda Sales (Universidade Estadual de Londrina)

BioEscola - valorização e divulgação dos valores naturais locais. Integração das estratégias educativa e ambiental no Município de Lousada / Pedro de Sá, Milene Matos, Manuel Nunes (Município de Lousada)

Conhecer para Amar, Amar para Proteger: 25 anos de uma experiência de educação ambiental e para a cidadania na Guiné-Bissau / Miguel de Barros, Luana Pereira (Tiniguena)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 5

Eixo 3: A Educação Ambiental no sistema educativo
Moderação: Marília Torales (Universidade Federal do Rio Grande)

Aquaponia em educação ambiental - perceções de alunos e professores / Pedro Martins (EPAMAC)

Cartaz: Um Contributo do Design para a formação do Educador Ambiental / Luís Pires, Marco da Costa (Instituto Politécnico de Bragança)

Educação Ambiental: os estudos biográficos para a compreensão da práxis docente / Marília Torales Campos (Universidade Federal do Rio Grande)

Rios de Conhecimento «livingriver.eu» / Joaquim Ramos Pinto, Íris Silva (ASPEA)

Educação Ambiental: conhecer o entorno e o outro / Vera Bahl de Oliveira, João Vitor de Oliveira, Jheimilson Rosa (Universidade Estadual de Loncrina)

BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2019
V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
14-16 abril

2º DIA
segunda-feira 15 de abril

Projecto Minha Escola, Meu Ambiente, Desafios e Perspectivas / Karelia Botelho Costa (Ministério do Ambiente de Angola)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 6

Eixo 4: A Educação Ambiental na valorização socioeconómica das comunidades locais
Moderação: Peter Pitrez (Ministério do Ambiente de Portugal)

A Educação Ambiental promotora de desenvolvimento local: a (re)utilização do casco pela comunidade de Porto Real / Olga Santos, Sofia Bergano, Mário Oliveira (IPLeiria/ IP Bragança)

Redução e reutilização de resíduos: um projeto de intervenção com a comunidade / Gelsa Vera Cruz, Luís Ferandes, Maria da Conceição Martins (Direção Geral do Ambiente - São Tomé e Príncipe / Instituto Politécnico Bragança)

Preservação ambiental e desenvolvimento comunitário em meio insular africano: semelhanças e diferenças de experiências de educação ambiental / Brígida Brito (Universidade Autónoma de Lisboa / Universidade da Beira Interior)

Aprendizagens coletivas em contextos de diálogo multistakeholders - comunicação de conhecimentos em dinâmicas multi-loop / Filipa Gomes Ferreira, Flávia Silva, Lia Vasconcelos (FCT NOVA)

Observatório de Literacia Oceânica. Uma alternativa ao desenvolvimento ambiental costeiro / Mônica Mesquita (Universidade Nova de Lisboa)

Voluntariado Ambiental: motivações, tipologias e resultados / Maria João Correia (ASPEA)



2º DIA
segunda-feira 15 de abril

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 7

Eixo 5: A Educação Ambiental como contributo para a conservação dos valores e saberes tradicionais
Moderação: José Capitango (Instituto Superior de Educação de Luanda)

Os Instrumentos Modernos de Conservação e Modo de Organização de Espaços e de Gestão de Territórios e Recursos Lições do Arquipélago dos Bijagos (Guiné-Bissau) / Meio Dia Sepa Maria Ié Có (IBAP)

Iniciativas e práticas de educação ambiental: um estudo de caso do projeto piloto do Programa Agentes Ambientais Comunitários em áreas protegidas no estado do Pará - Brasil / Euzimar Silva, Ulisses Azeiteiro, Celso Pereira (Univ. de Aveiro/ Universidade Federal Estado do Rio de Janeiro)

Práticas de artesania ecofeminista e a realização da pedagogia ambiental / Luísa de Pinho Valle (Universidade de Coimbra)

Pesca Ó Peixe - Literacia Oceânica Multigeracional / Ricardo Resende, Flávia Silva, Lia Vasconcelos (FCT NOVA)

Conhecimentos, experiências e práticas vitais tradicionais indígenas como fundamento para a construção global de uma cultura da sustentabilidade / José Capitango (Instituto Superior de Educação de Luanda)

Fundação INATEL: Desafio 2030 - Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável / José Manuel Alho (Fundação INATEL)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 8

Eixo 6: A Educação Ambiental como contributo para a conservação dos valores e saberes tradicionais
Moderação: Marcos Sorrentino (Laboratório de Educação e Política Ambiental OCA ESALQ)

O movemento social agroecolóxico en Galicia e a súa dimensión socioeducativa. Unha aproximación dende a Educación Ambiental sociocrítica / Kylyan Marc Bisquert i Pérez, Pablo Meira (Universidade de Santiago de Compostela)

Agroecologia e Educação Ambiental: ferramentas de análise e a construção de conhecimentos / Fernanda Correa de Moraes (OCA ESALQ USP)

A Horta Urbana Comunitária como instrumento para a formação de educadores ambientais na universidade /Francesca Werner Ferreira, Vidica Bianchi, Maria Cristina Araújo (Associação Ijuiense / Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul)

2º DIA
segunda-feira 15 de abril

Educação ambiental enquanto estratégia de promoção à saúde coletiva / Kinda da Paixão França, Angélica Santos da Paixão (Universidade Jorge Amado / Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde / Universidade Católica do Salvador)

A produção de material paradidático em formato de cartilha para atividades de educação ambiental em saneamento básico em municípios de Roraima/Brasil / Paulo Sergio Maroti, Patrícia Lima Cardoso (UFRR)

10H00 - 10H30 / CAFÉ COM POSTER
Local: Espaço junto ao auditório

A Arte na Engenharia: O Engenhoso Dom Quixote de La Rural
Autora: Simone Maria da Silva (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Aliança Terra: projeto de formação de professores para a transição de uma cultura de sustentabilidade na Galiza
Autor: José Capitango (Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda)

Projeto Peixes Nativos - minimizar o risco de extinção com a ajuda de crianças de populações ribeirinhas
Autoras: Sara Duarte, Carla Sousa Santos (Águas do Tejo Atlântico - Grupo Águas de Portugal / MARE-ISPA)

Rio Capibaribe: Conhecer para conservar!
Autores: Maria do Carmo Soares, Kleydson Oliveira (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Plásticos e a Sociedade - Comemoração do Dia Internacional sem Sacos de Plástico
Autores: Raquel Sousa, Lara Espírito Santo, Georgios Xenakis (TESE Associação para o Desenvolvimento)



2º DIA
segunda-feira 15 de abril

Iniciativas e práticas de educação ambiental: um estudo de caso do projeto piloto do Programa Agentes Ambientais Comunitários em áreas protegidas no estado do Pará - Brasil
Autores: Euzimar Silva, Ulisses Azeiteiro, Celso Pereira (Universidade de Aveiro / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Práticas Sustentáveis na Escola
Autoras: Juliane Ferreira, Fernanda Scalambrino (Suinã - Instituto Socioambiental)

Rios de Conhecimento «livingriver.eu»
Autores: Joaquim Ramos Pinto, Íris Silva (ASPEA)

Experiência da Educação Ambiental nas Áreas Protegidas da Guiné-Bissau
Autor: Nicolau Mendes (Palmeirinha)

A educação ambiental no pré-escolar: um caso prático
Autores: Matilde Azenha, João Martins, Teresa Pereira (Agrupamento de Escolas de Soure/Centro de Investigação da Terra e do Espaço da Universidade de Coimbra)

Dar nova vida à floresta: revitalização de zonas florestais ambientalmente degradadas
Autor: Pedro Martins (Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses)

Príncipe Educa
Autores: Plácida Lima (Reserva da Biosfera da ilha do Príncipe), Joana Pereira, Adilson Rosário (Grupo de Teatro Abade)

10H30 - 12H00 / PAINEL
Local: Auditório

Educação Ambiental para a transição socioambiental: valorizar as pessoas, as comunidades e os oceanos
Oradores: Eliseu Chiandela (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural de Moçambique), Elisa Luísa (Direção Nacional para as Alterações Climáticas de Timor-Leste), Pablo Meira (Universidade de Santiago de Compostela de Galiza, Espanha), Helena Freitas (Universidade de Coimbra, Portugal), José Cassandra (Governo Regional do Príncipe)
Coordenadora: Fernanda Rollo (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

12H30 - 14H00 / ALMOÇO

BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2017
V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
14-16 abril

2º DIA
segunda-feira 15 de abril

14H00 - 18H30 / ENCONTRO INFANTOJUVENIL
Local: Casa do Ambiente

14H00 - 15H00 / MESAS REDONDAS
Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 8

As políticas públicas locais na promoção da Educação Ambiental e na valorização socioeconómica das comunidades
Dinamizador: Manuel Nunes (Câmara Municipal de Lousada)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 9

Saberes, identidades e territórios
Dinamizadora: Rita Silvana dos Santos (UnB / CIRAT)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 10

Literacia e Cidadania Ambiental
Dinamizadora: Maria Miguel Estrela (Universidade de Cabo Verde)

14H00 - 16H00 / MESAS REDONDAS
Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 11

A Educação Ambiental na CPLP: desafios, perspetivas para se enfrentarem as mudanças socioambientais globais
Dinamizadores: Joaquim Ramos Pinto (ASPEA); Pablo Meira (USC); Marília Torales (UFP)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 12

Diagnóstico da situação local e debate sobre estratégias para implementação de um plano de ação local (Bijagós) e regional (CPLP)
Dinamizadoras: Paula Sobral e Sofia Quaresma (Associação Portuguesa de Lixo Marinho)



www.ealusofono.org
facebook.com/ealusofono

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
ENEA 2020 ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2º DIA
segunda-feira 15 de abril

14H00 - 16H00 / MINICURSOS
Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 1

Uma Carta da Terra da escola ao V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa: potencialidades para se repensar a terra ferida
Dinamizadora: Patrícia da Silva (Universidade Estadual de Londrina)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 2

Ensino Experimental na Educação Ambiental: Propostas Pedagógicas no Contexto Ambiental dos Países Lusófonos
Dinamizadores: Mário Oliveira e Olga Santos (Instituto Politécnico de Leira)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 3

Produção de fogão solar tipo caixa (FSTC) para cozer alimento, depurar água e discutir mudanças climáticas
Dinamizadore: Paulo Sérgio Marotti (UFRR)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 4

Técnicas de investigação social: o inquérito e os grupos focais como base para a pesquisa e/ou para a intervenção
Dinamizadora: Anabela Carvalho (Universidade do Minho)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 5

Uma Gota de Luz
Dinamizadores: Inês Rodrigues e Juliano Ferreira (Educafrica)

14H00 - 18H00 MINICURSOS
Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 6

Avaliação de Impacte Ambiental
Dinamizadores: Augusto Serrano e Rita Fernandes (Ministério do Ambiente de Portugal)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 7

Metodologias e práticas da história oral - o papel da memória no estudo, valorização e sustentabilidade do território e do património
Dinamizadores: Inês Castaño; Luísa Seixas; Filipe Silva (UNL - FCSH)

2º DIA
segunda-feira 15 de abril

15H15 - 16H15 / MESA REDONDA
Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 8

Educação e comunicação ambiental como ferramenta de Conservação e Gestão Sustentável do Ambiente Marinho e Costeiro
Dinamizadoras: Sara Vieira e Domingas Monteiro (Associação Programa Tatô)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 10

A Comunidade Lusófona e o Programa Eco-Escolas: Uma Agenda para o Futuro
Dinamizadoras: Luísa Schmidt e Leonor Prata (OBSERVA ICS-UL Tatô)

16H30 - 17H30 / MESA REDONDA
Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 9

Movimento Acampa Internacional: pelo direito à paz e ao refúgio - educação ambiental comprometida com populações em situação de vulnerabilidade
Dinamizador: Marcos Sorrentino (USP)

16H30 - 18H30 / MINICURSOS
Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 1

A Educação Ambiental e o bem-estar animal: da fundamentação do tema a formas de o trabalhar
Dinamizador: António Almeida (Instituto Politécnico de Lisboa)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 2

Educação Ambiental estética como democratização da ciência
Dinamizadora: Priscilla Campos (Universidade Federal de Sergipe)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 3

Desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental recorrendo ao trabalho de projeto
Dinamizadoras: Maria José Rodrigues ; Olga Santos (Instituto Politécnico de Bragança / Instituto Politécnico de Leiria)





2º DIA
segunda-feira 15 de abril

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 4

Projeto Príncipe Educa: Teatro Comunitário Abade
Dinamizadora: Plácida Lopes (Reserva da Biosfera da Ilha do Príncipe)

16H30 - 19H30 / MINICURSOS
Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 5

Minicurso Técnico sobre Lixo Marinho
Dinamizadoras: Paula Sobral e Sofia Quaresma (Associação Portuguesa de Lixo Marinho)

19H30 - 20H30 / FEIRA DE TROCA DE SABORES, ARTE E CULTURA LUSÓFONAS
Local: Hotel Calypso

20H30 - 22H00 / ANIMAÇÃO CULTURAL
Local: Largo Guiné Telecom



3º DIA
terça-feira 16 de abril

08H30 - 17H30 / VISITAS E ATIVIDADES NAS COMUNIDADES LOCAIS

- ILHA DE SOGA
- ILHA DE UNO E ORANGO GRANDE
- ILHA FORMOSA
- ILHA DE CANHABAQUE
- ILHA DE GALINHAS
- ILHA DE BUBAQUE / TABANCA DE BIJANTE
- ILHA DE BUBAQUE / TABANCA DE BRUCE
- ILHA DE BUBAQUE / TABANCA DE ETIMBATO

09H00 - 13H00 e 14H30 - 16H30 / MINICURSO
Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 1

Avaliação de Impacte Ambiental
Dinamizadores: Augusto Serrano e Rita Fernandes (Ministério do Ambiente de Portugal)



3º DIA
terça-feira 16 de abril

09H00 - 13H00 / ENCONTRO INFANTOJUVENIL
Local: Casa do Ambiente

19H00 - 20H30 / APRESENTAÇÃO DE LIVROS
Local: Casa do Ambiente

Moderadora: Carla Tomás (Jornal Expresso)

Plano Ambiental de Leitura do Município de Lousada
Apresentador: Manuel Nunes (Câmara Municipal de Lousada)

Implantação e consolidação de equipamentos para a educação ambiental: Reflexões sobre estratégias a delinear e concretizar
Apresentadora: Margarida Correia Marques (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Guia de Boas práticas na exploração de recurso naturais
Apresentador: (Tiniguena)

A alga, o Índio e a Welwitschia: Estórias do Mundo Natural em prol da Educação Ambiental
Apresentadora: Ana Cristina Tavares (Museu da Ciência da Universidade de Coimbra)

Parques Nacionais de Angola
Apresentadora: Karélia Costa (Ministério do Ambiente de Angola)

Relatório sobre a Expedição - Avaliação Rápida da Biodiversidade da Região da Lagoa Carumbo
Apresentadora: Karélia Costa (Ministério do Ambiente de Angola)

Carta da Terra Para Todos
Apresentadora: Olga Santos (Instituto Politécnico de Leiria)

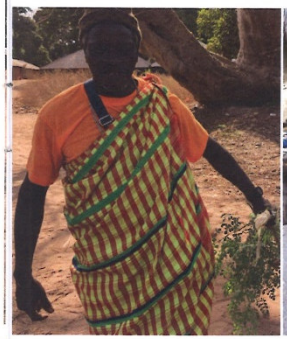
20H30 - 22H00 / ANIMAÇÃO CULTURAL
Local: Largo Guiné Telecom

4º DIA
quarta-feira 17 de abril

08H30 - 17H30 / VISITAS E ATIVIDADES NAS COMUNIDADES LOCAIS

- ILHA DE SOGA
- ILHA DE UNO E ORANGO GRANDE
- ILHA FORMOSA
- ILHA DE CANHABAQUE
- ILHA DE GALINHAS
- ILHA DE BUBAQUE / TABANCA DE BIJANTE
- ILHA DE BUBAQUE / TABANCA DE BRUCE
- ILHA DE BUBAQUE / TABANCA DE ETIMBATO

20H30 - 22H00 / ANIMAÇÃO CULTURAL
Local: Largo Guiné Telecom





5º DIA
quinta-feira 18 de abril

08H30 - 10H00 / ENCONTRO INFANTOJUVENIL
Local: Casa do Ambiente

08H30 - 10H00 / SESSÕES PARALELAS - COMUNICAÇÕES ORAIS
Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 1

Eixo 1: A Educação ambiental como resposta às alterações climáticas e aos riscos e desastres ambientais
Moderação: Luisa Schmidt (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

A floresta e o Fogo: descoberta por experiências / Maria da Conceição Almeida Colaço (Instituto Superior de Agronomia)

Educação para as alterações climáticas no ensino secundário guineense: desafios e perspetivas a partir de professores de três escolas de Bissau / Morto Baiém Fandé (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa)

Alterações Climáticas, incêndios florestais (2017) e as ideias reveladas por alunos do 1.º e 2.º anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da região de Pombal Cátia Rodrigues Sousa (Agrupamento de Escolas Gualdim Pais)

Construção de fogão solar tipo caixa junto a refugiados venezuelanos em Boa Vista (Roraima/Brasil): formas de se discutir a segurança alimentar e as mudanças climáticas / Paulo Sergio Maroti, Ediane Rodrigues Leandro (UFRR)

Ecologia cosmocena e suas contribuições no contexto das mudanças climáticas. / Vilmar Pereira (Universidade Federal do Rio Grande)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 2

Eixo 2: A Educação Ambiental nos equipamentos, conservação e gestão ambiental
Moderação: João Paulo Madeira (Universidade de Cabo Verde)

Disseminação de ciência: O contributo da exposição 'Mitos, estórias e ciência: divulgar para desmistificar' no aumento da literacia ambiental / Ana Laranja, Clara Vasconcelos, António Paulo Carvalho (FCUP / CIIMAR / CMIA de Vila do Conde)

Educação Ambiental para a Conservação da Biodiversidade nas Áreas Protegidas da Guiné-Bissau, um País em Desenvolvimento / Udimila Kadija Queta (Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas)

Avaliação do fotodiagnóstico como ferramenta metodológica em educação ambiental / Márcia Nascimento, Patrícia Pimentel, Cristina Marchi (Universidade Católica de Salvador / FTC Brasil)

5º DIA
quinta-feira 18 de abril

Utilização do Marketing Social como ferramenta para reduzir a captura de tartarugas marinhas na ilha de São Tomé / Sara Vieira, Domingas Monteiro, Victor Jimenez (Associação Programa Tatô / Marapa)

Expansão urbana nas zonas húmidas de Bissau: estudo de caso da bolanha de Bissaque-Djolo / Habdel Karim Tavares (Universidade Lusófona da Guiné)

O Programa Eco-Escolas Português e a sua Rede de Comunidades Educativas Sustentáveis: O Desvendar de um Gigante Escondido / Leonor Prata, Luísa Schmidt (OBSERVA ICS-UL)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 3

Eixo 3: A Educação Ambiental no sistema educativo
Moderação: Maria Miguel Estrela (Universidade de Cabo Verde)

Caracterização e valorização didática das áreas protegidas: um estudo com futuros professores do ensino básico / António Almeida (Instituto Politécnico de Lisboa)

Educação Ambiental e Biodiversidade em Terrários / Vera Bahl de Oliveira, Lara Santos, Rafael Caetano da Silva (Universidade Estadual de Londrina)

A dimensión educativa da política climática e a súa influencia no desenvolvemento curricular na educacion / Alejandro Pérez Diez, Carmen Morán de Castro, Pablo Meira (Universidade de Santiago de Compostela)

Cooperação institucional entre tutelas da Educação e Ambiente em Portugal / Francisco Teixeira, Augusto Serrano (Agência Portuguesa de Ambiente)

As ONGA enquanto parceiros estratégicos das comunidades escolares em Portugal / Francisco Teixeira, Augusto Serrano (Agência Portuguesa de Ambiente)

"Promover a Cidadania através da Educação Ambiental / Sandra Aparício, Manuel Andrade (GALP)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 4

Eixo 3: A Educação Ambiental no sistema educativo
Moderação: Olga Santos (IPLeiria)

A Educação Ambiental no projeto MARLISCO / Juntos por um mar sem lixo! / Cláudio Duarte, Flávia Silva, Lia Vasconcelos (FCT NOVA)

5º DIA
quinta-feira 18 de abril

Projeto Europeu "EduCO2cean - projeto de educação ambiental: proposta de Flexibilização Curricular para o ensino secundário" / Maria de Fátima Pinho, Alda Nabais, Graça Pinto Pereira (Escola Secundária Alves Martins)

Interfaces da educação escolar com a educação ambiental na construção da cidadania ambiental / Angélica Santos da Paixão, Edvaldo Santos, Cristina Marchi (Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde / Universidade Católica do Salvador

Storytelling na Educação Ambiental: Comunicar e Ensinar Ciência com Eficiência / Ana Cristina Tavares (Museu da Ciência da Universidade de Coimbra)

O estabelecimento de um curso de Licenciatura em Ciências do Mar e do Ambiente na Guiné Bissau: oportunidades, constrangimentos e desafios / Rui Moutinho Sá (Universidade Lusófona da Guiné)

LIPOR GERAÇÃO+, uma iniciativa de sustentabilidade! / Miguel Silva, Sandra Rodrigues, Luciana Rocha (Lipor)

Local: Liceu Regional de Bubaque / Sala 5

Eixo 4: A Educação Ambiental na valorização socioeconómica das comunidades locais
Moderação: Brigida Rocha Brito (Universidade Autónoma de Lisboa)

Projeto NGEurope - Cidadão Ativos. Comunidades sustentáveis / Milene Matos, Sofia Jervis, Manuel Nunes (Município de Lousada)

MARGov: Projeto Multigeracional de Sensibilização Ambiental para Áreas Marinhas Protegidas / Flávia Silva, Lia Vasconcelos, José Carlos Ferreira (FCT NOVA)

O efeito Bandeira Azul na educação e capacitação das populações locais - o caso do município de Vagos / Filomena Cardoso Martins, Isabel Dias Rosado, Elisabete Serrão Maurício (Universidade de Aveiro / Câmara Municipal de Vagos)

Redes Ecológicas: da inclusão comunitária à preservação ambiental. O papel da Rede Natura 2000 nas áreas Protegidas Portuguesas / Brigida Rocha Brito (Universidade Autónoma de Lisboa / Universidade da Beira Interior)

Autorização prévia e ecoconsciência de classificação do parque natural das lagoas de Cufada / Moizés Alberto Sanca (IBAP)

Projeto Design e Sustentabilidade: o design para a formação ecocidadã de jovens no espaço escolar / Deivide Souza Gomes, Marconi Luiz França, Isabella Maria Costa (Universidade Federal de Campina Grande)

BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2017
V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
14-18 abril

5º DIA
quinta-feira 18 de abril

Liceu Regional de Bubaque / Sala 6

Eixo 5: A Educação Ambiental como contributo para a conservação dos valores e saberes tradicionais
Moderação: Miguel de Barros (Tiniguena)

Eixo 6: A Educação Ambiental como contributo para a conservação dos valores e saberes tradicionais
Moderação: Regina Charumar (PeojA)

Cidadania ambiental, participação ativa e comunicação de ciência no contexto da Agenda 2030 - Lia Vasconcelos, José Manuel Alho (Liga para a Proteção da Natureza)

Aspectos da conservação da natureza na tradição Bijagó da Ilha de Orango Grande - Guiné Bissau - Américo Sanhá (Universidade Lusófona da Guiné-Bissau)

A necessidade da inclusão do poder central pelo poder público na gestão do território na Guiné-Bissau - Geraldo Pina (DINAMIA'CET-IUL)

Programa de Apoio à Descentralização dos Serviços de Água e Energia - Raquel Sousa, Lara Espírito Santo, Georgios Xenakis (TESE - Associação para o Desenvolvimento)

Sistema de Governação nas Áreas Protegidas da Guine-Bissau - João Sousa Cordeiro (IBAP)

Os lixos Orgânicas e Inorgânicas na Guiné Bissau - Mademo Sissé, Ivano Monteiro, Bubacar Baldé (ONG Amigos do Ambiente)

10H00 - 10H30 / CAFÉ COM POSTER
Local: Espaço junto ao auditório

10H30 - 12H30 / PAINEL
Local: Auditório

Do marco conceptual às políticas públicas de E.A. nos países da CPLP

Oradores: Odete Semedo (Universidade Amílcar Cabral, Guiné-Bissau), Eulália Alexandre (Direção Geral de Educação de Portugal), Francisco Teixeira (Agência Portuguesa do Ambiente de Portugal), Alcina Almeida (Direção Nacional de Ambiente de Cabo Verde), Agostinho Cachapa (Universidade Mandume ya Ndemufayo, Angola)
Coordenador: Marcos Sorrentino (USP)

www.ealusofono.org
facebook.com/ealusofono
ealusofono2019@ealusofono.org

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

ENEA 2020 ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

5° DIA
quinta-feira 18 de abril

12H00 - 14H00 / ALMOÇO

14H00 - 15H30 / PAINEL
Local: Auditório

Infância e Juventude na CPLP: diálogos interculturais e E.A.

Oradores: Christine Jaumes (UNICEF Guiné-Bissau), Aissatu Forbs Djaló (Fórum da Juventude da CPLP / Conselho Nacional da Juventude da Guiné-Bissau), Maria João Correia (Associação Portuguesa de Educação Ambiental, Portugal), Sebastião Júnior (Parlamento Infantil da Guiné-Bissau), Representante do Encontro Infantojuvenil da CPLP
Dinamizador: Seco Sidibé (Fórum Infantojuvenil da CPLP/República di Mininus Hoje, Guiné-Bissau)

15H30 - 16H00 / CAFÉ COM POSTER
Local: Espaço junto ao auditório

16H00 - 17H30 / CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO
Local: Auditório

Educação Ambiental na resposta à crise socioambiental e migrações
Oradores: Miguel de Barros - Tiniguena (GB), Laura Amadori - Organização Internacional para as Migrações (GB)
Moderadora: Maria Miguel Estrela - Universidade de Cabo Verde (CV)

17H30 - 19H00 / SESSÃO DE ENCERRAMENTO
Local: Auditório

Leitura da declaração do congresso por Filomena Martins, representante da Comissão Científica

- **Francisco A. Moreira** / Administrador do Sector de Bubaque
- **Joãozinho Major Conno** / Representante do poder tradicional
- **Fátima Tchuma Camará** / representação da comissão organizadora
- **Joaquim Ramos Pinto** / Presidente da ASPEA / representação REDELUSO
- **Camilo Simões Pereira** / Ministro da Educação, Ensino Superior, Juventude, Cultura e Desporto

BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2017
V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
14-18 abril

5° DIA
quinta-feira 18 de abril

HOMENAGEM, CONDECORAÇÃO, ENTREGA DE LEMBRANÇAS

Homenagem, a título póstumo, ao Dr. Alfredo Simão da Silva

Condecoração ao Engº. Nelson Gomes Dias

Entrega de lembranças e distinções a membros de Governos da CPLP representados, Pontos Focais da REDELUSO e figuras destacadas na preparação e organização do V Congresso Internacional de Educação
Ambiental da CPLP e Galiza.

Anfitrião do VI Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa

Discurso de encerramento por Sua Excelência, o Sr. Primeiro Ministro da Guiné-Bissau, Dr. Aristides Gomes

Hino Nacional

19H00 - 19H30 / Animação Cultural de encerramento com artistas da CPLP

Festival Internacional de Música de Bubaque



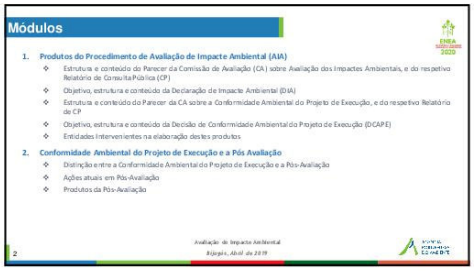
www.ealusofono.org
facebook.com/ealusofono
ealusofono2019@ealusofono.org

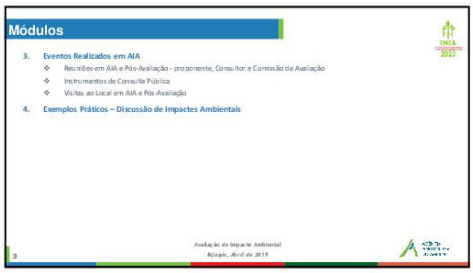
ANEXO II

Apresentações do minicurso de AIA

22/04/2019


AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
Avaliação de Impacte Ambiental
Augusto Soriano
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental - Divisão de Cidadania Ambiental
augusto.soriano@apambiente.pt
Rita Fernandes
Departamento de Avaliação Ambiental – Divisão de Prevenção e Pós-Avaliação
rita.fernandes@apambiente.pt
BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2019
REPÚBLICA PORTUGUESA
ENEA 2020


Módulos
1. Produtos do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)
Estrutura e conteúdo do Parecer da Comissão de Avaliação (CA) sobre Avaliação dos Impactes Ambientais, e do respetivo Relatório de Consulta Pública (CP)
Objetivo, estrutura e conteúdo da Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
Estrutura e conteúdo do Parecer da CA sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução, e do respetivo Relatório de CP
Objetivo, estrutura e conteúdo da Decisão de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE)
Entidades Intervenientes na elaboração destes produtos
2. Conformidade Ambiental do Projeto de Execução e a Pós Avaliação
Distinção entre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução e a Pós-Avaliação
Ações atuais em Pós-Avaliação
Produtos da Pós-Avaliação
Avaliação de Impacte Ambiental
Bijagós, Abril de 2019
2

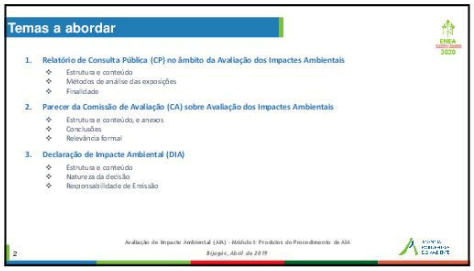

Módulos
3. Eventos Realizados em AIA
Reuniões em AIA e Pós-Avaliação - proponente, Consultor e Comissão de Avaliação
Instrumentos de Consulta Pública
Visitas ao Local em AIA e Pós-Avaliação
4. Exemplos Práticos – Discussão de Impactes Ambientais
Avaliação de Impacte Ambiental
Bijagós, Abril de 2019
3

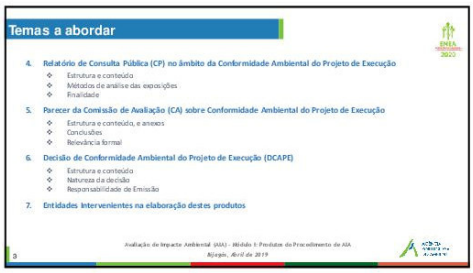

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
REPÚBLICA PORTUGUESA
apambiente.pt

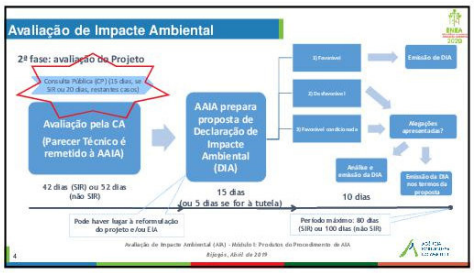
1

22/04/2019


AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)
Módulo I: Produtos do Procedimento de AIA
Augusto Serrano
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental - Divisão de Cidadania Ambiental
Rita Fernandes
Departamento de Avaliação Ambiental – Divisão de Prevenção e Pós-Avaliação
BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2019
REPÚBLICA PORTUGUESA
ENEA 2020


Temas a abordar
1. Relatório de Consulta Pública (CP) no âmbito da Avaliação dos Impactes Ambientais
Estrutura e conteúdo
Métodos de análise das exposições
Finalidade
2. Parecer da Comissão de Avaliação (CA) sobre Avaliação dos Impactes Ambientais
Estrutura e conteúdo, e anexos
Conclusões
Relevância formal
3. Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
Estrutura e conteúdo
Natureza da decisão
Responsabilidade de Emissão
2

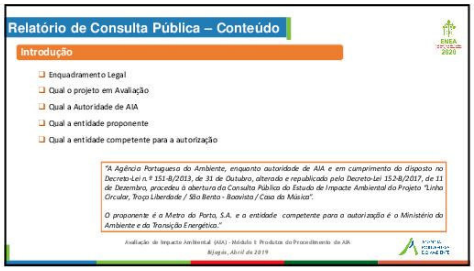

Temas a abordar
4. Relatório de Consulta Pública (CP) no âmbito da Conformidade Ambiental do Projeto de Execução
Estrutura e conteúdo
Métodos de análise das exposições
Finalidade
5. Parecer da Comissão de Avaliação (CA) sobre Conformidade Ambiental do Projeto de Execução
Estrutura e conteúdo, e anexos
Conclusões
Relevância formal
6. Decisão de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE)
Estrutura e conteúdo
Natureza da decisão
Responsabilidade de Emissão
7. Entidades Intervenientes na elaboração destes produtos
3


Avaliação de Impacte Ambiental
2ª fase: avaliação do Projeto
Consulta Pública (CP) (15 dias, ou 5 ou 20 dias, restantes casos)
Avaliação pela CA (Parecer Técnico é remetido à AAIA)
AAIA prepara proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
Emissão da DIA
Alegações apresentadas?
Análise e emissão da DIA
Emissão da DIA nos termos da proposta
42 dias (SIR) ou 52 dias (não SIR)
15 dias (ou 5 dias se for à tutela)
10 dias
Pode haver lugar à reformulação do projeto e/ou EIA
Período máximo: 80 dias (SIR) ou 100 dias (não SIR)
4


Relatório de Consulta Pública - Macroestrutura
Capa
Ficha Técnica
Índice
Anexos
5

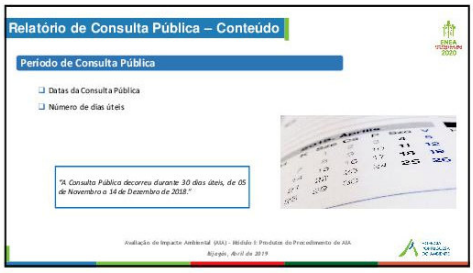

Relatório de Consulta Pública - Macroestrutura
Nome do relatório
Nome do projeto
Número administrativo
Entidade responsável (logotipo)
Índice com os diversos capítulos
Incluir o que consta dos anexos
Nome do relatório
Nome do projeto
Número administrativo
Departamento/Divisão
Técnico Responsável
Data de conclusão
Anexos opcionais
Lista de entidades a quem se publicitou a CP
Programa dos eventos de CP
Cópia das exposições recebidas
6


Relatório de Consulta Pública – Estrutura
Introdução
Projeto
Localização
Período de Consulta Pública
Documentos Publicitados e Locais de Consulta
Modalidades de Publicitação
Formas de Esclarecimento de Participação dos Interessados
Proveniência das Exposições Recebidas
Análise das Exposições
Síntese das Exposições

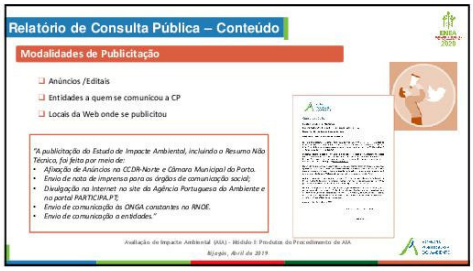

Relatório de Consulta Pública – Conteúdo
Introdução
Enquadramento Legal
Qual o projeto em Avaliação
Qual a Autoridade de AIA
Qual a entidade proponente
Qual a entidade competente para a autorização
"A Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto autoridade de AIA e em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 152-B/2017, de 11 de Dezembro, procedeu à abertura da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto "Linha Circular, Troço Liberdade / Sto Bento - Boavista / Casa da Música".
O proponente é a Metro do Porto, S.A. e a entidade competente para a autorização é o Ministério do Ambiente e da Transição Energética."


Relatório de Consulta Pública – Conteúdo
Projeto
Resumo do projeto em Avaliação
Imagem da implantação do projeto
"A Linha Circular Troço Liberdade/S. Bento – Boavista/Casa da Música desenvolve-se entre a Estação da Liberdade/S. Bento até à Estação Boavista/Casa da Música, totalmente em túnel e em via dupla, incluindo duas estações adicionais – Hospital de S.º António e Galiza – cinco poços de ventilação e emergência e o ramal de injeção veículos, em via simples, a partir da Linha C, já em exploração."

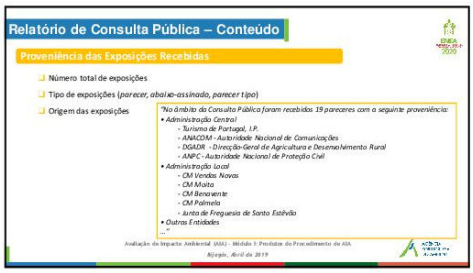

Relatório de Consulta Pública – Conteúdo
Localização
Localização administrativa do projeto
Mapa de localização
"O Projeto localiza-se no Concelho do Porto, nas freguesias da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau, e Vitória e União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.
Em termos regionais, o Concelho do Porto insere-se na Região Norte (NUTS II) e na Área Metropolitana do Porto (NUTS III)."

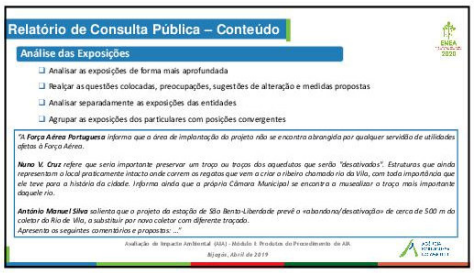

Relatório de Consulta Pública – Conteúdo
Período de Consulta Pública
Datas da Consulta Pública
Número de dias úteis
"A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de 05 de Novembro a 14 de Dezembro de 2018."

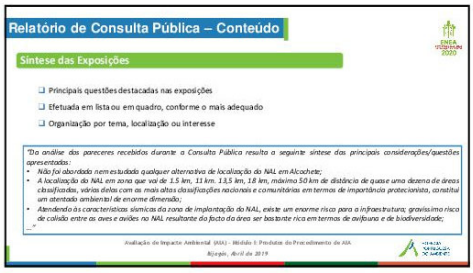

Relatório de Consulta Pública – Conteúdo
Documentos Publicitados e Locais de Consulta
Documentos que se encontram disponíveis (EIA e RNT)
Locais onde se encontram disponíveis (físicos ou virtuais)
"O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes locais:
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
Câmara Municipal do Porto.
Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT."


Relatório de Consulta Pública – Conteúdo
Modalidades de Publicitação
Anúncios /Editais
Entidades a quem se comunicou a CP
Locais da Web onde se publicitou
"A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:
Afixação de Anúncios no CCDR-Norte e Câmara Municipal do Porto.
Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social;
Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
Envio de comunicação da DNGA constantes no RNDE.
Envio de comunicação a entidades."


Relatório de Consulta Pública – Conteúdo
Formas de Esclarecimento de Participação dos Interessados
Eventos de Consulta Pública (Reuniões Técnicas, Exposições, Sessões de Esclarecimento, Balcões de Atendimento Personalizado, etc.)
Data, Hora e Local dos eventos.
Entidades presentes e número de pessoas
"No âmbito da Consulta Pública, a APA, tendo por objetivo promover um maior envolvimento dos cidadãos, autarquias e entidades diretamente interessadas e prestar esclarecimento relativamente ao processo de AIA, do projeto e respetivos impactes ambientais realizou uma Sessão de Esclarecimento, no dia 16 de Setembro, às 15h30m no Cinema-Teatro Joaquim d'Almeida no Montijo.


Relatório de Consulta Pública – Conteúdo
Proveniência das Exposições Recebidas
Número total de exposições
Tipo de exposições (parecer, abaixo-assinado, parecer tipo)
Origem das exposições
"No âmbito da Consulta Pública foram recebidos 19 pareceres com a seguinte proveniência:
Administração Central
- Turismo de Portugal, I.P.
- ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações
- DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
Administração Local
- CM Vendas Novas
- CM Moita
- CM Benavente
- CM Palmela
- Junta de Freguesia de Santo Estêvão
Outras Entidades

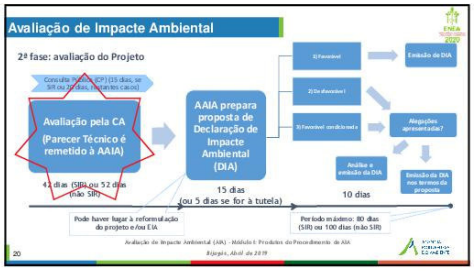

Relatório de Consulta Pública – Conteúdo
Análise das Exposições
Analisar as exposições de forma mais aprofundada
Realçar as questões colocadas, preocupações, sugestões de alteração e medidas propostas
Analisar separadamente as exposições das entidades
Agrupar as exposições dos particulares com posições convergentes
"A Força Aérea Portuguesa informa que a área de implantação do projeto não se encontra abrangida por qualquer servidão de utilidades afetas à Força Aérea.
Nuno V. Cruz refere que seria importante preservar um troço ou troços dos aquedutos que serão "desativados". Estruturas que ainda representam o local praticamente intacto onde correm as regatas que vem a criar o ribeiro chamado rio da Vila, com toda impotância que ele teve para a história da cidade. Informa ainda que a própria Câmara Municipal se encontra a musealizar o traço mais importante daquele rio.
António Manuel Silva salienta que o projeto da estação de São Bento-Liberdade prevê o «abandono/desativação» de cerca de 500 m do coletor do Rio de Vila, a substituir por novo coletor com diferente traçado.
Apresenta as seguintes comentários e propostas ..."


Relatório de Consulta Pública – Conteúdo
Síntese das Exposições
Principais questões destacadas nas exposições
Efetuada em lista ou em quadro, conforme o mais adequado
Organização por tema, localização ou interesse
"Da análise dos pareceres recebidos durante a Consulta Pública resulta a seguinte síntese das principais considerações/questões apresentadas:
Não foi abordado nem estudada qualquer alternativa de localização do NAL em Alcochete;
A localização do NAL em zona que vai de 1,5 km, 11 km, 13,5 km, 18 km, máximo 50 km de distância de quase uma dezena de áreas classificadas, várias delas com as mais altas classificações nacionais e comunitárias em termos de importância protecionista, constitui um atentado ambiental de enorme dimensão;
Atendendo às características sísmicas da zona de implantação do NAL, existe um enorme risco para a infraestrutura; gravíssimo risco de colisão entre as aves e aviões no NAL resultante do facto da área ser bastante rica em termos de avifauna e de biodiversidade;

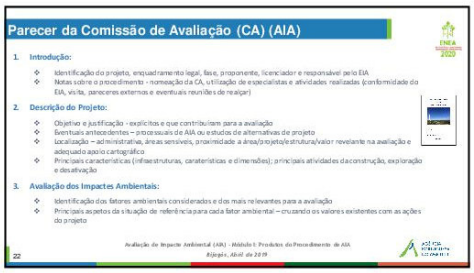

Relatório de Consulta Pública – Esquematização de Posições
Posição Favorável / Desfavorável por entidade
Origem da Exposição | Favorável | Desfavorável
Sociedade Agrícola da Quinta do Côvo | (poderá aceitar a Solução B) | Soluções A e B
Quinta do Seixal | Solução B + B1 | Solução A
Termas de São Jorge | Solução A | Solução B
Amigos do Ulma | Solução B | Solução A

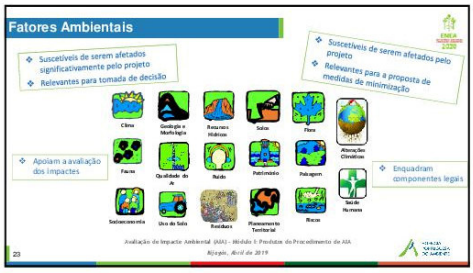
22/04/2019

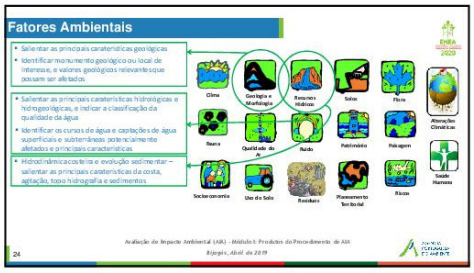

Relatório de Consulta Pública – Esquematização de Posições
Posição Favorável / Desfavorável por entidade e localização
Origem do Parecer | Favorável | Desfavorável | Freguesia | Concelho
31 pareceres individuais de residentes na freguesia de Milheirós de Poiares. | Solução B | Solução A | Milheirós de Poiares | Santa Maria da Feira
3 pareceres tipo de residentes na freguesia de Canedo. | Solução B | Solução A | Canedo | Santa Maria da Feira
1 parecer dum residente na freguesia de Pindelo. | - | Solução B (Nó B2) | Pindelo | Oliveira de Azeméis
17 pareceres individuais de residentes em São João da Madeira. | - | Solução A | - | São João da Madeira
2 pareceres individuais de residentes em Valega - Ovar. | - | Solução A | Valega | Ovar


Avaliação de Impacte Ambiental
2ª fase: avaliação do Projeto
Avaliação pela CA (Parecer Técnico é remetido à AAIA)
AAIA prepara proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
Emissão da DIA
Alegações apresentadas?
Análise e emissão da DIA
Emissão da DIA nos termos da proposta
42 dias (SIR) ou 52 dias (não SIR)
15 dias
(ou 5 dias se for à tutela)
10 dias
Pode haver lugar à reformulação do projeto e/ou EIA
Período máximo: 80 dias (SIR) ou 100 dias (não SIR)

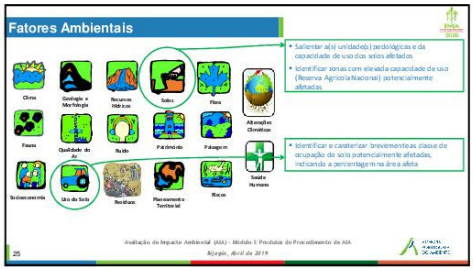

Parecer da Comissão de Avaliação (CA) (AIA)
Adequação à Fase do Projeto - Estudo Prévio/Anteprojeto ou Projeto de Execução
Localização – alternativas em estudo prévio/anteprojeto, definida em projeto de execução
Detalhe dos estudo de referência – maior detalhe e área de estudo mais restrita em projeto de execução
Impactes ambientais - mais específicos e detalhados em projeto de execução
Condicionamentos – grandes condicionamentos em estudo prévio/anteprojeto, condicionamentos mais precisos em projeto de execução
Medidas de Minimização ou Compensação - mais específicas e desenvolvidas em projeto de execução
Conclusão – escolha do local e das condições para o projeto de execução, em estudo prévio/anteprojeto, e condições de construção, exploração e desativação, em projeto de execução
Adequação à Tipologia de Projeto - Lineares ou Localizados
Adequação à Localização e Características da Área de Estudo – fatores ambientais e entidades/técnicos especialistas

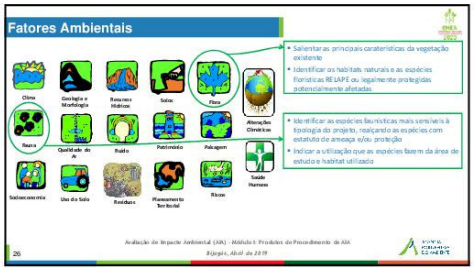

Parecer da Comissão de Avaliação (CA) (AIA)
1. Introdução:
Identificação do projeto, enquadramento legal, fase, proponente, licenciador e responsável pelo EIA
Notas sobre o procedimento - nomeação da CA, utilização de especialistas e atividades realizadas (conformidade do EIA, visita, pareceres externos e eventuais reuniões de reajuste)
2. Descrição do Projeto:
Objetivo e justificação - explícitos e que contribuíram para a avaliação
Eventuais antecedentes – processuais de AIA ou estudos de alternativas de projeto
Localização – administrativa, áreas sensíveis, proximidade à área/projeto/estrutura/valor revelante na avaliação e adequado apoio cartográfico
Principais características (infraestruturas, características e dimensões); principais atividades da construção, exploração e desativação
3. Avaliação dos Impactes Ambientais:
Identificação dos fatores ambientais considerados e dos mais relevantes para a avaliação
Principais aspetos da situação de referência para cada fator ambiental – cruzando os valores existentes com as ações do projeto

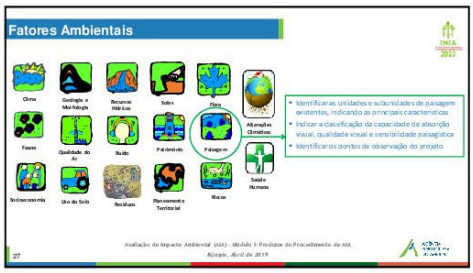

Fatores Ambientais
Suscetíveis de serem afetados significativamente pelo projeto
Relevantes para tomada de decisão
Suscetíveis de serem afetados pelo projeto
Relevantes para a proposta de medidas de minimização
Apoiam a avaliação dos impactes
Enquadram componentes legais
Clima
Geologia e Morfologia
Recursos Hídricos
Solos
Flora
Alterações Climáticas
Fauna
Qualidade do ar
Ruído
Património
Paisagem
Saúde Humana
Socioeconomia
Uso do Solo
Resíduos
Planeamento Territorial
Riscos

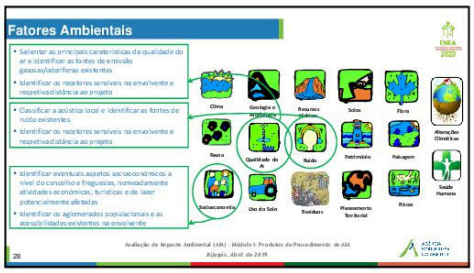

Fatores Ambientais
Salientar as principais características geológicas
Identificar monumento geológico ou local de interesse, e valores geológicos relevantes que possam ser afetados
Salientar as principais características hidrológicas e hidrogeológicas, e indicar a classificação da qualidade da água
Identificar os cursos de água e captações de água superficiais e subterrâneas potencialmente afetados e principais características
Hidrodinâmica costeira e evolução sedimentar – salientar as principais características da costa, agitação, topo hidrografia e sedimentos
Clima
Geologia e Morfologia
Recursos Hídricos
Solos
Flora
Alterações Climáticas
Fauna
Qualidade do ar
Ruído
Património
Paisagem
Saúde Humana
Socioeconomia
Uso do Solo
Resíduos
Planeamento Territorial
Riscos

22/04/2019

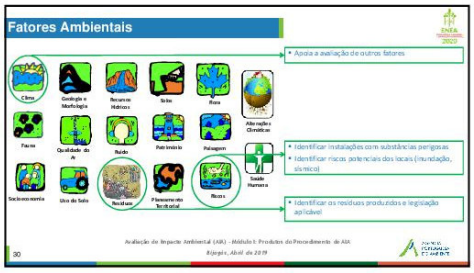

Fatores Ambientais
Salientar a(s) unidade(s) pedológicas e da capacidade de uso dos solos afetados
Identificar zonas com elevada capacidade de uso (Reserva Agrícola Nacional) potencialmente afetadas
Identificar e caracterizar brevemente as classe de ocupação do solo potencialmente afetadas, indicando a percentagem na área afeta
Clima
Geologia e Morfologia
Recursos Hídricos
Solos
Flora
Alterações Climáticas
Fauna
Qualidade do Ar
Ruído
Património
Paisagem
Socioeconomia
Uso do Solo
Resíduos
Planeamento Territorial
Riscos
Saúde Humana
25


Fatores Ambientais
Salientar as principais características da vegetação existente
Identificar os habitats naturais e as espécies florísticas RELAPE ou legalmente protegidas potencialmente afetadas
Identificar as espécies faunísticas mais sensíveis à tipologia do projeto, realçando as espécies com estatuto de ameaça e/ou proteção
Indicar a utilização que as espécies fazem da área de estudo e habitat utilizado
Clima
Geologia e Morfologia
Recursos Hídricos
Solos
Flora
Alterações Climáticas
Fauna
Qualidade do Ar
Ruído
Património
Paisagem
Saúde Humana
Socioeconomia
Uso do Solo
Resíduos
Planeamento Territorial
Riscos
26

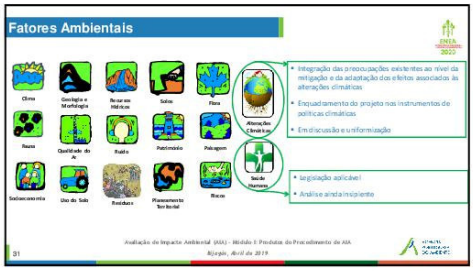

Fatores Ambientais
Identificar as unidades e subunidades de paisagem existentes, indicando as principais características
Indicar a classificação da capacidade de absorção visual, qualidade visual e sensibilidade paisagística
Identificar os pontos de observação do projeto
Clima
Geologia e Morfologia
Recursos Hídricos
Solos
Flora
Alterações Climáticas
Fauna
Qualidade do Ar
Ruído
Património
Paisagem
Saúde Humana
Socioeconomia
Uso do Solo
Resíduos
Planeamento Territorial
Riscos
27


Fatores Ambientais
Salientar as principais características da qualidade do ar e identificar as fontes de emissão gasosas/odoríferas existentes
Identificar os recetores sensíveis na envolvente e respetiva distância ao projeto
Classificar a acústica local e identificar as fontes de ruído existentes
Identificar os recetores sensíveis na envolvente e respetiva distância ao projeto
Identificar eventuais aspetos socioeconómicos a nível do concelho e freguesias, nomeadamente atividades económicas, turísticas e de lazer potencialmente afetadas
Identificar os aglomerados populacionais e as acessibilidades existentes na envolvente
Clima
Geologia e Morfologia
Recursos Hídricos
Solos
Flora
Alterações Climáticas
Fauna
Qualidade do Ar
Ruído
Património
Paisagem
Saúde Humana
Socioeconomia
Uso do Solo
Resíduos
Planeamento Territorial
Riscos
28


Fatores Ambientais
Identificar as ocorrências arqueológicas detetadas potencialmente afetadas, indicando a respetiva importância patrimonial e características relevantes
Clima
Geologia e Morfologia
Recursos Hídricos
Solos
Flora
Alterações Climáticas
Fauna
Qualidade do Ar
Ruído
Património
Paisagem
Saúde Humana
Socioeconomia
Uso do Solo
Resíduos
Planeamento Territorial
Riscos
29

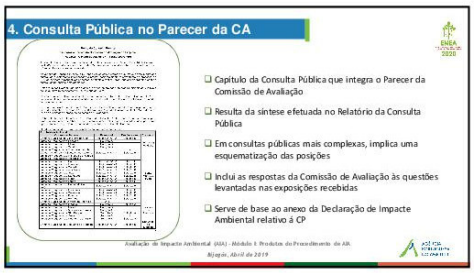

Fatores Ambientais
Aplica a avaliação de outros fatores
Identificar instalações com substâncias perigosas
Identificar riscos potenciais dos locais (inundação, sísmico)
Identificar os resíduos produzidos e legislação aplicável
Clima
Geologia e Morfologia
Recursos Hídricos
Solos
Flora
Alterações Climáticas
Fauna
Qualidade do Ar
Ruído
Património
Paisagem
Saúde Humana
Socioeconomia
Uso do Solo
Resíduos
Planeamento Territorial
Riscos
30

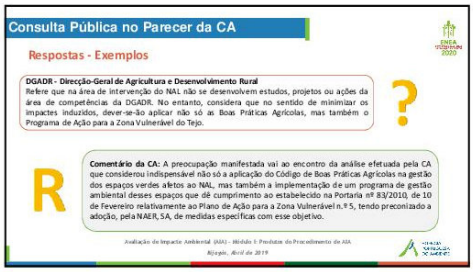
22/04/2019

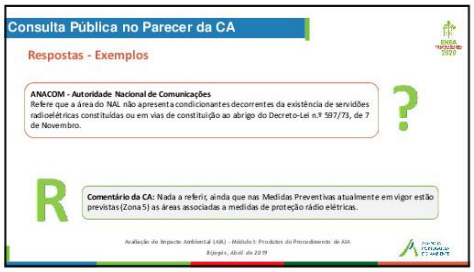

Fatores Ambientais
Clima
Geologia e Morfologia
Recursos Hídricos
Solos
Flora
Fauna
Qualidade do Ar
Ruído
Património
Paisagem
Socioeconomia
Uso do Solo
Resíduos
Planeamento Territorial
Riscos
Alterações Climáticas
Saúde Humana
Integração das preocupações existentes ao nível da mitigação e da adaptação dos efeitos associados às alterações climáticas
Enquadramento do projeto nos instrumentos de políticas climáticas
Em discussão e uniformização
Legislação aplicável
Análise ainda insipiente
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo I: Produtos do Procedimento de AIA
Bijagós, Abril de 2019
31

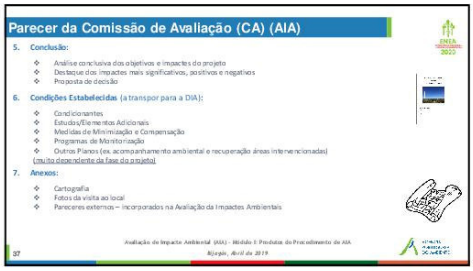

Parecer da Comissão de Avaliação (CA) (AIA)
3. Avaliação dos Impactes Ambientais:
Identificação dos fatores ambientais considerados e dos mais relevantes para a avaliação
Principais aspetos da situação de referência para cada fator ambiental – cruzando os valores existentes com as ações do projeto
Instrumentos de Gestão Territorial – identificação de planos, condicionantes, restrições de utilidade pública, outros projetos com eventuais áreas de proteção
Identificar os Planos de Ordenamento do Território
Identificar as classes de espaço de uso e das condicionantes definidas nos Planos de Ordenamento do Território
Salientar aspetos relevantes da análise de cada classe de espaço de uso identificada e do regime jurídico de cada condicionante
Identificar outras condicionantes, servidões ou restrições de utilidade pública
Identificar incompatibilidades com o projeto e respetivas ações a desenvolver
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo I: Produtos do Procedimento de AIA
Bijagós, Abril de 2019
32

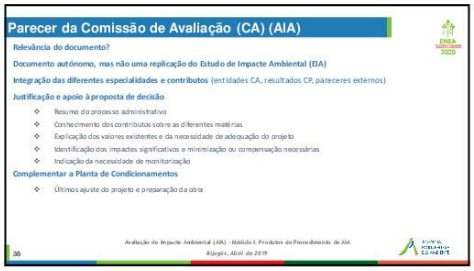

Parecer da Comissão de Avaliação (CA) (AIA)
3. Avaliação dos Impactes Ambientais:
Identificação dos fatores ambientais considerados e dos mais relevantes para a avaliação
Principais aspetos da situação de referência para cada fator ambiental – cruzando os valores existentes com as ações do projeto
Instrumentos de Gestão Territorial – identificação de planos, condicionantes, restrições de utilidade pública, outros projetos com eventuais áreas de proteção
Identificação dos impactes ambientais – hierarquização, afeta um fator ambiental ou vários, e classificação
Positivos
Negativos
Magnitude Elevada/Média/Reduzida Muito Significativo/Significativo/Pouco Significativo
Temporários/Permanentes Curto/Médio/Longo Prazo Reversíveis/Irreversíveis
Local/Regional/Nacional/ Internacional/Global
Transfronteiriço
Diretos
Indiretos
Certo/ Provável/ Improvável/ Ocorrência Desconhecida
Minimizável/Não Minimizável
Cumulativo
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo I: Produtos do Procedimento de AIA
Bijagós, Abril de 2019
33

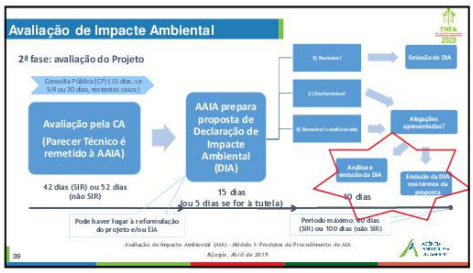

4. Consulta Pública no Parecer da CA
Capítulo da Consulta Pública que integra o Parecer da Comissão de Avaliação
Resulta da síntese efetuada no Relatório da Consulta Pública
Em consultas públicas mais complexas, implica uma esquematização das posições
Inclui as respostas da Comissão de Avaliação às questões levantadas nas exposições recebidas
Serve de base ao anexo da Declaração de Impacte Ambiental relativo à CP
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo I: Produtos do Procedimento de AIA
Bijagós, Abril de 2019

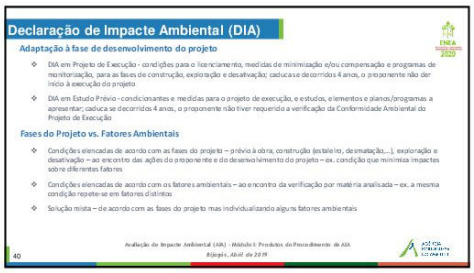

Consulta Pública no Parecer da CA
Respostas - Exemplos
DGADR - Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Refere que na área de intervenção do NAL não se desenvolvem estudos, projetos ou ações da área de competências da DGADR. No entanto, considera que no sentido de minimizar os impactes induzidos, dever-se-ão aplicar não só as Boas Práticas Agrícolas, mas também o Programa de Ação para a Zona Vulnerável do Tejo.
?
R
Comentário da CA: A preocupação manifestada vai ao encontro da análise efetuada pela CA que considerou indispensável não só a aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas na gestão dos espaços verdes afetos ao NAL, mas também a implementação de um programa de gestão ambiental desses espaços que dê cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 83/2010, de 10 de Fevereiro relativamente ao Plano de Ação para a Zona Vulnerável n.º 5, tendo preconizado a adoção, pela NAER, SA, de medidas específicas com esse objetivo.
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo I: Produtos do Procedimento de AIA
Bijagós, Abril de 2019

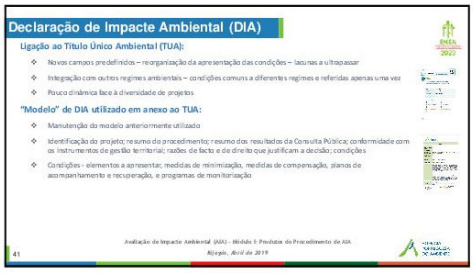

Consulta Pública no Parecer da CA
Respostas - Exemplos
ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações
Refere que a área do NAL não apresenta condicionantes decorrentes da existência de servidões radioelétricas constituídas ou em vias de constituição ao abrigo do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de Novembro.
?
R
Comentário da CA: Nada a referir, ainda que nas Medidas Preventivas atualmente em vigor estão previstas (Zona 5) as áreas associadas a medidas de proteção rádio elétricas.
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo I: Produtos do Procedimento de AIA
Bijagós, Abril de 2019

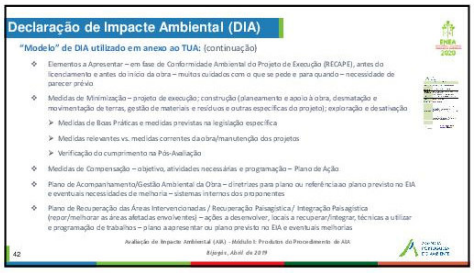

Parecer da Comissão de Avaliação (CA) (AIA)
5. Conclusão:
Análise conclusiva dos objetivos e impactes do projeto
Destaque dos impactes mais significativos, positivos e negativos
Proposta de decisão
6. Condições Estabelecidas (a transpor para a DIA):
Condicionantes
Estudos/Elementos Adicionais
Medidas de Minimização e Compensação
Programas de Monitorização
Outros Planos (ex. acompanhamento ambiental e recuperação áreas intervencionadas)
(ou lo correspondente da fase do projeto)
7. Anexos:
Cartografia
Fotos da visita ao local
Pareceres externos – incorporados na Avaliação de Impactes Ambientais
37


Parecer da Comissão de Avaliação (CA) (AIA)
Relevância do documento?
Documento autónomo, mas não uma replicação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA)
Integração das diferentes especialidades e contributos (entidades CA, resultados CP, pareceres externos)
Justificação e apoio à proposta de decisão
Resumo do processo administrativo
Conhecimento dos contributos sobre as diferentes matérias
Explicação dos valores existentes e da necessidade de adequação do projeto
Identificação dos impactes significativos e minimização ou compensação necessárias
Indicação da necessidade de monitorização
Complementar a Planta de Condicionamentos
Últimos ajuste do projeto e preparação da obra
38

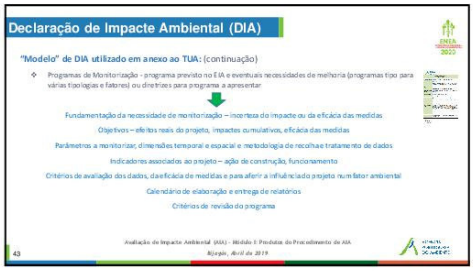

Avaliação de Impacte Ambiental
2ª fase: avaliação do Projeto
Consulta Pública (CP) (15 dias, se SIR ou 20 dias, restantes casos)
Avaliação pela CA (Parecer Técnico é remetido à AAIA)
AAIA prepara proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
1) Favorável
2) Desfavorável
3) Favorável condicionada
Emissão de DIA
Alegações apresentadas?
Análise e emissão da DIA
Emissão da DIA nos termos da proposta
42 dias (SIR) ou 52 dias (não SIR)
15 dias (ou 5 dias se for à tutela)
40 dias
Pode haver lugar à reformulação do projeto e/ou EIA
Período máximo: 90 dias (SIR) ou 100 dias (não SIR)
39

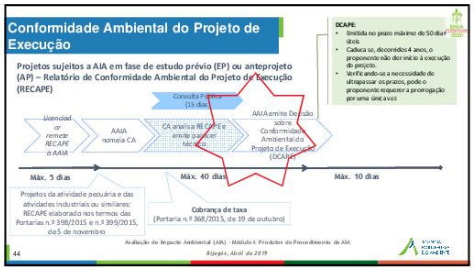

Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
Adaptação à fase de desenvolvimento do projeto
DIA em Projeto de Execução - condições para o licenciamento, medidas de minimização e/ou compensação e programas de monitorização, para as fases de construção, exploração e desativação; caducase decorridos 4 anos, o proponente não der início à execução do projeto
DIA em Estudo Prévio - condicionantes e medidas para o projeto de execução, e estudos, elementos e planos/programas a apresentar; caduca se decorridos 4 anos, o proponente não tiver requerido a verificação da Conformidade Ambiental do Projeto de Execução
Fases do Projeto vs. Fatores Ambientais
Condições elencadas de acordo com as fases do projeto – prévio à obra, construção (estaleiro, desmatação,...), exploração e desativação – ao encontro das ações do proponente e do desenvolvimento do projeto – ex. condição que minimiza impactes sobre diferentes fatores
Condições elencadas de acordo com os fatores ambientais – ao encontro da verificação por matéria analisada – ex. a mesma condição repete-se em fatores distintos
Solução mista – de acordo com as fases do projeto mas individualizando alguns fatores ambientais
40

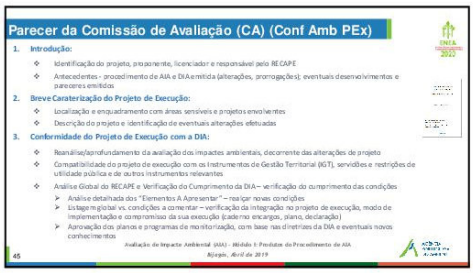

Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
Ligação ao Título Único Ambiental (TUA):
Novos campos predefinidos – reorganização da apresentação das condições – lacunas a ultrapassar
Integração com outros regimes ambientais – condições comuns a diferentes regimes e referidas apenas uma vez
Pouca dinâmica face à diversidade de projetos
"Modelo" de DIA utilizado em anexo ao TUA:
Manutenção do modelo anteriormente utilizado
Identificação do projeto; resumo do procedimento; resumo dos resultados da Consulta Pública; conformidade com os instrumentos de gestão territorial; razões de facto e de direito que justificam a decisão; condições
Condições - elementos a apresentar, medidas de minimização, medidas de compensação, planos de acompanhamento e recuperação, e programas de monitorização
41

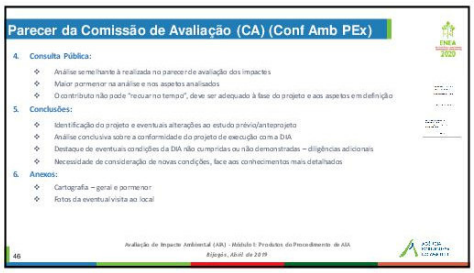

Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
"Modelo" de DIA utilizado em anexo ao TUA: (continuação)
Elementos a Apresentar – em fase de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE), antes do licenciamento e antes do início da obra – muitos cuidados com o que se pede e para quando – necessidade de parecer prévio
Medidas de Minimização – projeto de execução; construção (planeamento e apoio à obra, desmatação e movimentação de terras, gestão de materiais e resíduos e outras específicas do projeto); exploração e desativação
Medidas de Boas Práticas e medidas previstas na legislação específica
Medidas relevantes vs. medidas correntes da obra/manutenção dos projetos
Verificação do cumprimento na Pós-Avaliação
Medidas de Compensação – objetivo, atividades necessárias e programação – Plano de Ação
Plano de Acompanhamento/Gestão Ambiental da Obra – diretrizes para plano ou referência ao plano previsto no EIA e eventuais necessidades de melhoria – sistemas internos dos proponentes
Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas / Recuperação Paisagística/ Integração Paisagística (repor/melhorar as áreas afetadas envolventes) – ações a desenvolver, locais a recuperar/integrar, técnicas a utilizar e programação de trabalhos – plano a apresentar ou plano previsto no EIA e eventuais melhorias
42

22/04/2019

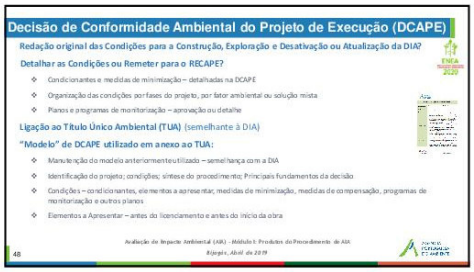

Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
"Modelo" de DIA utilizado em anexo ao TUA: (continuação)
Programas de Monitorização - programa previsto no EIA e eventuais necessidades de melhoria (programas tipo para várias tipologias e fatores) ou diretrizes para programa a apresentar
Fundamentação da necessidade de monitorização – incerteza do impacte ou da eficácia das medidas
Objetivos – efeitos reais do projeto, impactes cumulativos, eficácia das medidas
Parâmetros a monitorizar, dimensões temporal e espacial e metodologia de recolha e tratamento de dados
Indicadores associados ao projeto – ação de construção, funcionamento
Critérios de avaliação dos dados, da eficácia de medidas e para aferir a influência do projeto num fator ambiental
Calendário de elaboração e entrega de relatórios
Critérios de revisão do programa
43


Conformidade Ambiental do Projeto de Execução
Projetos sujeitos a AIA em fase de estudo prévio (EP) ou anteprojeto (AP) – Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE)
Licenciador remete RECAPE à AAIA
AAIA nomeia CA
CA analisa RECAPE e emite parecer técnico
AAIA emite Decisão sobre Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE)
Máx. 5 dias
Máx. 40 dias
Máx. 10 dias
DCAPE:
Emitida no prazo máximo de 50 dias úteis
Caduca se, decorridos 4 anos, o proponente não der início à execução do projeto.
Verificando-se a necessidade de ultrapassar os prazos, pode o proponente requerer a prorrogação por uma única vez
Projetos da atividade pecuária e das atividades industriais ou similares: RECAPE elaborado nos termos das Portarias n.º 398/2015 e n.º 399/2015, de 5 de novembro
Cobrança de taxa (Portaria n.º 368/2015, de 19 de outubro)
44

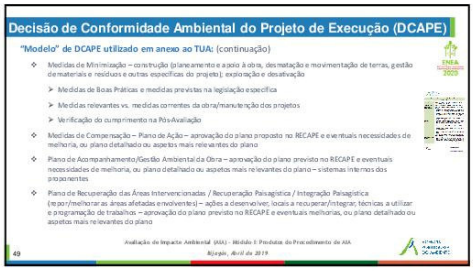

Parecer da Comissão de Avaliação (CA) (Conf Amb PEx)
1. Introdução:
Identificação do projeto, proponente, licenciador e responsável pelo RECAPE
Antecedentes - procedimento de AIA e DIA emitida (alterações, prorrogações); eventuais desenvolvimentos e pareceres emitidos
2. Breve Caraterização do Projeto de Execução:
Localização e enquadramento com áreas sensíveis e projetos envolventes
Descrição do projeto e identificação de eventuais alterações efetuadas
3. Conformidade do Projeto de Execução com a DIA:
Reanálise/aprofundamento da avaliação dos impactes ambientais, decorrente das alterações de projeto
Compatibilidade do projeto de execução com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes
Análise Global do RECAPE e Verificação do Cumprimento da DIA – verificação do cumprimento das condições
Análise detalhada dos "Elementos A Apresentar" – realçar novas condições
Listagem global vs. condições a comentar – verificação da integração no projeto de execução, modo de implementação e cumprimento da sua execução (cadernos encargos, plano, declaração)
Aprovação dos planos e programas de monitorização, com base nas diretrizes da DIA e eventuais novos conhecimentos
45

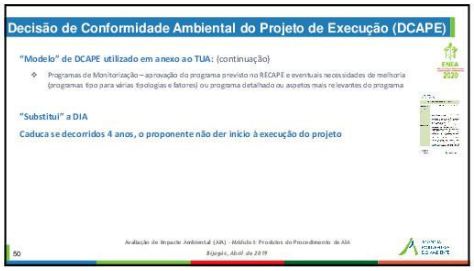

Parecer da Comissão de Avaliação (CA) (Conf Amb PEx)
4. Consulta Pública:
Análise semelhante à realizada no parecer de avaliação dos impactes
Maior pormenor na análise e nos aspetos analisados
O contributo não pode "recuar no tempo", deve ser adequado à fase do projeto e aos aspetos em definição
5. Conclusões:
Identificação do projeto e eventuais alterações ao estudo prévio/anteprojeto
Análise conclusiva sobre a conformidade do projeto de execução com a DIA
Destaque de eventuais condições da DIA não cumpridas ou não demonstradas – diligências adicionais
Necessidade de consideração de novas condições, face aos conhecimentos mais detalhados
6. Anexos:
Cartografia – geral e pormenor
Fotos da eventual visita ao local
46


Parecer da Comissão de Avaliação (CA) (Conf Amb PEx)
Relevância do documento?
Documento autónomo, mas não uma replicação do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE)
Não é realizada uma avaliação dos impactes do projeto, somente reanálise em caso de alterações significativas que o justifiquem
Duas vertentes:
Verificação da conformidade do projeto de execução com a DIA
Proposta de condições para as fases de construção, exploração e desativação – redação original ou atualização da DIA?
Justificação e apoio à proposta de decisão:
Resumo do processo administrativo
Conhecimento dos contributos sobre as diferentes condições previstas na DIA à luz das diferentes temáticas
Identificação de necessidades adicionais
Complementar a Planta de Condicionamentos
Ajuste do projeto e preparação da obra
47

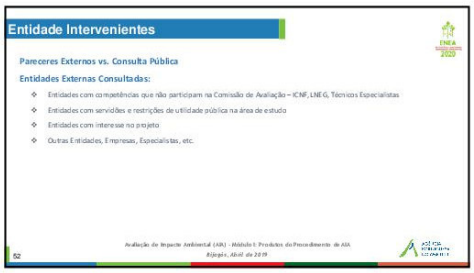

Decisão de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE)
Redação original das Condições para a Construção, Exploração e Desativação ou Atualização da DIA?
Detalhar as Condições ou Remeter para o RECAPE?
Condicionantes e medidas de minimização – detalhadas na DCAPE
Organização das condições por fases do projeto, por fator ambiental ou solução mista
Planos e programas de monitorização – aprovação ou detalhe
Ligação ao Título Único Ambiental (TUA) (semelhante à DIA)
"Modelo" de DCAPE utilizado em anexo ao TUA:
Manutenção do modelo anteriormente utilizado – semelhança com a DIA
Identificação do projeto; condições; síntese do procedimento; Principais fundamentos da decisão
Condições – condicionantes, elementos a apresentar, medidas de minimização, medidas de compensação, programas de monitorização e outros planos
Elementos a Apresentar – antes do licenciamento e antes do início da obra
48

22/04/2019


Decisão de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE)
"Modelo" de DCAPE utilizado em anexo ao TUA: (continuação)
Medidas de Minimização – construção (planeamento e apoio à obra, desmatação e movimentação de terras, gestão de materiais e resíduos e outras específicas do projeto); exploração e desativação
Medidas de Boas Práticas e medidas previstas na legislação específica
Medidas relevantes vs. medidas correntes da obra/manutenção dos projetos
Verificação do cumprimento na Pós-Avaliação
Medidas de Compensação – Plano de Ação – aprovação do plano proposto no RECAPE e eventuais necessidades de melhoria, ou plano detalhado ou aspetos mais relevantes do plano
Plano de Acompanhamento/Gestão Ambiental da Obra – aprovação do plano previsto no RECAPE e eventuais necessidades de melhoria, ou plano detalhado ou aspetos mais relevantes do plano – sistemas internos dos proponentes
Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas / Recuperação Paisagística / Integração Paisagística (repor/melhorar as áreas afetadas envolventes) – ações a desenvolver, locais a recuperar/integrar, técnicas a utilizar e programação de trabalhos – aprovação do plano previsto no RECAPE e eventuais melhorias, ou plano detalhado ou aspetos mais relevantes do plano
49


Decisão de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE)
"Modelo" de DCAPE utilizado em anexo ao TUA: (continuação)
Programas de Monitorização – aprovação do programa previsto no RECAPE e eventuais necessidades de melhoria (programas tipo para várias tipologias e fatores) ou programa detalhado ou aspetos mais relevantes do programa
"Substitui" a DIA
Caduca se decorridos 4 anos, o proponente não der início à execução do projeto
50

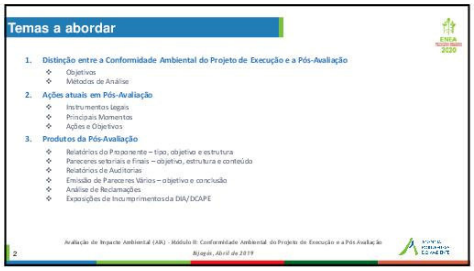

Entidades Intervenientes
Autoridade de AIA – Agência Portuguesa do Ambiente / Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
Coordenação
Consulta Pública
Entidade Licenciadora
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
Técnicos Especialistas:
Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves
Direção Geral do Património Cultural
Direções Regionais de Cultura
Agência Portuguesa do Ambiente – Departamentos:
Resíduos
Ruído
Qualidade do Ar
Laboratório Nacional de Engenharia Civil
Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Outras Faculdades...
Direção Geral de Saúde
Litoral e Proteção Costeira - hidrodinâmica
Prevenção Acidentes Graves
Alterações Climáticas
Direção Geral Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
Administrações Hidrográficas
51

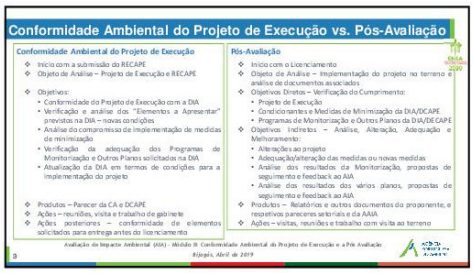

Entidade Intervenientes
Pareceres Externos vs. Consulta Pública
Entidades Externas Consultadas:
Entidades com competências que não participam na Comissão de Avaliação – ICNF, LNEG, Técnicos Especialistas
Entidades com servidões e restrições de utilidade pública na área de estudo
Entidades com interesse no projeto
Outras Entidades, Empresas, Especialistas, etc.
52

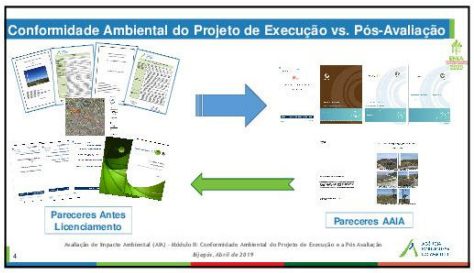

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
apambiente.pt

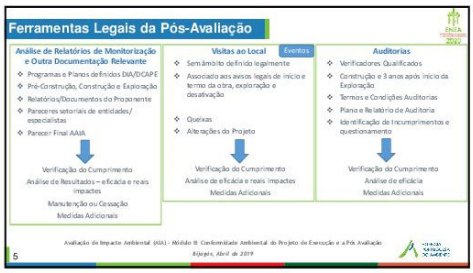
22/04/2019


AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)
Módulo II - Conformidade Ambiental do Projeto de Execução e a Pós Avaliação
Augusto Soriano
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental - Divisão de Cidadania Ambiental
augusto.soriano@apambiente.pt
Rita Fernandes
Departamento de Avaliação Ambiental – Divisão de Prevenção e Pós-Avaliação
rita.fernandes@apambiente.pt
BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2019
REPÚBLICA PORTUGUESA
ENEA 2020

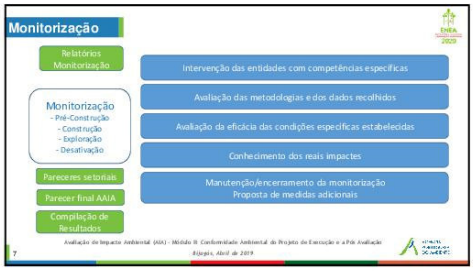

Temas a abordar
1. Distinção entre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução e a Pós-Avaliação
Objetivos
Métodos de Análise
2. Ações atuais em Pós-Avaliação
Instrumentos Legais
Principais Momentos
Ações e Objetivos
3. Produtos da Pós-Avaliação
Relatórios do Proponente – tipo, objetivo e estrutura
Pareceres setoriais e Finais – objetivo, estrutura e conteúdo
Relatórios de Auditorias
Emissão de Pareceres Vários – objetivo e conclusão
Análise de Reclamações
Exposições de Incumprimentos da DIA/DCAPE
2


Conformidade Ambiental do Projeto de Execução vs. Pós-Avaliação
Conformidade Ambiental do Projeto de Execução
Início com a submissão do RECAPE
Objeto de Análise – Projeto de Execução e RECAPE
Objetivos:
Conformidade do Projeto de Execução com a DIA
Verificação e análise dos "Elementos a Apresentar" previstos na DIA – novas condições
Análise do compromisso de implementação de medidas de minimização
Verificação da adequação dos Programas de Monitorização e Outros Planos solicitados na DIA
Atualização da DIA em termos de condições para a implementação do projeto
Produtos – Parecer da CA e DCAPE
Ações – reuniões, visita e trabalho de gabinete
Ações posteriores – conformidade de elementos solicitados para entrega antes do licenciamento
Pós-Avaliação
Início com o Licenciamento
Objeto de Análise – Implementação do projeto no terreno e análise de documentos associados
Objetivos Diretos – Verificação do Cumprimento:
Projeto de Execução
Condicionantes e Medidas de Minimização da DIA/DCAPE
Programas de Monitorização e Outros Planos da DIA/DECAPE
Objetivos Indiretos – Análise, Alteração, Adequação e Melhoramento:
Alterações ao projeto
Adequação/alteração das medidas ou novas medidas
Análise dos resultados da Monitorização, propostas de seguimento e feedback ao AIA
Análise dos resultados dos vários planos, propostas de seguimento e feedback ao AIA
Produtos – Relatórios e outros documentos do proponente, e respetivos pareceres setoriais e da AAIA
Ações – visitas, reuniões e trabalho com visita ao terreno
3

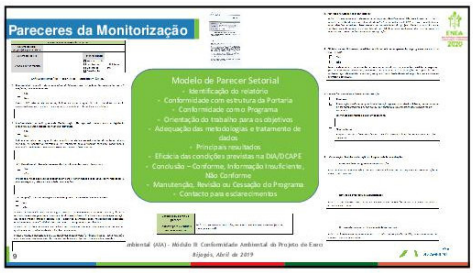

Conformidade Ambiental do Projeto de Execução vs. Pós-Avaliação
Pareceres Antes Licenciamento
Pareceres AAIA
4

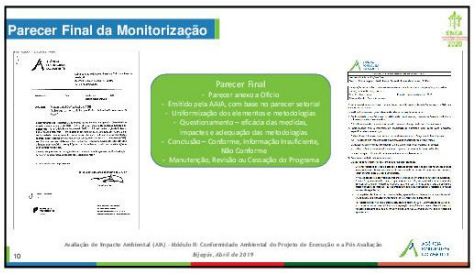

Ferramentas Legais da Pós-Avaliação
Análise de Relatórios de Monitorização e Outra Documentação Relevante
Programas e Planos definidos DIA/DCAPE
Pré-Construção, Construção e Exploração
Relatórios/Documentos do Proponente
Pareceres setoriais de entidades/ especialistas
Parecer Final AAIA
Verificação do Cumprimento
Análise de Resultados – eficácia e reais impactes
Manutenção ou Cessação
Medidas Adicionais
Visitas ao Local
Eventos
Sem âmbito definido legalmente
Associado aos avisos legais de início e termo da obra, exploração e desativação
Queixas
Alterações do Projeto
Verificação do Cumprimento
Análise de eficácia e reais impactes
Medidas Adicionais
Auditorias
Verificadores Qualificados
Construção e 3 anos após início da Exploração
Termos e Condições Auditorias
Plano e Relatório de Auditoria
Identificação de incumprimentos e questionamento
Verificação do Cumprimento
Análise de eficácia
Medidas Adicionais
5

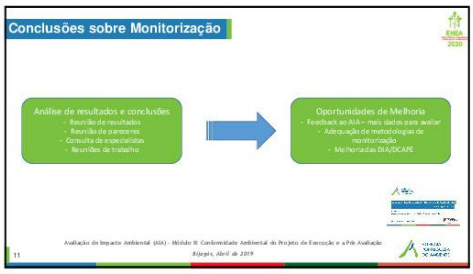

Principais Momentos da Pós-Avaliação
Licenciamento
Aviso pelo licenciador
Instrução PA
Revisão do Procedimento de AIA
Conhecimento do Projeto
Análise DIA/DCAPE e consulta de respetivos pareceres da CA e pareceres da AAIA
Verificação de Elementos em falta
Informação sobre Auditorias
Início da Construção
Aviso pelo proponente
Identificação de eventuais aspetos pendentes
Modo de demonstração do cumprimento das medidas
Final da Construção
Aviso pelo proponente
Documento demonstrativo do cumprimento das medidas
Visita
Relatório de Monitorização da Construção
Relatório de Auditoria
Início da recuperação das áreas afetadas
Início da Exploração
Aviso pelo proponente
Análise das condições previstas para a exploração
Início da Monitorização da Exploração
Ponto se situação das Medidas Compensatórias
Final da Monitorização
Relatório Final
Discussão de resultados – reunião
Cessação ou Manutenção
Auditoria da Exploração
Relatório de Auditoria
Ponto de situação do cumprimento da DIA/DCAPE
6

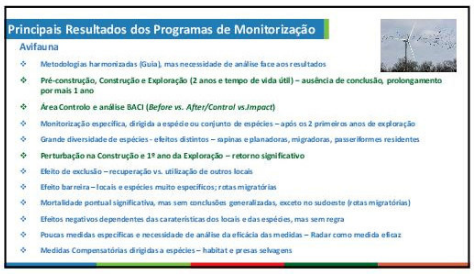

Monitorização
Relatórios Monitorização
Monitorização
- Pré-Construção
- Construção
- Exploração
- Desativação
Pareceres setoriais
Parecer final AAIA
Compilação de Resultados
Intervenção das entidades com competências específicas
Avaliação das metodologias e dos dados recolhidos
Avaliação da eficácia das condições específicas estabelecidas
Conhecimento dos reais impactes
Manutenção/encerramento da monitorização
Proposta de medidas adicionais


Relatório de Monitorização
Introdução
Antecedentes
Descrição Programa
- Tratamento dos dados
- Relação com o Projeto
- Critérios de avaliação dos dados
Resultados
- Comparação com Ano 0 e evolução dos dados
- Comparação Área Projeto vs. Área Controlo
- Eficácia das Medidas de Minimização
Conclusões
- Impactes reais
- Necessidade de Medidas Adicionais
- Resultados adequados para a recorrer o Programa
Anexos
- Bom apoio cartográfico dos resultados


Pareceres da Monitorização
Modelo de Parecer Setorial
- Identificação do relatório
- Conformidade com estrutura da Portaria
- Conformidade como Programa
- Orientação do trabalho para os objetivos
- Adequação das metodologias e tratamento de dados
- Principais resultados
- Eficácia das condições previstas na DIA/EIA/PE
- Conclusão – Conforme, Informação Insuficiente, Não Conforme
- Manutenção, Revisão ou Cessação do Programa
- Contacto para esclarecimentos


Parecer Final da Monitorização
Parecer Final
- Parecer anexo a Ofício
- Emitido pela AIA, com base no parecer setorial
- Uniformização dos elementos e metodologias
- Questionamento – eficácia das medidas, impactes e adequação das metodologias
- Conclusão – Conforme, Informação Insuficiente, Não Conforme
- Manutenção, Revisão ou Cessação do Programa


Conclusões sobre Monitorização
Análise de resultados e conclusões
- Reunião de resultados
- Reunião de pareceres
- Consulta de especialistas
- Reuniões de trabalho
Oportunidades de Melhoria
- Feedback ao AIA – mais dados para avaliar
- Adequação de metodologias de monitorização
- Melhoria das DIA/EIA/PE


Principais Resultados dos Programas de Monitorização
Avifauna
Metodologias harmonizadas (Guia), mas necessidade de análise face aos resultados
Pré-construção, Construção e Exploração (2 anos e tempo de vida útil) – ausência de conclusão, prolongamento por mais 1 ano
Área Controlo e análise BACI (Before vs. After/Control vs.Impact)
Monitorização específica, dirigida a espécie ou conjunto de espécies – após os 2 primeiros anos de exploração
Grande diversidade de espécies - efeitos distintos – rapinas e planadoras, migradoras, passeriformes residentes
Perturbação na Construção e 1º ano da Exploração – retorno significativo
Efeito de exclusão – recuperação vs. utilização de outros locais
Efeito barreira – locais e espécies muito específicos; rotas migratórias
Mortalidade pontual significativa, mas sem conclusões generalizadas, exceto no sudoeste (rotas migratórias)
Efeitos negativos dependentes das caraterísticas dos locais e das espécies, mas sem regra
Poucas medidas específicas e necessidade de análise da eficácia das medidas – Radar como medida eficaz
Medidas Compensatórias dirigidas a espécies – habitat e presas selvagens

Principais Resultados dos Programas de Monitorização

Quirópteros

- Metodologias harmonizadas (orientações ICNF) – dados analisados
- **Pré-construção, (Construção) e Exploração (2 anos e tempo de vida útil) – ausência de conclusão, prolongamento por mais 1 ano**
- **Área Controlo e análise BACI (*Before vs. After/Control vs.Impact*)**
- Grande diversidade de espécies - efeitos distintos – cavernícolas e arboricolas
- Perturbação - ?
- Efeitos negativos dependentes das caraterísticas dos locais e das espécies, mas sem regra
- **Mortalidade pontual significativa, mas sem conclusões generalizadas**
- Poucas medidas específicas e necessidade de análise da eficácia das medidas
- Medidas Adicionais face aos resultados da monitorização – funcionamento condicionado dos aerogeradores



Principais Resultados dos Programas de Monitorização



Lobo

- Metodologias harmonizadas (orientações ICNF) – grande evolução nos métodos; dados analisados; Plano Ação de Conservação do Lobo-Ibérico
- Pré-construção, Construção e Exploração (3/5 anos e tempo de vida útil) – ausência de conclusão, prolongamento por mais 1 ano (ou mais)
- Grandes áreas de monitorização – associações de proponentes (ACHLI)
- **Perturbação na Construção com afastamento da espécies – regresso vs. mudança de locais de atividade**
- Perturbação na Exploração – locais de atividade ganharam acessibilidades
- Afetação pontual da reprodução – alteração do local; desconhecimento dos novos locais
- Dificuldade em restringir os efeitos negativos aos Parques Eólicos
- **Alguma análise à eficácia das medidas de minimização**
- Medidas Compensatórias – habitat, presas silvestres e sensibilização

Principais Resultados dos Programas de Monitorização

Flora e Vegetação

- Metodologias harmonizadas (Guia), mas necessidade de análise face aos resultados
- Pré-construção, Construção e Exploração (2 anos) – ausência de conclusão, prolongamento por mais 1 ano (ou mais); acompanhamento da recuperação
- **Análise BACI (*Before vs. After/Control vs.Impact*), considerando a recuperação**
- Afetação direta da Obra – recuperação posterior
- Perturbação de habitats envolventes – alteração das condições
- **Problemática das espécies invasoras – Planos de Controlo e Irradicação**
- Análise da eficácia das medidas incipiente
- Medidas Adicionais – recuperação ou potenciação da recuperação



Principais Resultados dos Programas de Monitorização



Ruído

- Metodologias harmonizadas (RGR e Guia) – falta rigor e consenso
- Pré-construção e Exploração (2 campanhas)
- Análise dos limites legais – não há análise dos impactes
- **Incomodidade na exploração – poucos dados e variações grandes**
- Resultados pouco fiáveis – problema da campanha única e das baixas frequências
- **Queixas**
- Ausência de conclusões dos reais impactes
- Ausência da aplicação de medidas de minimização – repetição exaustiva da monitorização





Acompanhamento do Projeto

Documentos demonstrativos da implementação da condições da DIA/DCAPE

Acompanhamento
- Pré-Construção
- Construção
- Exploração
- Desativação

Pareceres setoriais

Parecer final AAIA

Compilação de Análises

- Intervenção das entidades com competências específicas
- Análise de alterações propostas pelo proponente
- Verificação da implementação das condições da DIA/DCAPE
- Avaliação da eficácia das medidas
- Proposta de medidas adicionais ou corretivas

Documentos Demonstrativos da Implementação da DIA/DCAPE

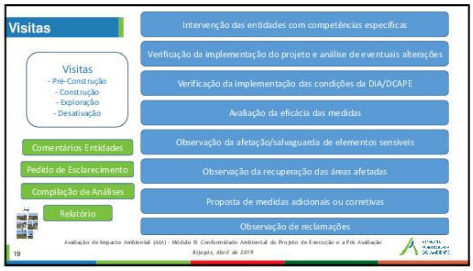
Documento solicitado na DIA/DCAPE
Relatório de Acompanhamento Ambiental da Obra
Relatório associado à gestão da obra (interno do proponente)
Outro tipo de documento que seja demonstrativo – construção, exploração e desativação

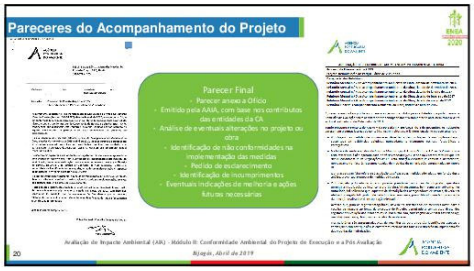
Conteúdo Portaria:
- Identificação do projeto e fase
- Identificação do AIA e respetiva DIA/DCAPE
- Ponto de situação da implementação das medidas – meios, prazos, responsabilidades
- Demonstração da implementação das medidas
- Avaliação da eficácia das medidas
- Descrição de reclamações

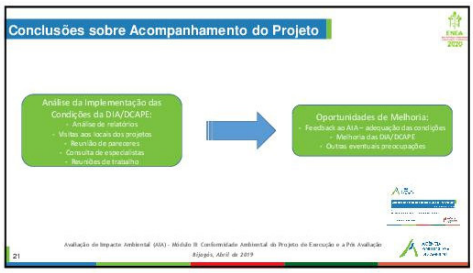







Visitas
Visitas
- Pré-Construção
- Construção
- Exploração
- Desativação
Comentários Entidades
Pedido de Esclarecimento
Compilação de Análises
Relatório
Intervenção das entidades com competências específicas
Verificação da implementação do projeto e análise de eventuais alterações
Verificação da implementação das condições da DIA/DCAPE
Avaliação da eficácia das medidas
Observação da afetação/salvaguarda de elementos sensíveis
Observação da recuperação das áreas afetadas
Proposta de medidas adicionais ou corretivas
Observação de reclamações


Pareceres do Acompanhamento do Projeto
Parecer Final


Conclusões sobre Acompanhamento do Projeto
Análise da Implementação das Condições da DIA/DCAPE:
- Análise de relatórios
- Visitas aos locais dos projetos
- Reunião de parceiros
- Consulta de especialistas
- Reuniões de trabalho
Oportunidades de Melhoria:
- Feedback ao AIA – adequação das condições
- Melhoria das DIA/DCAPE
- Outras eventuais preocupações


Apresentação e Discussão de Resultados sobre a Implementação das Medidas de Minimização da Fase de Construção e Identificação de Constrangimentos
Medidas de Projeto
Acessos: não utilização de materiais impermeabilizantes – eficácia caso a caso
Situações de cumprimento com consequências negativas
Situações de incumprimento com impactes indiretos
Exceção das zonas de elevado declive
Materiais contrastantes (nova medida)

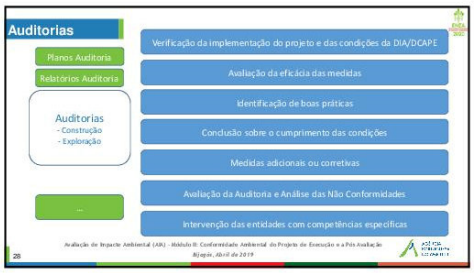

Apresentação e Discussão de Resultados sobre a Implementação das Medidas de Minimização da Fase de Construção e Identificação de Constrangimentos

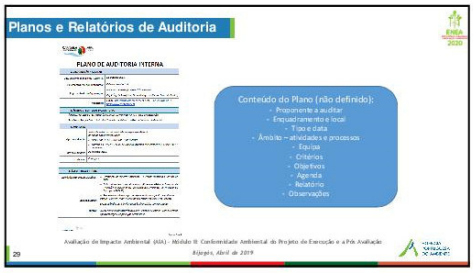

Apresentação e Discussão de Resultados sobre a Implementação das Medidas de Minimização da Fase de Construção e Identificação de Constrangimentos
Medidas de Projeto
Cancelas nos acessos: novos acessos e áreas sensíveis
Medida útil mas solução de eficácia duvidosa, muito dependente do local
Várias soluções de manutenção – cadeado ou não
Soluções exageradas
Necessidade de avaliação pelo ICNF


Apresentação e Discussão de Resultados sobre a Implementação das Medidas de Minimização da Fase de Construção e Identificação de Constrangimentos


Apresentação e Discussão de Resultados sobre a Implementação das Medidas de Minimização da Fase de Construção e Identificação de Constrangimentos
Medidas de Projeto
Drenagem (PH, valetas, caixas de visita): manutenção do escoamento natural; valetas não em betão (exceção dos grandes declives); enquadramento paisagístico (nova)
Medidas, no geral, eficazes, com alguns problemas pontuais corrigidos
Exagero na impermeabilização das valetas
Utilização de pedra local para revestimento

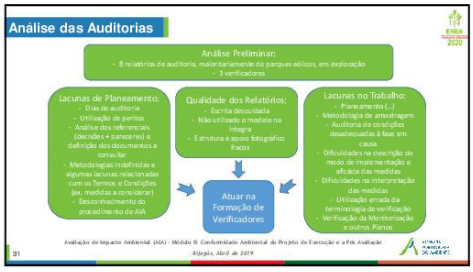

Apresentação e Discussão de Resultados sobre a Implementação das Medidas de Minimização da Fase de Construção e Identificação de Constrangimentos

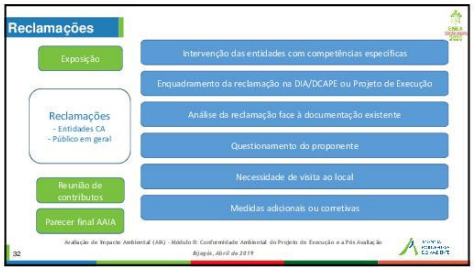

Auditorias
Planos Auditoria
Relatórios Auditoria
Auditorias
- Construção
- Exploração
...
Verificação da implementação do projeto e das condições da DIA/DCAPE
Avaliação da eficácia das medidas
Identificação de boas práticas
Conclusão sobre o cumprimento das condições
Medidas adicionais ou corretivas
Avaliação da Auditoria e Análise das Não Conformidades
Intervenção das entidades com competências específicas

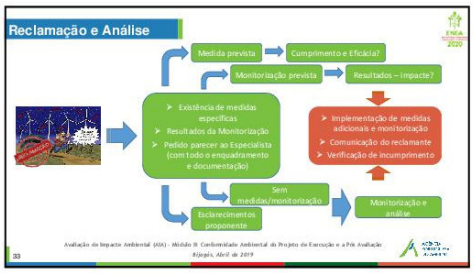

Planos e Relatórios de Auditoria
PLANO DE AUDITORIA INTERNA
Conteúdo do Plano (não definido):
- Proponente a auditar
- Enquadramento e local
- Tipo e data
- Âmbito – atividades e processos
- Equipa
- Critérios
- Objetivos
- Agenda
- Relatório
- Observações

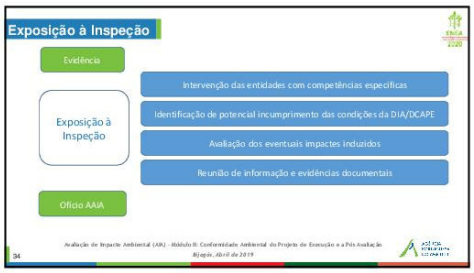

Planos e Relatórios de Auditoria
Conformidade com os Termos e Critérios:
- Estrutura e conteúdo
- Critérios para planeamento
- Cumprimento do objetivo
- Documentos de referência e consultados
Análise dos Resultados:
- Dúvidas na modo de implementação das condições
- Não Conformidades e Incumprimentos
- Aspetos a reter e melhorar nas decisões
Dados para a Pós-Avaliação

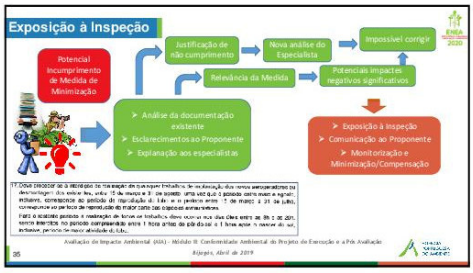
22/04/2019


Análise das Auditorias
Análise Preliminar:
- 8 relatórios de auditoria, maioritariamente de parques eólicos, em exploração
- 3 verificadores
Lacunas de Planeamento:
- Dias de auditoria
- Utilização de peritos
- Análise dos referenciais (decisões + pareceres) e definição dos documentos a consultar
- Metodologias indefinidas e algumas lacunas relacionadas com os Termos e Condições (ex. medidas a considerar)
- Desconhecimento do procedimento da AIA
Qualidade dos Relatórios:
- Escrita desajustada
- Não utilizado o modelo na íntegra
- Estrutura e apoio fotográfico fracos
Atuar na Formação de Verificadores
Lacunas no Trabalho:
- Planeamento (...)
- Metodologia de amostragem
- Auditoria de condições desadequadas à fase em causa
- Dificuldades na descrição do nexo de materialização e eficácia das medidas
- Dificuldades na interpretação das medidas
- Utilização errada da terminologia de verificação
- Verificação da Monitorização e outros Planos
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo II: Conformidade Ambiental do Projeto de Execução e a Pós Avaliação
Bijagós, Abril de 2019
31

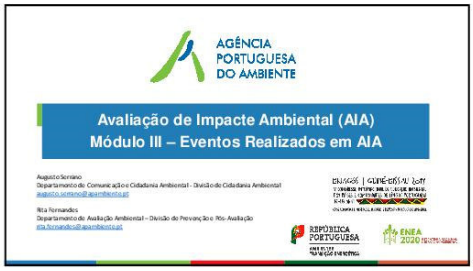

Reclamações
Exposição
Reclamações
- Entidades CA
- Público em geral
Reunião de contributos
Parecer final AAIA
Intervenção das entidades com competências específicas
Enquadramento da reclamação na DIA/DCAPE ou Projeto de Execução
Análise da reclamação face à documentação existente
Questionamento do proponente
Necessidade de visita ao local
Medidas adicionais ou corretivas
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo II: Conformidade Ambiental do Projeto de Execução e a Pós Avaliação
Bijagós, Abril de 2019
32

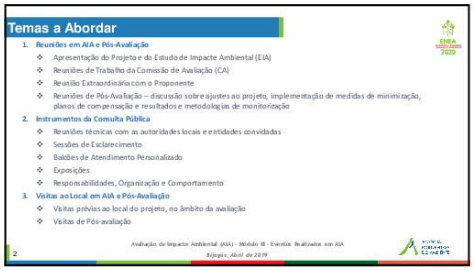

Reclamação e Análise
Medida prevista
Cumprimento e Eficácia?
Monitorização prevista
Resultados – Impacte?
➢ Existência de medidas específicas
➢ Resultados da Monitorização
➢ Pedido parecer ao Especialista (com todo o enquadramento e documentação)
➢ Implementação de medidas adicionais e monitorização
➢ Comunicação do reclamante
➢ Verificação de incumprimento
Sem medidas/monitorização
Esclarecimentos proponente
Monitorização e análise
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo II: Conformidade Ambiental do Projeto de Execução e a Pós Avaliação
Bijagós, Abril de 2019
33


Exposição à Inspeção
Evidência
Exposição à Inspeção
Ofício AAIA
Intervenção das entidades com competências específicas
Identificação de potencial incumprimento das condições da DIA/DCAPE
Avaliação dos eventuais impactes induzidos
Reunião de informação e evidências documentais
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo II: Conformidade Ambiental do Projeto de Execução e a Pós Avaliação
Bijagós, Abril de 2019
34

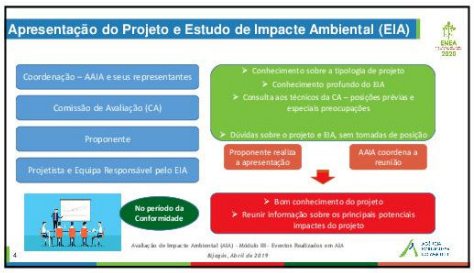

Exposição à Inspeção
Potencial Incumprimento de Medida de Minimização
Justificação de não cumprimento
Nova análise do Especialista
Impossível corrigir
Relevância da Medida
Potenciais impactes negativos significativos
➢ Análise da documentação existente
➢ Esclarecimentos ao Proponente
➢ Explanação aos especialistas
➢ Exposição à Inspeção
➢ Comunicação ao Proponente
➢ Monitorização e Minimização/Compensação
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo II: Conformidade Ambiental do Projeto de Execução e a Pós Avaliação
Bijagós, Abril de 2019
35

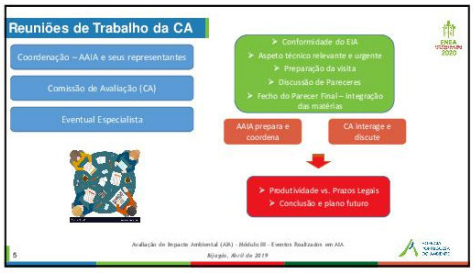

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
apambiente.pt

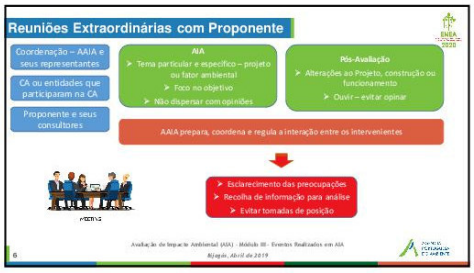

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)
Módulo III – Eventos Realizados em AIA
Augusto Soriano
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental - Divisão de Cidadania Ambiental
augusto.soriano@apambiente.pt
Rita Fernandes
Departamento de Avaliação Ambiental – Divisão de Prevenção e Pós-Avaliação
rita.fernandes@apambiente.pt
BIJAGÓS | GUINÉ-BISSAU 2019
REPÚBLICA PORTUGUESA
ENEA 2020

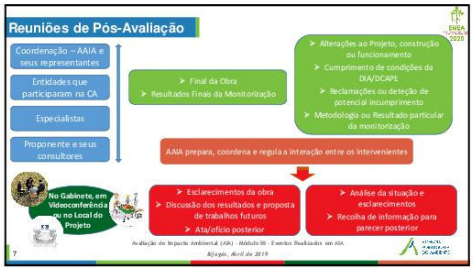

Temas a Abordar
1. Reuniões em AIA e Pós-Avaliação
Apresentação do Projeto e do Estudo de Impacte Ambiental (EIA)
Reuniões de Trabalho da Comissão de Avaliação (CA)
Reunião Extraordinária com o Proponente
Reuniões de Pós-Avaliação – discussão sobre ajustes ao projeto, implementação de medidas de minimização, planos de compensação e resultados e metodologias de monitorização
2. Instrumentos da Consulta Pública
Reuniões técnicas com as autoridades locais e entidades convidadas
Sessões de Esclarecimento
Balcões de Atendimento Personalizado
Exposições
Responsabilidades, Organização e Comportamento
3. Visitas ao Local em AIA e Pós-Avaliação
Visitas prévias ao local do projeto, no âmbito da avaliação
Visitas de Pós-avaliação
2


Reuniões em AIA e Pós-Avaliação - Intervenientes
Nível hierárquico
Coordenação – AAIA e seus representantes
Comissão de Avaliação (CA) – entidades que participaram na CA
Especialistas representantes ou não de entidades
Proponente, dono da obra e projetista
Equipas do EIA e Consultores
Aspetos técnicos
Questões estratégicas
Nível decisório
Disponibilidades de Agenda – presencial vs. videoconferência
Intervenientes ativos e passivos
Objetivos e Prioridades
Definição de temas
Condução da reunião
3


Apresentação do Projeto e Estudo de Impacte Ambiental (EIA)
Coordenação – AAIA e seus representantes
Comissão de Avaliação (CA)
Proponente
Projetista e Equipa Responsável pelo EIA
Conhecimento sobre a tipologia de projeto
Conhecimento profundo do EIA
Consulta aos técnicos da CA – posições prévias e especiais preocupações
Dúvidas sobre o projeto e EIA, sem tomadas de posição
Proponente realiza a apresentação
AAIA coordena a reunião
No período da Conformidade
Bom conhecimento do projeto
Reunir informação sobre os principais potenciais impactes do projeto
4

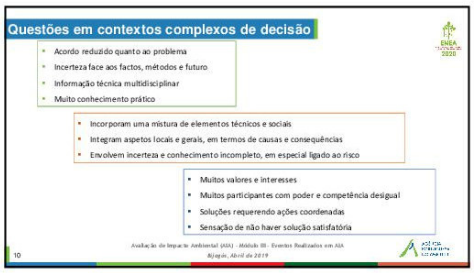

Reuniões de Trabalho da CA
Coordenação – AAIA e seus representantes
Comissão de Avaliação (CA)
Eventual Especialista
Conformidade do EIA
Aspeto técnico relevante e urgente
Preparação da visita
Discussão de Pareceres
Fecho do Parecer Final – integração das matérias
AAIA prepara e coordena
CA interage e discute
Produtividade vs. Prazos Legais
Conclusão e plano futuro
5

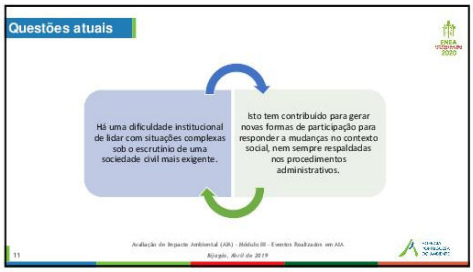

Reuniões Extraordinárias com Proponente
Coordenação – AAIA e seus representantes
CA ou entidades que participaram na CA
Proponente e seus consultores
AIA
Tema particular e específico – projeto ou fator ambiental
Foco no objetivo
Não dispersar com opiniões
Pós-Avaliação
Alterações ao Projeto, construção ou funcionamento
Ouvir – evitar opinar
AAIA prepara, coordena e regula a interação entre os intervenientes
Esclarecimento das preocupações
Recolha de informação para análise
Evitar tomadas de posição
6

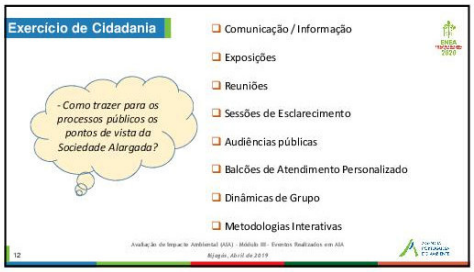

Reuniões de Pós-Avaliação
Coordenação – AAIA e seus representantes
Entidades que participaram na CA
Especialistas
Proponente e seus consultores
Final da Obra
Resultados Finais da Monitorização
Alterações ao Projeto, construção ou funcionamento
Cumprimento de condições da DIA/DCAPE
Reclamações ou deteção de potencial incumprimento
Metodologia ou Resultado particular da monitorização
AAIA prepara, coordena e regula a interação entre os intervenientes
No Gabinete, em Videoconferência ou no Local do Projeto
Esclarecimentos da obra
Discussão dos resultados e proposta de trabalhos futuros
Ata/ofício posterior
Análise da situação e esclarecimentos
Recolha de informação para parecer posterior
7

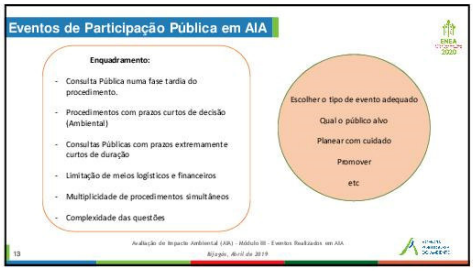

Reuniões de Pós-Avaliação
Coordenação – AAIA e seus representantes
Entidades competentes
Discussão e uniformização de metodologias e procedimentos
AAIA propõe e participa
Diretrizes e orientações
Procedimentos e estratégias
Resolução de preocupações
8

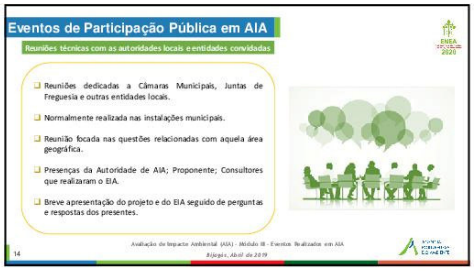

Consulta Pública
Compete à Autoridade de AIA promover a consulta pública, elaborar o respetivo relatório e decidir, em função da natureza e complexidade do projeto, dos seus impactes ambientais previsíveis, ou do grau de certificabilidade potencial da sua execução, a forma de concretização adequada da consulta pública que permita uma efetiva auscultação do público interessado
Permitir que o público interessado possa exprimir as suas opiniões livremente, para que as autoridades as considerem na tomada de decisão.
9

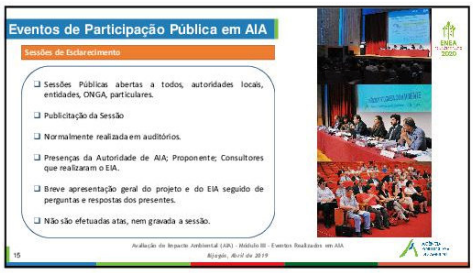

Questões em contextos complexos de decisão
Acordo reduzido quanto ao problema
Incerteza face aos factos, métodos e futuro
Informação técnica multidisciplinar
Muito conhecimento prático
Incorporam uma mistura de elementos técnicos e sociais
Integram aspetos locais e gerais, em termos de causas e consequências
Envolvem incerteza e conhecimento incompleto, em especial ligado ao risco
Muitos valores e interesses
Muitos participantes com poder e competência desigual
Soluções requerendo ações coordenadas
Sensação de não haver solução satisfatória
10

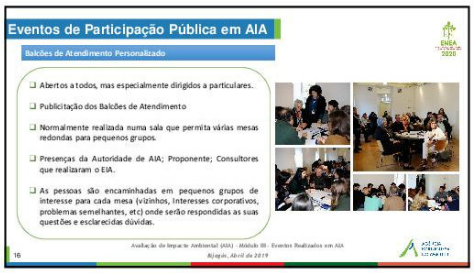

Questões atuais
Há uma dificuldade institucional de lidar com situações complexas sob o escrutínio de uma sociedade civil mais exigente.
Isto tem contribuído para gerar novas formas de participação para responder a mudanças no contexto social, nem sempre respaldadas nos procedimentos administrativos.
11

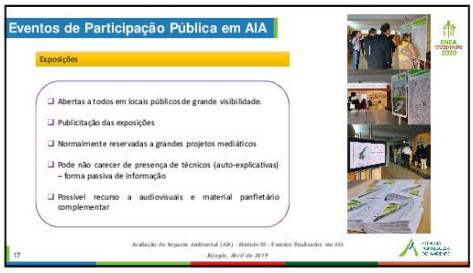

Exercício de Cidadania
Comunicação / Informação
Exposições
Reuniões
Sessões de Esclarecimento
Audiências públicas
Balcões de Atendimento Personalizado
Dinâmicas de Grupo
Metodologias Interativas
- Como trazer para os processos públicos os pontos de vista da Sociedade Alargada?
12

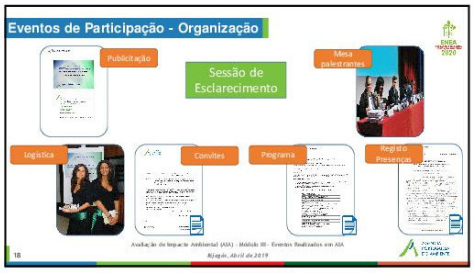

Eventos de Participação Pública em AIA
Enquadramento:
- Consulta Pública numa fase tardia do procedimento.
- Procedimentos com prazos curtos de decisão (Ambiental)
- Consultas Públicas com prazos extremamente curtos de duração
- Limitação de meios logísticos e financeiros
- Multiplicidade de procedimentos simultâneos
- Complexidade das questões
Escolher o tipo de evento adequado
Qual o público alvo
Planear com cuidado
Promover
etc
13


Eventos de Participação Pública em AIA
Reuniões técnicas com as autoridades locais e entidades convidadas
Reuniões dedicadas a Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e outras entidades locais.
Normalmente realizada nas instalações municipais.
Reunião focada nas questões relacionadas com aquela área geográfica.
Presenças da Autoridade de AIA; Proponente; Consultores que realizaram o EIA.
Breve apresentação do projeto e do EIA seguido de perguntas e respostas dos presentes.
14


Eventos de Participação Pública em AIA
Sessões de Esclarecimento
Sessões Públicas abertas a todos, autoridades locais, entidades, ONGA, particulares.
Publicitação da Sessão
Normalmente realizada em auditórios.
Presenças da Autoridade de AIA; Proponente; Consultores que realizaram o EIA.
Breve apresentação geral do projeto e do EIA seguido de perguntas e respostas dos presentes.
Não são efetuadas atas, nem gravada a sessão.
15

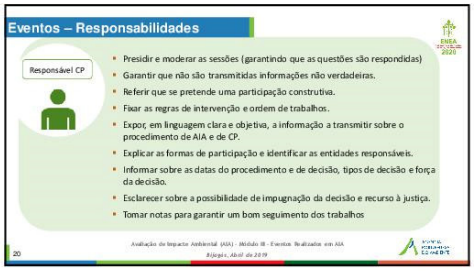

Eventos de Participação Pública em AIA
Balcões de Atendimento Personalizado
Abertos a todos, mas especialmente dirigidos a particulares.
Publicitação dos Balcões de Atendimento
Normalmente realizada numa sala que permita várias mesas redondas para pequenos grupos.
Presenças da Autoridade de AIA; Proponente; Consultores que realizaram o EIA.
As pessoas são encaminhadas em pequenos grupos de interesse para cada mesa (vizinhos, interesses corporativos, problemas semelhantes, etc) onde serão respondidas as suas questões e esclarecidas dúvidas.
16

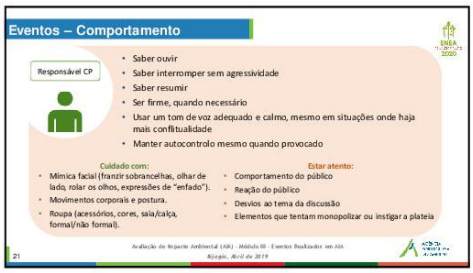

Eventos de Participação Pública em AIA
Exposições
Abertas a todos em locais públicos de grande visibilidade.
Publicitação das exposições
Normalmente reservadas a grandes projetos mediáticos
Pode não carecer de presença de técnicos (auto-explicativas) – forma passiva de informação
Possível recurso a audiovisuais e material panfletário complementar
17

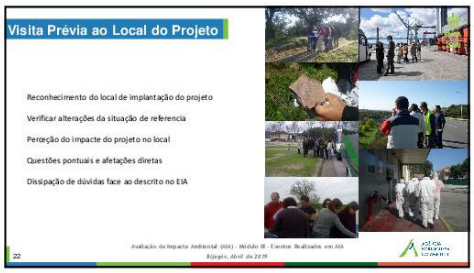

Eventos de Participação - Organização
Publicação
Sessão de Esclarecimento
Mesa palestrantes
Logística
Convites
Programa
Registo Presenças
18

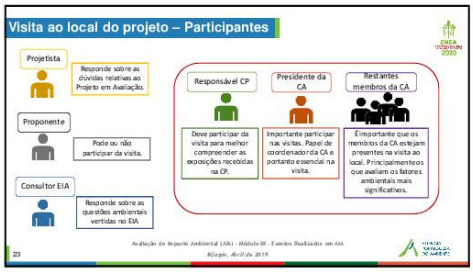
22/04/2019

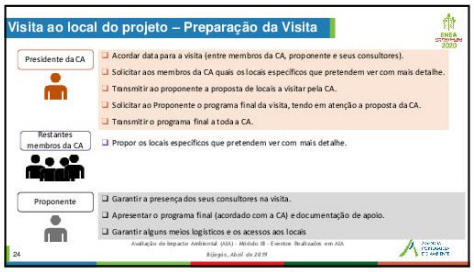

Eventos – Responsabilidades
Responsável CP
Projetista
Proponente
Consultor EIA
Apresenta o Projeto em Avaliação. Responde sobre as questões de projeto.
Faz o enquadramento do projeto. Responde sobre as opções estratégias da empresa/entidade
Informa sobre o procedimento de AIA e CP. Modera a sessão. Garante que as questões são respondidas.
Apresenta o Estudo de Impacte Ambiental. Responde sobre as questões ambientais.
19


Eventos – Responsabilidades
Responsável CP
Presidir e moderar as sessões (garantindo que as questões são respondidas)
Garantir que não são transmitidas informações não verdadeiras.
Referir que se pretende uma participação construtiva.
Fixar as regras de intervenção e ordem de trabalhos.
Expor, em linguagem clara e objetiva, a informação a transmitir sobre o procedimento de AIA e de CP.
Explicar as formas de participação e identificar as entidades responsáveis.
Informar sobre as datas do procedimento e de decisão, tipos de decisão e força da decisão.
Esclarecer sobre a possibilidade de impugnação da decisão e recurso à justiça.
Tomar notas para garantir um bom seguimento dos trabalhos
20

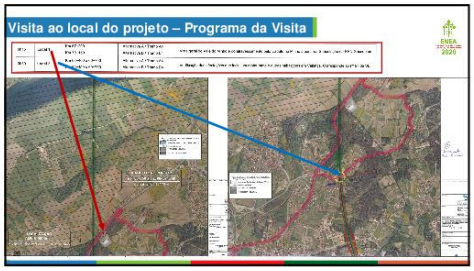

Eventos – Comportamento
Responsável CP
Saber ouvir
Saber interromper sem agressividade
Saber resumir
Ser firme, quando necessário
Usar um tom de voz adequado e calmo, mesmo em situações onde haja mais conflitualidade
Manter autocontrolo mesmo quando provocado
Cuidado com:
Mimica facial (franzir sobrancelhas, olhar de lado, rolar os olhos, expressões de "enfado").
Movimentos corporais e postura.
Roupa (acessórios, cores, saia/calça, formal/não formal).
Estar atento:
Comportamento do público
Reação do público
Desvios ao tema da discussão
Elementos que tentam monopolizar ou instigar a plateia
21

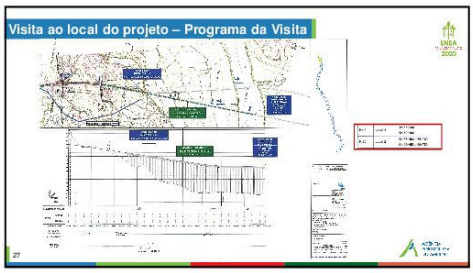

Visita Prévia ao Local do Projeto
Reconhecimento do local de implantação do projeto
Verificar alterações da situação de referencia
Perceção do impacte do projeto no local
Questões pontuais e afetações diretas
Dissipação de dúvidas face ao descrito no EIA
22

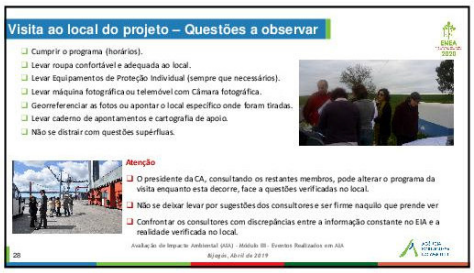

Visita ao local do projeto – Participantes
Projetista
Responde sobre as dúvidas relativas ao Projeto em Avaliação.
Proponente
Pode ou não participar da visita.
Consultor EIA
Responde sobre as questões ambientais vertidas no EIA
Responsável CP
Presidente da CA
Restantes membros da CA
Deve participar da visita para melhor compreender as exposições recebidas na CP.
Importante participar nas visitas. Papel de coordenador da CA e portanto essencial na visita.
É importante que os membros da CA estejam presentes na visita ao local. Principalmente os que avaliam os fatores ambientais mais significativos.
23


Visita ao local do projeto – Preparação da Visita
Presidente da CA
Acordar data para a visita (entre membros da CA, proponente e seus consultores).
Solicitar aos membros da CA quais os locais específicos que pretendem ver com mais detalhe.
Transmitir ao proponente a proposta de locais a visitar pela CA.
Solicitar ao Proponente o programa final da visita, tendo em atenção a proposta da CA.
Transmitir o programa final a toda a CA.
Restantes membros da CA
Propor os locais específicos que pretendem ver com mais detalhe.
Proponente
Garantir a presença dos seus consultores na visita.
Apresentar o programa final (acordado com a CA) e documentação de apoio.
Garantir alguns meios logísticos e os acessos aos locais
24


Visita ao local do projeto – Programa da Visita


Visita ao local do projeto – Programa da Visita


Visita ao local do projeto – Programa da Visita


Visita ao local do projeto – Questões a observar
Cumprir o programa (horários).
Levar roupa confortável e adequada ao local.
Levar Equipamentos de Proteção Individual (sempre que necessários).
Levar máquina fotográfica ou telemóvel com Câmara fotográfica.
Georreferenciar as fotos ou apontar o local específico onde foram tiradas.
Levar caderno de apontamentos e cartografia de apoio.
Não se distrair com questões supérfluas.
Atenção
O presidente da CA, consultando os restantes membros, pode alterar o programa da visita enquanto esta decorre, face a questões verificadas no local.
Não se deixar levar por sugestões dos consultores e ser firme naquilo que prende ver
Confrontar os consultores com discrepâncias entre a informação constante no EIA e a realidade verificada no local.


Visitas da Pós-Avaliação
Durante Obra
Final da Obra
Pré-Construção
Construção
Exploração
Desativação
Exploração
Intervenção das entidades com competências específicas
Verificação da implementação do projeto e análise de eventuais alterações
Verificação da implementação das condições da DIA/DCAPE
Avaliação da eficácia das medidas
Observação da afetação/salvaguarda de elementos sensíveis
Observação da recuperação das áreas afetadas
Proposta de medidas adicionais ou corretivas
Observação de reclamações


Visitas da Pós-Avaliação
Coordenação – AAIA e seus representantes
Entidades da CA ou competentes na matéria
Proponente, projetista e consultores
Aposta no planeamento e rentabilização da visita
Definição do objetivo principal
Análise da Planta do Projeto e Condicionamentos
Identificação das estruturas e áreas sensíveis a visitar
Análise da DIA/DCAPE e documentação da PA
Identificação das condições passíveis de serem observadas
Identificação de questões pendentes
Relembrar os principais resultados das monitorização – eventuais situações a observar
Consulta técnicos das entidades presentes
Contacto com Proponente e planificação
AAIA recolhe contributos, planeia e coordena
Verificação da situação do objetivo principal
Verificação do maior número possível de condições
Pedido de esclarecimento ao proponente
Pedido de contributos às entidades competentes
Destaque de boas práticas e identificação de potenciais incumprimentos

22/04/2019


Visitas da Pós-Avaliação
Definição de objetivos principais
Visita final da obra para verificação da implementação do projeto e das condições da DCAPE
Observação dos impactes mais significativos previstos
Análise da Planta de Projeto e Condicionamentos
Identificação das estruturas e áreas sensíveis a visitar
Aerogeradores, plataformas, acessos, órgãos de drenagem, rede de cabos, subestação e edifício
Património, habitats naturais, aforamentos, captação de água, percursos pedestres, recetores sensíveis ruído e paisagem
Análise da DCAPE e documentação da PA
Identificação das condições passíveis de serem observadas
Identificação de questões pendentes
Período de interdição, medidas contenção de erosão, medidas específicas para o lobo
Relembrar os principais resultados da monitorização – eventuais situações a observar
Análise dos resultados do Ano 0 – áreas sensíveis na planta de condicionamentos e medidas já consideradas na DCAPE
Consulta técnicas das entidades presentes
Contacto com o Proponente e planificação
ICNF (flora e fauna), CCDRN (ordenamento, ocupação do solo e socioeconomia), CEABN (paisagem), DGPC (património)
Proponente e consultores presentes – informação dos locais a visitar
Visita de 1 dia com reunião inicial e almoço volante
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo III - Eventos Realizados em AIA
Bijagós, Abril de 2019
31


Visitas da Pós-Avaliação
Reunião inicial – apresentação do projeto e esclarecimento das questões pendentes
Visita aos locais definidos - recolha de dados na planta de condicionamentos e DCAPE, e registo fotográfico
Reunião final – agradecimento e comunicação do parecer posteriormente
Reunião de contributos dos presentes
Análise da documentação pendente, juntamente com os dados recolhidos na visita
Produção de ofício e parecer
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Módulo III - Eventos Realizados em AIA
Bijagós, Abril de 2019
32

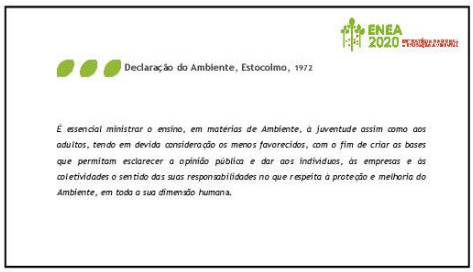

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
REPÚBLICA PORTUGUESA
apambiente.pt

ANEXO III

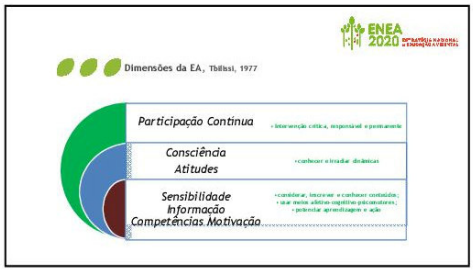
Comunicações orais

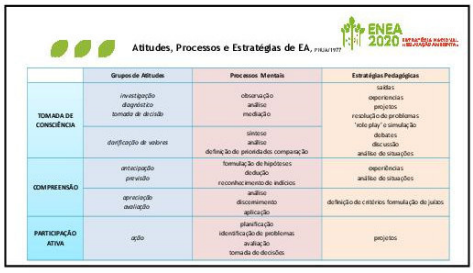

ENEA 2020
Estratégia Nacional de Educação Ambiental
- Continuar a Educar (Hoje) para Sustentar o Futuro
REPÚBLICA PORTUGUESA
AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
Francisco Teixeira, Abril de 2019


ENEA 2020
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO EA - POLÍTICA PÚBLICA
Primeiro uso do conceito EA
É no seio da IUCN, União Internacional para a Conservação da Natureza, por ocasião de uma conferência realizada em Paris, em 1948, que o conceito Educação Ambiental é utilizado pela primeira vez.


ENEA 2020
Declaração do Ambiente, Estocolmo, 1972
É essencial ministrar o ensino, em matérias de Ambiente, à juventude assim como aos adultos, tendo em devida consideração os menos favorecidos, com o fim de criar as bases que permitam esclarecer a opinião pública e dar aos indivíduos, às empresas e às coletividades o sentido das suas responsabilidades no que respeita à proteção e melhoria do Ambiente, em toda a sua dimensão humana.


ENEA 2020
termo 'Educação Ambiental' (Sterling, S, 1977)
Talvez não haja outro exemplo
na história da educação mundial em que um termo expressando um
complexo conjunto de ideias
se tenha disseminado tão rapidamente,
de país para país,
como 'educação ambiental'.


ENEA 2020
Dimensões da EA, Tbilisi, 1977
Participação Contínua
Consciência
Atitudes
Sensibilidade
Informação
Competências
Motivação


ENEA 2020
Atitudes, Processos e Estratégias de EA, Fien, 1977
Grupos de Atitudes
Processos Mentais
Estratégias Pedagógicas
TOMADA DE CONSCIÊNCIA
investigação
diagnóstico
tomada de decisão
observação
análise
mediação
saídas
experiências
projetos
resolução de problemas
'role play' e simulação
debates
discussão
análise de situações
clarificação de valores
síntese
análise
definição de prioridades comparação
COMPREENSÃO
antecipação
previsão
formulação de hipóteses
dedução
reconhecimento de indícios
experiências
análise de situações
apreciação
avaliação
análise
discernimento
aplicação
definição de critérios formulação de juízos
PARTICIPAÇÃO ATIVA
ação
planificação
identificação de problemas
avaliação
tomada de decisões
projetos

(Re)definição de Educação Ambiental (1993)

Processo interdisciplinar de desenvolvimento de uma cidadania consciente e conhecedora do Ambiente (...)

Cumulativamente, a educação ambiental visa o desenvolvimento nos cidadãos da capacidade e motivação para se envolverem na investigação, na resolução dos problemas, na tomada de decisões e na realização de ações concretas que, ao garantirem a elevada qualidade do Ambiente, estejam a garantir uma elevada qualidade de vida.

MAYER, P. Through Which Looking Glass? Defining Environmental Education Research. Alternative Paradigms. IAAEE, Chio, 1995

Plano Nacional de Política Pública de Ambiente (1995)

As múltiplas formas de educação ambiental, nas suas relações dinâmicas com a sociedade, devem constituir o princípio e o fim de uma política de Ambiente. O princípio porque a ação do Estado em matéria de Ambiente deve emergir da própria sociedade e traduzir as suas exigências relativamente à gestão de um património comum. O fim porque os cidadãos, eles próprios, são agentes dessa política e sem a sua iniciativa, ou adesão, não há projeto ambiental que possa ser alcançado. (...)

*Assim, **a educação ambiental visa**, em última instância a defesa de valores comuns, o exercício de direitos democráticos, em suma, **uma afirmação de cidadania**.*

Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento sustentável

(2004-2015)

*As partes intervenientes, incluindo os poderes públicos locais, os setores da educação e da ciência, o setor da saúde, o setor privado, a indústria, os transportes, a agricultura, as organizações patronais e sindicais, os meios de comunicação social, as organizações não governamentais, as comunidades locais, os povos autóctones e as organizações internacionais, deverão ser convidadas a **definir** as suas prioridades e assumir as suas responsabilidades na implementação e acompanhamento da **Estratégia**.*

Metodologia| Caminho para uma Estratégia de Educação Ambiental



Roteiro Metodológico

Ações	Objetivo	Prazo previsto
Lançamento Público "O caminho para um Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020"	Iniciar o processo participativo, garantido a construção de um compromisso nacional	dezembro 2016
Roadshow por Portugal Continental	Conduzir procedimentos de participação descentralizados para uma participação ativa e eficaz dos cidadãos e das instituições	janeiro 2017
Proposta de ENEA 2020	Redação da proposta de ENEA 2020, considerando os contributos da fase de participação pública	janeiro a março 2017
Consulta Pública	Recolha de opiniões, sugestões e outros contributos dos interessados à proposta de ENEA 2020	13 abril a 24 maio 2017
Consolidação da ENEA 2020	Análise e integração dos resultados da Consulta Pública	maio 2017
Aprovação e Publicação	Aprovação e publicação da ENEA em Conselho de Ministros	junho a julho 2017
Aviso FA para cofinanciamentos	"Apoiar uma Nova Cultura Ambiental- 1.3AC"	julho 2017
Avaliação de candidaturas	PI- Fundo Ambiental, nos termos do Aviso nº 8368/2017	agosto 2017
Assinatura de contratos	Fundo Ambiental- entidades cofinanciadas	outubro 2017

Cooperação Institucional

Os Ministérios da Educação e do Ambiente convergem esforços desde 1996 para o desenvolvimento e acompanhamento de Projetos de Educação Ambiental.

- Promover e incentivar a EA.
- Incluir conhecimentos e conceitos ambientais.
- Apoiar a realização de projetos escolares.
- Estimular a criação de redes de escolas.
- Estimular a conceção de materiais de apoio.
- Promover a formação de docentes.

Protocolo de Cooperação entre as tutelas da Educação e do Ambiente.

rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos das ONGA

Compromisso ENEA2020



Estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal que, através de uma cidadania inclusiva e visionária, conduza a uma mudança de paradigma civilizacional, traduzido em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana.

Princípios

- *Educar tendo em conta Experiência Internacional*
- *Educar tendo em conta Experiência Nacional*
- *Educar para a capacitação da sociedade face aos desafios ambientais*
- *Educar para a Sustentabilidade*
- *Educar para uma Cidadania Interveniente*

Eixos Temáticos

Privilegiar um trabalho temático e transversal capaz de garantir os compromissos nacionais e internacionais assumidos por Portugal no domínio do Ambiente, dos quais se destaca o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.



Descarbonizar a Sociedade



Tornar a Economia Circular



Valorizar o Território

Eixos Temáticos

Descarbonizar a Sociedade

- *Clima*
- *Eficiência energética*
- *Mobilidade Sustentável*





Eixos Temáticos

Tornar a Economia Circular

- *Desmaterialização, economia colaborativa e consumo sustentável*
- *Conceção de produtos e uso eficiente de recursos*
- *Valorização de Resíduos*

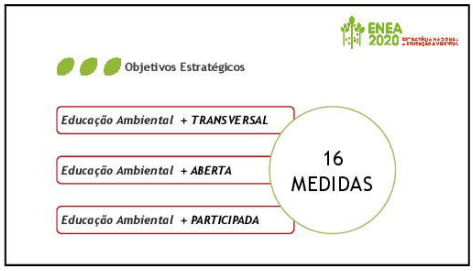


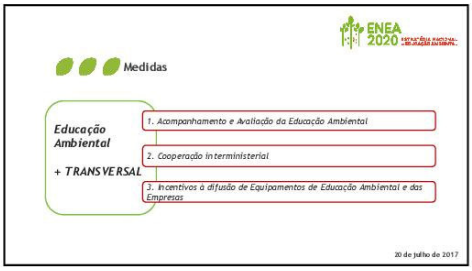
Eixos Temáticos

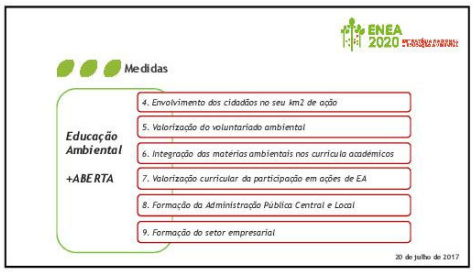
Valorizar o Território

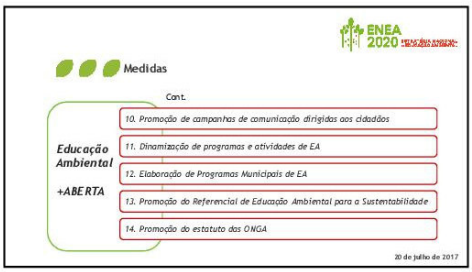
- *Ordenamento do Território*
- *Mar e Litoral*
- *Água*
- *Valores Naturais*
- *Paisagem*
- *Ar e Ruído*




ENEA 2020
Objetivos Estratégicos
Educação Ambiental + TRANSVERSAL
Educação Ambiental + ABERTA
Educação Ambiental + PARTICIPADA
16 MEDIDAS


ENEA 2020
Medidas
Educação Ambiental
+ TRANSVERSAL
1. Acompanhamento e Avaliação da Educação Ambiental
2. Cooperação Interministerial
3. Incentivos à difusão de Equipamentos de Educação Ambiental e das Empresas
20 de julho de 2017


ENEA 2020
Medidas
Educação Ambiental
+ABERTA
4. Envolvimento dos cidadãos no seu km2 de ação
5. Valorização do voluntariado ambiental
6. Integração das matérias ambientais nos currículo académicos
7. Valorização curricular da participação em ações de EA
8. Formação da Administração Pública Central e Local
9. Formação do setor empresarial
20 de julho de 2017


ENEA 2020
Medidas
Cont.
Educação Ambiental
+ABERTA
10. Promoção de campanhas de comunicação dirigidas aos cidadãos
11. Dinamização de programas e atividades de EA
12. Elaboração de Programas Municipais de EA
13. Promoção do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade
14. Promoção do estatuto das ONGA
20 de julho de 2017


ENEA 2020
Medidas
Educação Ambiental
+ PARTICIPADA
15. Promoção da Participação Pública
16. Promoção de iniciativas de reflexão e debate
20 de julho de 2017


ENEA 2020
Recursos Financeiros
€
Fundo Ambiental
2017 - Dotação de 1,5 milhões de euros.
2018- Dotação de 1,9 milhões de euros.
2019/2020 - Nunca inferior a 1 milhão de euros.
POSEUR
Abertura de avisos específicos com uma dotação prevista de 12 milhões de euros (2017-2020).
Fundo Ambiental e POSEUR - Os investimentos no domínio ambiental irão destinar uma percentagem do valor total de investimento a ações imateriais associadas à educação ambiental.


Cofinanciamento Fundo Ambiental 2017
Aviso nº 8368
Apoiar uma nova cultura ambiental
Medidas 3, 8, 9, 10, 11 e 16
1,5 M€
3 - Incentivos à difusão de Equipamentos de EA e das empresas
8 - Formação da Administração Pública Central e Local
9 - Formação do Sector Empresarial
10 - Promoção de campanhas de comunicação dirigidas aos cidadãos
11 - Dinamização de programas e atividades de EA
16 - Promoção de iniciativas de reflexão e debate


Cofinanciamento Fundo Ambiental em 2017
Apoiar uma nova cultura ambiental
1,5 M€
120 candidaturas
90 passaram a avaliação
28 projetos preliminarmente aprovados para cofinanciamento
9 ONGA
10 associações/agências/fundações
6 empresas
2 estabelecimentos de ensino
1 Administração Pública


Candidaturas aprovadas FA 2017
ADENE - Agência para a Energia
Companhiadas Lezírias, SA
QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola
Associação PATO
GEOTA-Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
Bioflamo - Consultoria em Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Politécnico de Lisboa
ReWalters Lda
AdP - Águas de Portugal, Serviços Ambientais, S.A.
ENA - Agência de Energia e Ambiente da Arrábida
Associação Smart Waste Portugal
Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado
Universidade do Minho
Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.
ARSIAC - Agência Regional, Energia e Ambiente do Centro
LPN -Liga para a Protecção da Natureza
Ordem dos Biólogos
FAPAS - Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens
Associação Aldeia das Ciências
Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga
Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve
Fundação de Serralves
VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.
Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede Aldeias de Montanha


Candidaturas aprovadas FA 2017
Projetos/Ações
Formação
Ferramentas
EqEA
Comunicação
•Formação contínua específica em EA para docentes, incluindo a formação em metodologias e dinâmicas pedagógicas para o desenvolvimento de projetos EA.
•Formação específica no domínio do Ambiente e sustentabilidade.
•Formação em sustentabilidade e gestão sustentável, dirigidas aos diferentes público-alvo, por atividade económica, do setor empresarial.
• Materiais didáticos e informativos relativos às questões ambientais.
• Materiais e ferramentas virtuais para a Sensibilização e prática de EA.
• Meios audiovisuais.
• Publicações digitais.
• Kit´s pedagógicos.
• Aplicações para telemóveis.
• Planetário itinerante.
• Modernização os EqEA, em termos didático e de alinhamento com os Eixos Temáticos da ENEA 2020.
•Workshops e outros fóruns de debate.
•Campanhas de comunicação ambiental.
•Projetos no domínio da EA dirigidos a diversos públicos alvo.
•Projetos de literacia científica.


Cofinanciamento FA 2018
Promover o uso eficiente da água
Repensar os Rios e Ribeiras
Promover uma Nova Cultura Territorial
3 - Incentivos à difusão de Equipamentos de EA e das empresas
4 - Envolvimento dos cidadãos no seu km2 de ação
5 - Valorização do voluntariado ambiental
8 - Formação da Administração Pública Central e Local
9 - Formação do Sector Empresarial
10 - Promoção de campanhas de comunicação dirigidas aos cidadãos
11 - Dinamização de programas e atividades de EA
12 - Elaboração de Programas Municipais de EA
15 - Promoção da Participação Pública
16 - Promoção de iniciativas de reflexão e debate
1,9 M€


Cofinanciamento Fundo Ambiental em 2018
Promover o uso eficiente da água
846 mil €
76 candidaturas
22 projetos preliminarmente aprovados para cofinanciamento
3 ONGA
4 associações/agências/fundações
8 empresas
1 estabelecimentos de ensino
6 Administração Pública

Candidaturas aprovadas 2018

Promover o uso eficiente da água

Câmara Municipal de São Brás de Alportel	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.
Associação Para o Estudo e Protecção do Gado Asinino	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra- Estruturas do Alqueva
Índice ICT & Management, Lda	AdP Águas de Portugal, Serviços Ambientais, SA
Câmara Municipal de Fornos de Algodres	Município do Sabugal
Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Lisboa E-Nova
Câmara Municipal de Loulé	Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	MédioTejo21
Município de Mértola	Município de Gondomar
Associação Centro Ciência Viva de Proença-a-Nova	ENA - Agência de Energia e Ambiente
Biorumo	FAPAS – Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens
Águas de Gaia EM, SA	AdP - Águas de Portugal, SGPS , SA

22

Cofinanciamento Fundo Ambiental em 2018

Repensar Rios e Ribeiras

623 mil €

- **73** candidaturas
- **17** projetos preliminarmente aprovados para cofinanciamento
  - 10 ONGA
  - 1 associações/agências/fundações
  - 2 empresas
  - 1 estabelecimentos de ensino
  - 3 Administração Pública

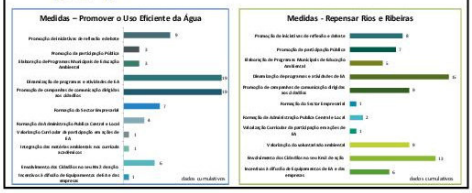
Candidaturas aprovadas 2018

Repensar Rios e Ribeiras

Associação Geopark Estrela	Município de Seia
Trevo Floresta Agricultura e Ambiente, Lda	ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul
Associação PATO - Associação para a Defesa do Paul de Tornada	MARCA - Associação de Desenvolvimento Local
ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	Escola Secundária Alves Martins
Ciência Viva – ANCCT	FAPAS Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens
Águas do Norte, SA	SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável	Associação Almargem
GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente	Município de Vila Nova de Famalicão
	Câmara Municipal de Braga

17

Medidas trabalhadas nos Avisos 2018



Cofinanciamento Fundo Ambiental em 2018

Nova Cultura Cívica Territorial

432 mil €

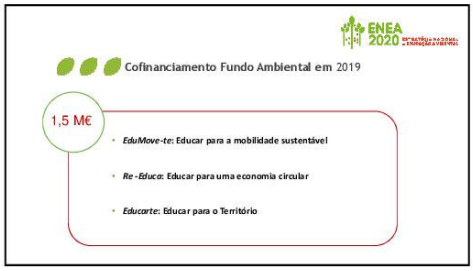
- **17** candidaturas
- **14** projetos preliminarmente aprovados para cofinanciamento
  - 3 ONGA
  - 8 associações/agências/fundações
  - 1 empresas
  - 2 Administração Pública

Candidaturas aprovadas 2018

Nova Cultura Cívica Territorial

Desafio das Letras Unipessoal Lda	Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento
FORESTIS - Associação Florestal de Portugal	Associação Centro Ciência Viva de Proença-a-Nova
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza	Associação Natureza Portugal
Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta	Câmara Municipal da Lousã
Dueceira- Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça	Associação Florestal do Concelho de Ansião
Município de Oliveira do Hospital	Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul
Lusitânea - Liga de Amigos da Serra da Lousã	Associação Inevitable Journey

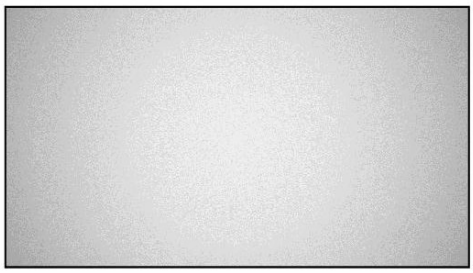
14


ENEA 2020
Cofinanciamento Fundo Ambiental em 2019
1,5 M€
Edu/Move-te: Educar para a mobilidade sustentável
Re-Educa: Educar para uma economia circular
Educarte: Educar para o Território


ENEA
Estratégia Nacional de Educação Ambiental
enea.apambiente.pt
Apresentação
Princípios
Financiamento
Projetos


ORGANIZAÇÕES APOIADAS
Valorsul
trevo
WILDER
enea.apambiente.pt


PROJETOS
SERRAVES
O MINUTO VERDE VAI À ESCOLA
mundiN
ISEL GreenLab
enea.apambiente.pt




ENEA 2020
Obrigado

7

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Conceito e organização –Equipamentos de Educação Ambiental

Francisco Teixeira
Diretor do Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Enquadramento

1975, Conferência de Belgrado
UNESCO e PNUA

- Desiderato da EA *é a formação da população mundial*
- recomendada criação de ***Equipamentos de Educação Ambiental***

1977, Conferência de Tbilissi
UNESCO e PNUA

- *Equipamentos de Educação Ambiental* reconhecidos formalmente como recursos dirigidos à EA formal e à educação da população em geral (educação não formal).

Enquadramento

1996, Cooperação tutelas da Educação e do Ambiente
Instituto de Promoção Ambiental / Rede Nacional de ECOTECAS



Enquadramento

Disseminação de EqEA - iniciativa pública e privada

- autarquias
- empresas
- ONGA

2011
Agência Portuguesa do Ambiente assume inquérito *on-line* dirigido:

- ONGA e Equiparadas;
- Municípios Portugueses;
- Organismos da Administração Central;
- Cidadãos que estejam direta ou indiretamente interessados/ligados a esta temática.

http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=142&sub2ref=608

Matriz de Construção do Questionário

- Infraestruturas e Organização
- Recursos Humanos
- Projeto Educativo
- Gestão
- Relações com o exterior/comunicação
- Perspetivas Globais e Principais Dificuldades

Definição EqEA

Os equipamentos de educação ambiental para a sustentabilidade correspondem a *todas as iniciativas que, contando com instalações apropriadas e equipas educativas especializadas, oferecem programas e atividades neste âmbito.*

Exemplos de EqEA



Elementos base para reconhecimento de um EqEA

Um **Projeto Educativo** orientado a partir das diretrizes que caraterizam a educação ambiental para a sustentabilidade

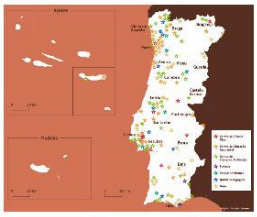
Ter um espaço físico com infraestrutura e recursos de forma a concretizar as atividades destinadas aos vários públicos-alvo (escolar e outros setores da população)

Oferecer um **funcionamento regular** ao longo do ano (mais de 120 dias/ano).

Importância dos EqEA

É indicador da capacidade que a sociedade tem para criar condições culturais que tornem possíveis formas alternativas e diversificadas de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente mais justas e equitativas, para todos os cidadãos.

Distribuição Geográfica dos EqEA



EqEA em números



* Dados cumulativos

EqEA na ENEA

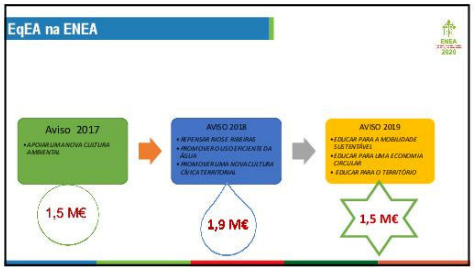
Agentes de EA

- Estabelecimentos de Ensino
- **Equipamentos de Educação Ambiental**
- Áreas Classificadas
- Administração Central/Regional/Local
- Empresas
- ONGA





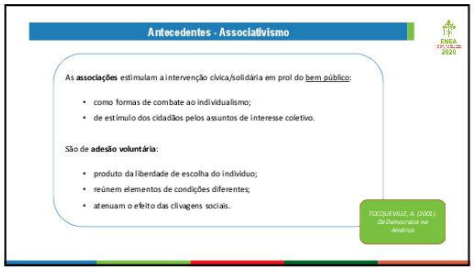

EqEA na ENEA
OBJETIVO ESTRATÉGICO
EDUCAÇÃO AMBIENTAL – TRANSVERSAL
Nº 3

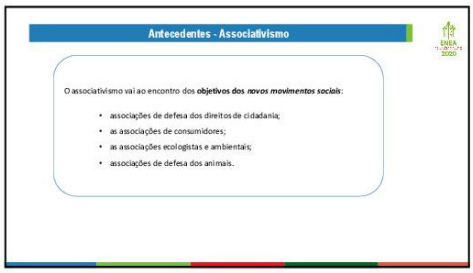

EqEA na ENEA
Aviso 2017
APOIAR UMA NOVA CULTURA AMBIENTAL
1,5 M€
AVISO 2018
1,9 M€
AVISO 2019
EDUCAR PARA A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL
EDUCAR PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR
EDUCAR PARA O TERRITÓRIO
1,5 M€

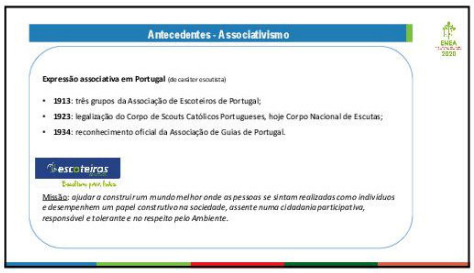

5. 'WE THE PEOPLE' FOR THE GLOBAL GOALS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
https://www.youtube.com/watch?v=RpqVmvMCmp0

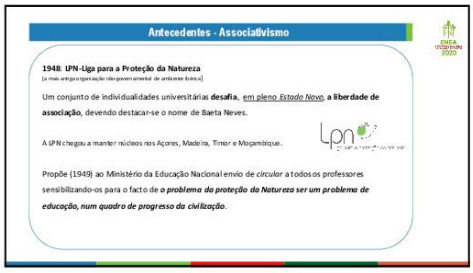

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
apambiente.pt

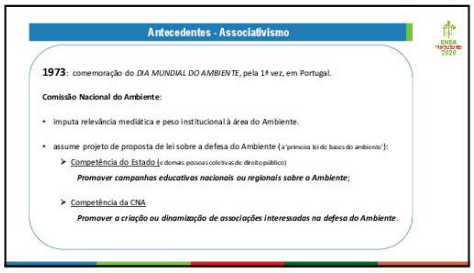

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
Francisco Teixeira
Diretor do Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

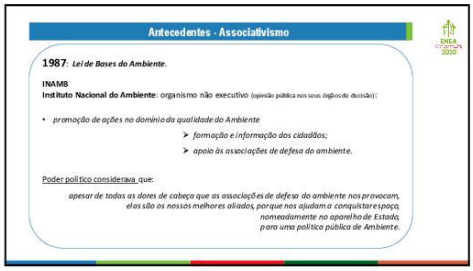

Antecedentes - Associativismo
As associações estimulam a intervenção cívica/solidária em prol do bem público:
como formas de combate ao individualismo;
de estímulo dos cidadãos pelos assuntos de interesse coletivo.
São de adesão voluntária:
produto da liberdade de escolha do indivíduo;
reúnem elementos de condições diferentes;
atenuam o efeito das clivagens sociais.


Antecedentes - Associativismo
O associativismo vai ao encontro dos objetivos dos novos movimentos sociais:
associações de defesa dos direitos de cidadania;
as associações de consumidores;
as associações ecologistas e ambientais;
associações de defesa dos animais.


Antecedentes - Associativismo
Expressão associativa em Portugal (do cariz escutista)
1913: três grupos da Associação de Escoteiros de Portugal;
1923: legalização do Corpo de Scouts Católicos Portugueses, hoje Corpo Nacional de Escutas;
1934: reconhecimento oficial da Associação de Guias de Portugal.
escoteiros
Missão: ajudar a construir um mundo melhor onde as pessoas se sintam realizadas como indivíduos e desempenhem um papel construtivo na sociedade, assente numa cidadania participativa, responsável e tolerante e no respeito pelo Ambiente.

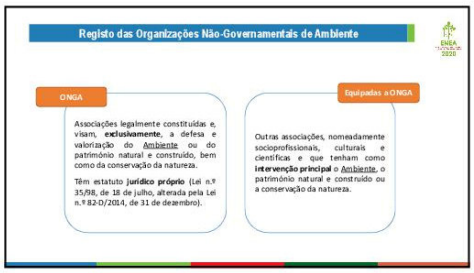

Antecedentes - Associativismo
1948: LPN-Liga para a Proteção da Natureza
(a mais antiga organização não governamental de ambiente ibérica)
Um conjunto de individualidades universitárias desafia, em pleno Estado Novo, a liberdade de associação, devendo destacar-se o nome de Baeta Neves.
A LPN chegou a manter núcleos nos Açores, Madeira, Timor e Moçambique.
Propõe (1949) ao Ministério da Educação Nacional envio de circular a todos os professores sensibilizando-os para o facto de a problema da proteção da Natureza ser um problema de educação, num quadro de progresso da civilização.


Antecedentes - Associativismo
1973: comemoração do DIA MUNDIAL DO AMBIENTE, pela 1ª vez, em Portugal.
Comissão Nacional do Ambiente:
imputa relevância mediática e peso institucional à área do Ambiente.
assume projeto de proposta de lei sobre a defesa do Ambiente (a 'primeira lei de bases do ambiente'):
Competência do Estado (e demais pessoas coletivas de direito público)
Promover campanhas educativas nacionais ou regionais sobre o Ambiente;
Competência da CNA
Promover a criação ou dinamização de associações interessadas na defesa do Ambiente.


Antecedentes - Associativismo
1987: Lei de Bases do Ambiente.
INAMB
Instituto Nacional do Ambiente: organismo não executivo (opinião pública nos seus órgãos de decisão):
• promoção de ações no domínio da qualidade do Ambiente
➢ formação e informação dos cidadãos;
➢ apoio às associações de defesa do ambiente.
Poder político considerava que:
apesar de todas as dores de cabeça que as associações de defesa do ambiente nos provocam, elas são os nossos melhores aliados, porque nos ajudam a conquistar espaço, nomeadamente no aparelho de Estado, para uma política pública de Ambiente.

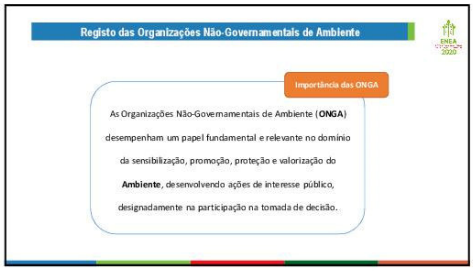

Antecedentes - Associativismo
1998: Lei das ONGA-ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE
1999: Portaria que aprova regulamento do RNOE - Registo Nacional de ONGA e Equiparadas
(ordenamento jurídico português assume a evolução verificada no direito internacional e confere o merecido reconhecimento e eficácia à acção das associações.)
RNOE


Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
O que são organizações não-governamentais
O que são ONG
ONG são associações (Pessoas coletivas) dotadas de personalidade jurídica (constituídas no termos da lei geral). Este tipo de associações não tem fins lucrativos e têm como objeto social a intervenção na sociedade através da defesa de interesses e valores
Tipos de ONG
Ambiente
Desenvolvimento
Cultura
Pessoas com Deficiência
Desporto...
Campos de atuação
• Nível nacional
• Internacional


Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
ONGA
Associações legalmente constituídas e, visam, exclusivamente, a defesa e valorização do Ambiente ou do património natural e construído, bem como da conservação da natureza.
Têm estatuto jurídico próprio (Lei n.º 35/98, de 18 de julho, alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro).
Equiparadas a ONGA
Outras associações, nomeadamente socioprofissionais, culturais e científicas e que tenham como intervenção principal o Ambiente, o património natural e construído ou a conservação da natureza.

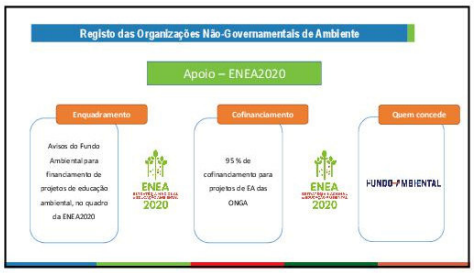

Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
Atribuição de âmbito
Nacional: desenvolve com caráter regular e permanente atividades de interesse nacional ou em todo o território nacional. Pelo menos 2000 associados.
Regional: desenvolve atividades com alcance geográfico supramunicipal. Pelo menos 400 associados.
Local: desenvolve atividades com alcance geográfico municipal e inframunicipal. Pelo menos 100 associados.
RNOE

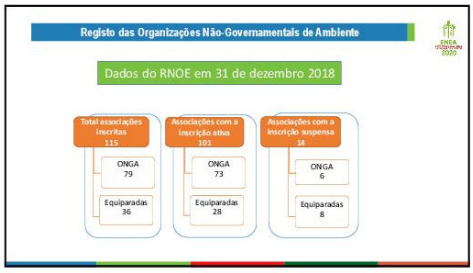

Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
A atribuição de âmbito confere às ONGA estatuto diferenciado das equiparadas
Atribuição de âmbito
ONGA
Equiparada a ONGA
Sem atribuição de âmbito

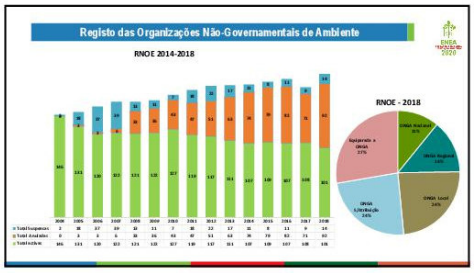

Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
Importância das ONGA
As Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) desempenham um papel fundamental e relevante no domínio da sensibilização, promoção, proteção e valorização do Ambiente, desenvolvendo ações de interesse público, designadamente na participação na tomada de decisão.


Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
RNOE
As ONGA para obterem reconhecimento têm de candidatar-se ao Registo Nacional das ONGA e Equiparadas (RNOE), cuja organização é da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente.
RNOE
Organização do RNOE
Está organizado nos termos da Portaria n.º 478/99, de 29 de junho, alterada pelas Portarias n.º 71/2003, de 20 de janeiro e 771/2009, de 20 de julho.

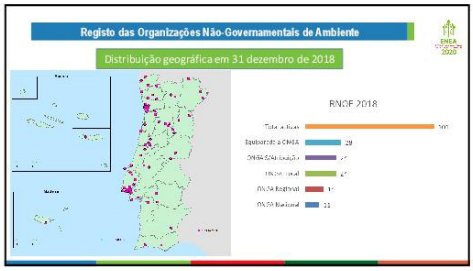

Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
Apoio – Consignação Fiscal
Consignação fiscal
O Estado apoia as ONGA através do benefício fiscal da consignação da quota de 0,5% do IRS, liquidado com base nas declarações anuais.
Esta consignação fiscal está prevista no Estatuto dos Benefícios Fiscais.
Requisitos obrigatórios
Ter reconhecido o estatuto de ONGA ao fim de 3 anos de efetivo e relevante funcionamento.
Ter reconhecida a utilidade pública de fins ambientais.
Quem concede
AT Autoridade Tributária e aduaneira
(requerimento da entidade que pretende o benefício fiscal)


Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
Apoio – ENEA2020
Enquadramento
Avisos do Fundo Ambiental para financiamento de projetos de educação ambiental, no quadro da ENEA2020
Cofinanciamento
95 % de cofinanciamento para projetos de EA das ONGA
Quem concede
FUNDO AMBIENTAL


Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
Dados do RNOE em 31 de dezembro 2018
Total associações inscritas 115
ONGA 79
Equiparadas 36
Associações com a inscrição ativa 101
ONGA 73
Equiparadas 28
Associações com a inscrição suspensa 14
ONGA 6
Equiparadas 8


Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
RNOE 2014-2018
RNOE - 2018

22/04/2019


Registo das Organizações Não-Governamentais de Ambiente
Distribuição geográfica em 31 dezembro de 2018
RNOE 2018


AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
apambiente.pt

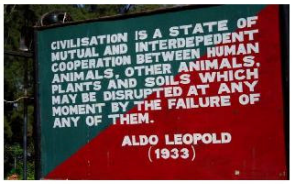
4

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Cooperação institucional entre tutelas da Educação e Ambiente

Francisco Teixeira
Diretor do Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Enquadramento



Enquadramento

Proposta da LPN ao Ministério da Educação Nacional, 1949
CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A Proteção da Natureza – Plano de Educação Popular:

Envio de uma circular a todos os professores sensibilizando-os para o facto de ***o problema da proteção da natureza ser um problema de educação****, num quadro de progresso da civilização.*

- Ouvido o Conselho Permanente de Ação Educativa, viria a ser negativa, por não serem de aprovar os termos em que a circular era redigida, ainda que se reconhecessem a importância e o valor dos seus fins.

Enquadramento

Journal of Environmental Education, 1970
1º número , 22 de Abril de 1970

…a Educação Ambiental visa a formação do cidadão
com conhecimentos no que respeita ao ambiente biofísico e problemas a ele associados,
consciente de como ajudar a resolver esses problemas
e motivado para trabalhar
no sentido da sua resolução.

Declaração do Ambiente, de Estocolmo

Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, 1972

EA é:

- *parte integrante do processo educativo;*
- *carácter multidisciplinar (-será processo catalisador);*
- *EA deve integrar-se em todas as formas de educação;*
- *a determinação das bases de uma estratégia constituía primeira etapa necessária à* ***introdução da educação relativa ao ambiente na educação em geral.***

Comissão Nacional do Ambiente, 1975

EA em Portugal, institucionalmente, começou em 1975*, no âmbito da CNA, através da dinamização do Serviço Nacional de Participação das Populações na prossecução …de* ***campanhas de divulgação, participação e formação da população em geral e da juventude em particular, em ordem à conservação e concretização de uma política regional e local de Ambiente.***

João Evangelista

Constituição da República Portuguesa, 1976

originalmente aprovada em 2 de Abril de 1976

Artigo 66º - *Ambiente e Qualidade de Vida*

1. ***Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.***

2. *Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável,* ***incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:***

a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem;

c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;

Constituição da República Portuguesa, 1976

originalmente aprovada em 2 de Abril de 1976

Artigo 66º - *Ambiente e Qualidade de Vida*

(cont.)

d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo ***princípio da solidariedade entre gerações;***

e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas;

f) Promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial;

g) ***Promover a educação ambiental*** *e o respeito pelos valores do ambiente;*

h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida.

Termo 'Educação Ambiental', 1977

Talvez não haja outro exemplo na história da educação mundial

em que um ***termo expressando um complexo conjunto de ideias se tenha disseminado tão rapidamente,***

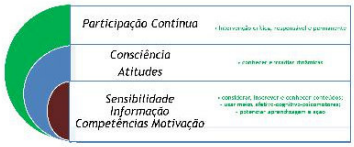
de país para país,

como 'educação ambiental':

(Sterling, S, 1977)

Dimensões da EA, Tbilissi, 1977

Conferência Intergovernamental sobre EA (Geórgia)



Anos 80

Lei de Bases de Educação

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo

O sistema educativo é

- *o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma* ***permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.***
- *desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de ações diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas.*

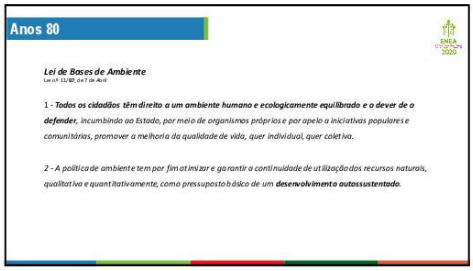
Anos 80

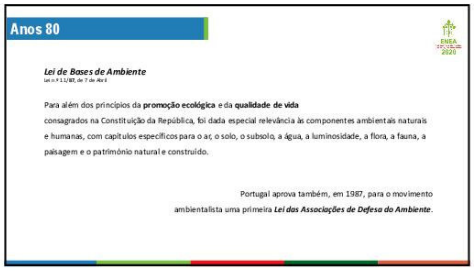
Lei de Bases de Educação

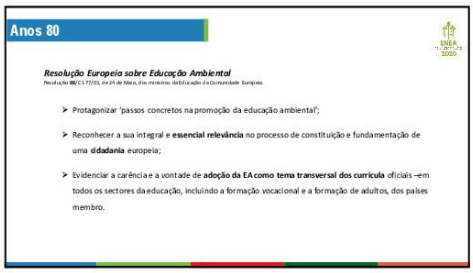
Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo

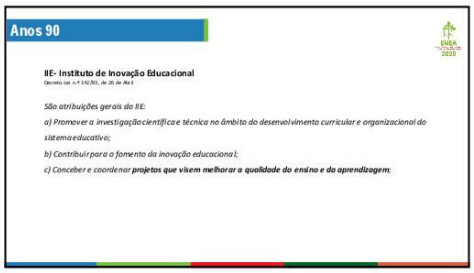
O enquadramento, quer profissional dos docentes, quer das **atividades de EA**, no sistema educativo passam a estar melhor assegurados, após anos de anónima e informal atividade de muitos professores e animadores.

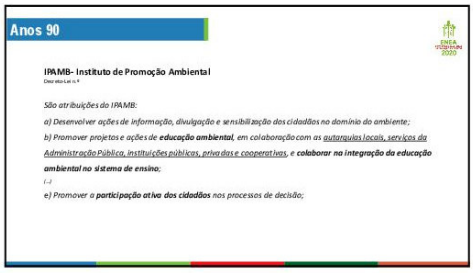
A institucionalização dos espaços ***Área Escola*** e ***Atividades de Complemento Curricular***, são oportunidade sabiamente utilizada pelos docentes para a dinâmica da educação ambiental, em experiências efetivas de vivência das comunidades escolares.

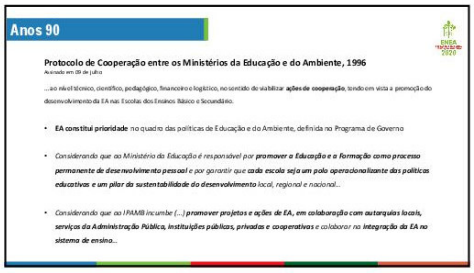

Anos 80
Lei de Bases de Ambiente
Lei nº 11/87, de 7 de Abril
1 - Todos os cidadãos têm direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer coletiva.
2 - A política de ambiente tem por fim animizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento autossustentado.

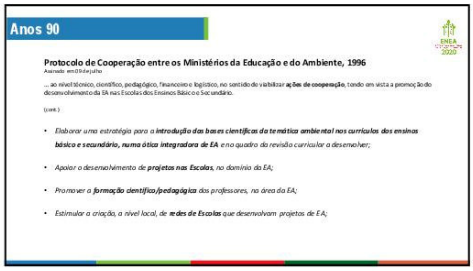

Anos 80
Lei de Bases de Ambiente
Lei nº 11/87, de 7 de Abril
Para além dos princípios da promoção ecológica e da qualidade de vida consagrados na Constituição da República, foi dada especial relevância às componentes ambientais naturais e humanas, com capítulos específicos para o ar, o solo, o subsolo, a água, a luminosidade, a flora, a fauna, a paisagem e o património natural e construído.
Portugal aprova também, em 1987, para o movimento ambientalista uma primeira Lei das Associações de Defesa do Ambiente.

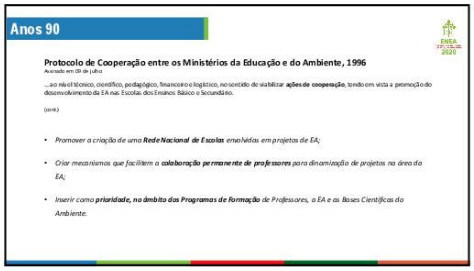

Anos 80
Resolução Europeia sobre Educação Ambiental
Resolução 88/C 177/03, de 24 de Maio, dos ministros da Educação da Comunidade Europeia
Protagonizar 'passos concretos na promoção da educação ambiental';
Reconhecer a sua integral e essencial relevância no processo de constituição e fundamentação de uma ddadania europeia;
Evidenciar a carência e a vontade de adoção da EA como tema transversal dos curricula oficiais –em todos os sectores da educação, incluindo a formação vocacional e a formação de adultos, dos países membro.

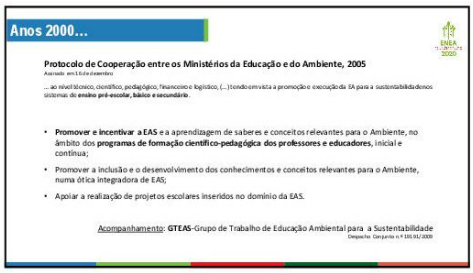

Anos 90
IIE- Instituto de Inovação Educacional
Decreto-Lei n.º 147/97, de 25 de Abril
São atribuições gerais do IIE:
a) Promover a investigação científica e técnica no âmbito do desenvolvimento curricular e organizacional do sistema educativo;
b) Contribuir para o fomento da inovação educacional;
c) Conceber e coordenar projetos que visem melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem;

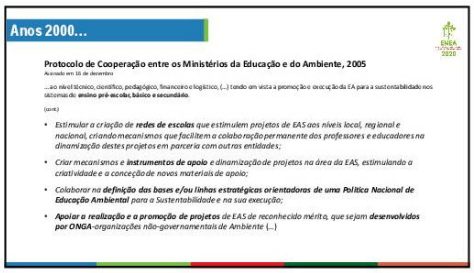

Anos 90
IPAMB- Instituto de Promoção Ambiental
Decreto-Lei n.º
São atribuições do IPAMB:
a) Desenvolver ações de informação, divulgação e sensibilização dos cidadãos no domínio do ambiente;
b) Promover projetos e ações de educação ambiental, em colaboração com as autarquias locais, serviços da Administração Pública, instituições públicas, privadas e cooperativas, e colaborar na integração da educação ambiental no sistema de ensino;
(...)
e) Promover a participação ativa dos cidadãos nos processos de decisão;

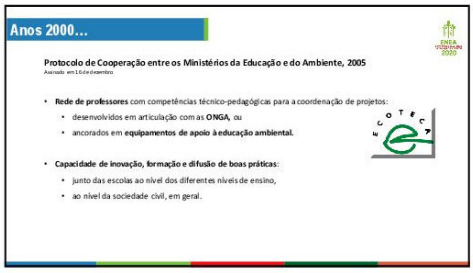

Anos 90
Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Educação e do Ambiente, 1996
Assinado em 29 de Julho
...ao nível técnico, científico, pedagógico, financeiro e logístico, no sentido de viabilizar ações de cooperação, tendo em vista a promoção do desenvolvimento da EA nas Escolas dos Ensinos Básico e Secundário.
EA constitui prioridade no quadro das políticas de Educação e do Ambiente, definida no Programa de Governo
Considerando que ao Ministério da Educação é responsável por promover a Educação e a formação como processo permanente de desenvolvimento pessoal e por garantir que cada escola seja um pólo operacionalizante das políticas educativas e um pilar da sustentabilidade do desenvolvimento local, regional e nacional...
Considerando que ao IPAMB incumbe (...) promover projetos e ações de EA, em colaboração com autarquias locais, serviços da Administração Pública, instituições públicas, privadas e cooperativas e colaborar na integração da EA no sistema de ensino...

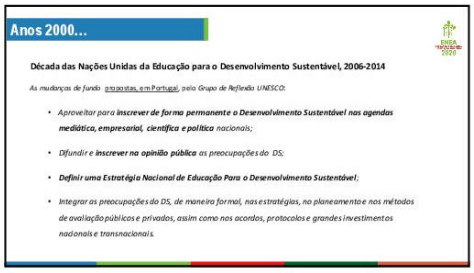

Anos 90
Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Educação e do Ambiente, 1996
Assinado em 09 de julho
...ao nível técnico, científico, pedagógico, financeiro e logístico, no sentido de viabilizar ações de cooperação, tendo em vista a promoção do desenvolvimento da EA nas Escolas dos Ensinos Básico e Secundário.
(cont.)
• Elaborar uma estratégia para a introdução das bases científicas da temática ambiental nos currículos dos ensinos básico e secundário, numa ótica integradora de EA e no quadro da revisão curricular a desenvolver;
• Apoiar o desenvolvimento de projetos nas Escolas, no domínio da EA;
• Promover a formação científica/pedagógica dos professores, na área da EA;
• Estimular a criação, a nível local, de redes de Escolas que desenvolvam projetos de EA;

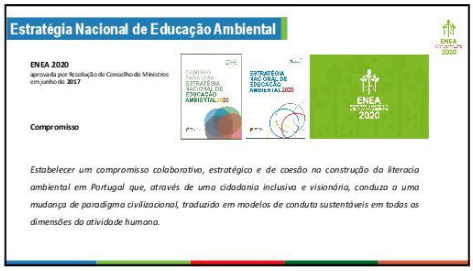

Anos 90
Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Educação e do Ambiente, 1996
Assinado em 09 de julho
...ao nível técnico, científico, pedagógico, financeiro e logístico, no sentido de viabilizar ações de cooperação, tendo em vista a promoção do desenvolvimento da EA nas Escolas dos Ensinos Básico e Secundário.
(cont.)
• Promover a criação de uma Rede Nacional de Escolas envolvidas em projetos de EA;
• Criar mecanismos que facilitem a colaboração permanente de professores para dinamização de projetos na área da EA;
• Inserir como prioridade, no âmbito dos Programas de Formação de Professores, a EA e as Bases Científicas do Ambiente.


Anos 2000...
Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Educação e do Ambiente, 2005
Assinado em 14 de dezembro
...ao nível técnico, científico, pedagógico, financeiro e logístico, (...) tendo em vista a promoção e execução da EA para a sustentabilidade nos sistemas de ensino pré-escolar, básico e secundário.
• Promover e incentivar a EAS e a aprendizagem de saberes e conceitos relevantes para o Ambiente, no âmbito dos programas de formação científico-pedagógica dos professores e educadores, inicial e contínua;
• Promover a inclusão e o desenvolvimento dos conhecimentos e conceitos relevantes para o Ambiente, numa ótica integradora de EAS;
• Apoiar a realização de projetos escolares inseridos no domínio da EAS.
Acompanhamento: GTEAS-Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade
Despacho Conjunto n.º 191/01/2009


Anos 2000...
Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Educação e do Ambiente, 2005
Assinado em 14 de dezembro
...ao nível técnico, científico, pedagógico, financeiro e logístico, (...) tendo em vista a promoção e execução da EA para a sustentabilidade nos sistemas de ensino pré-escolar, básico e secundário.
(cont.)
• Estimular a criação de redes de escolas que estimulem projetos de EAS aos níveis local, regional e nacional, criando mecanismos que facilitem a colaboração permanente dos professores e educadores na dinamização destes projetos em parceria com outras entidades;
• Criar mecanismos e instrumentos de apoio e dinamização de projetos na área da EAS, estimulando a criatividade e a conceção de novos materiais de apoio;
• Colaborar na definição das bases e/ou linhas estratégicas orientadoras de uma Política Nacional de Educação Ambiental para a Sustentabilidade e na sua execução;
• Apoiar a realização e a promoção de projetos de EAS de reconhecido mérito, que sejam desenvolvidos por ONGA-organizações não-governamentais de Ambiente (...)

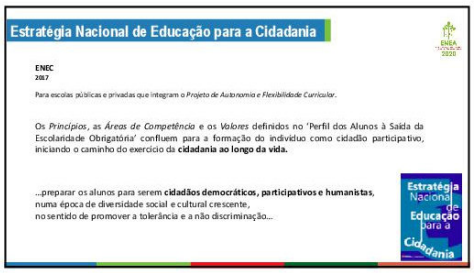

Anos 2000...
Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Educação e do Ambiente, 2005
Assinado em 14 de dezembro
• Rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação de projetos:
• desenvolvidos em articulação com as ONGA, ou
• ancorados em equipamentos de apoio à educação ambiental.
• Capacidade de inovação, formação e difusão de boas práticas:
• junto das escolas ao nível dos diferentes níveis de ensino,
• ao nível da sociedade civil, em geral.

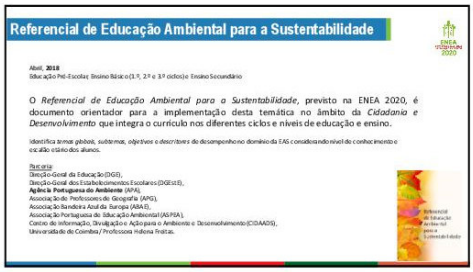

Anos 2000...
Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2006-2014
As mudanças de fundo propostas, em Portugal, pelo Grupo de Reflexão UNESCO:
• Aproveitar para inscrever de forma permanente o Desenvolvimento Sustentável nas agendas mediática, empresarial, científica e política nacionais;
• Difundir e inscrever na opinião pública as preocupações do DS;
• Definir uma Estratégia Nacional de Educação Para o Desenvolvimento Sustentável;
• Integrar as preocupações do DS, de maneira formal, nas estratégias, no planeamento e nos métodos de avaliação públicos e privados, assim como nos acordos, protocolos e grandes investimentos nacionais e transnacionais.

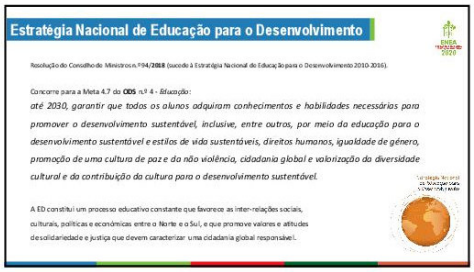

Estratégia Nacional de Educação Ambiental
ENEA 2020
aprovada por Resolução do Conselho de Ministros em junho de 2017
Compromisso
Estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal que, através de uma cidadania inclusiva e visionária, conduza a uma mudança de paradigma civilizacional, traduzido em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana.


Estratégia Nacional de Educação Ambiental


Estratégia Nacional de Educação Ambiental
ENEA 2020
aprovada por Resolução do Conselho de Ministros em junho de 2017
3 Eixos temáticos
Trabalho temático e transversal capaz de garantir os compromissos nacionais e internacionais assumidos por Portugal no domínio do Ambiente, dos quais se destaca o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.
Descarbonizar a Sociedade
Tornar a Economia Circular
Valorizar o Território
16 MEDIDAS
3 Objetivos estratégicos
Educação Ambiental + TRANSVERSAL
Educação Ambiental + ABERTA
Educação Ambiental + PARTICIPADA


Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
ENEC
2017
Para escolas públicas e privadas que integram o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular.
Os Princípios, as Áreas de Competência e os Valores definidos no 'Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória' confluem para a formação do indivíduo como cidadão participativo, iniciando o caminho do exercício da cidadania ao longo da vida.
...preparar os alunos para serem cidadãos democráticos, participativos e humanistas, numa época de diversidade social e cultural crescente, no sentido de promover a tolerância e a não discriminação...
Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania


Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade
Abril, 2018
Educação Pré-Escolar; Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos); e Ensino Secundário
O Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, previsto na ENEA 2020, é documento orientador para a implementação desta temática no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento que integra o currículo nos diferentes ciclos e níveis de educação e ensino.
Identifica temas globais, subtemas, objetivos e descritores do desempenho no domínio da EAS considerando o nível de conhecimento e escalão etário dos alunos.
Parceria:
Direção-Geral da Educação (DGE),
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE),
Agência Portuguesa do Ambiente (APA),
Associação de Professores de Geografia (APG),
Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE),
Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA),
Centro de Informação, Divulgação e Ação para o Ambiente e Desenvolvimento (CIDAADS),
Universidade de Coimbra / Professora Helena Freitas.


Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento
Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018 (sucede à Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2016).
Concorre para a Meta 4.7 do ODS n.º 4 - Educação:
até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
A ED constitui um processo educativo constante que favorece as inter-relações sociais, culturais, políticas e económicas entre o Norte e o Sul, e que promove valores e atitudes de solidariedade e justiça que devem caracterizar uma cidadania global responsável.

ANEXO IV

Reportagens

Expresso

ÚLTIMAS OPINIÃO ECONOMIA EXPRESSO CURTO PODCASTS TRIBUNA 2:59 MULTIMÉDIA DOCUMENTÁRIOS

SOCIEDADE

Em Bubaque, nos Bijagós, pensa-se como a educação ambiental pode ajudar a enfrentar as alterações climáticas

18.04.2019 às 20h04



DR

Num dos locais do planeta mais ameaçados pela subida do nível do mar e por fenómenos extremos, debate-se " a crise climática e as migrações". Mais de quatrocentas pessoas de quatro continentes trocaram experiências e saberes



CARLA TOMÁS

Manhã cedo ainda se sente o cheiro das fogueiras onde o lixo foi queimado ou ainda arde. Restos de plástico, pilhas e outros resíduos que não tenham sido limpos pelos abutres que pousam nos telhados, ou pelos cães, porcos ou cabras que andam pelas ruas, acabam incinerados ao lado das casas de adobe e telhado de zinco. Em redor das fogueiras veem-se crianças de roupas gastas e sujas a brincar sem a mínima noção das dioxinas que respiram.

Riem-se entusiasmadas com a enchente de gente de fora que inundou a ilha, Bubaque, capital do arquipélago das Bijagós, localizado a hora e meia de Bissau em lancha rápida ou a quatro horas numa espécie de ferry.

Entre 14 e 18 de abril, a pequena cidade de pouco mais de quatro mil habitantes recebeu o maior evento da CPLP organizado pela sociedade civil. Durante quatro dias, cerca de 416 pessoas - originárias de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e da Galiza, debateram "a crise ecológica e as migrações" no quinto Congresso internacional de educação ambiental, co-organizado, este ano, pela delegação guineense da Rede Lusófona e pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (Aspea).



O arquipélago dos Bijagós e a costa ocidental da Guiné correm sérios riscos de ficar submersos com a acelerada subida do nível do mar. Esta "é uma ameaça muito relevante para a Guiné-Bissau", confirma Meio Dia Có, técnico do Instituto da biodiversidade e das áreas protegidas (IBAP), perante uma plateia oriunda de quatro continentes, que quer saber mais sobre estas ilhas. Sentados nas velhas secretárias de madeira do liceu de Bubaque trocam saberes e experiências.

IDAI FORNECE O ALERTA

A memória recente do ciclone Idai que devastou a Beira em Moçambique serve de alerta face à urgência de agir na proteção do ambiente e de preparar ou adaptar os países mais vulneráveis face às ameaças que sobre eles pairam, lembram vários dos intervenientes. "Se tivéssemos prevenido, aquilo não teria acontecido daquela maneira", reforça Regina Charumar, da cooperativa de educação ambiental ProjA de Moçambique. O problema é que já se preparam para reconstruir nas mesmas zonas de risco, sem terem em conta as lições da tragédia.

A Guiné é um dos 10 países mais vulneráveis face às alterações climáticas. Em Bubaque, uma das 21 ilhas povoadas deste arquipélago que resultou da subida de um delta, a erosão costeira já se faz sentir. Com a maré alta a areia quase desaparece das praias e os mangais (ecossistemas que servem de berçário a muitas espécies e também de sumidouros de CO_2) já refletem a pressão.

Como se as divindades animista por que se regem já os tivessem advertido dos perigos que espreitam, nas ilhas mais isoladas, como Canhabaque ou Orango, as tabancas (aldeias) ficam distantes das praias, algumas a uma hora de distância a pé.



DR

A intrusão salina já começa a afetar os recursos aquíferos e os arrozais. As chuvas tendem a chegar cada vez mais tarde e em menor quantidade e a seca faz-se sentir afetando as hortas comunitárias. O que ainda melhor resiste são as palmeiras de cujo fruto, o chabéu, fazem vinho ou óleo de palma ou de cujas folhas, casca ou ramos fazem materiais para construção.

GESTÃO DO ESPAÇO E DOS RECURSOS DE ACORDO COM AS REGRAS ANTIGAS

"A gestão do espaço e dos recursos do arquipélago sempre foi feita pelo povo bijagó seguindo as regras transmitidas oralmente pelos anciães", conta Meio Dia perante a plateia atenta. "Ser bijagó significa passar pela escola do mato e a comunidade participa na gestão do território e os régulos de cada tabanca transmitem as regras aos que nelas vivem". Em algumas ilhas estabelecem-se "tabus", ou regras mais restritas, para impedir a construção de novos resorts turísticos, o crescimento da agricultura intensiva ou a sobrepesca.

"Estes países africanos estão entre os mais vulneráveis. E se não se adaptarem rapidamente muitas mais pessoas vão morrer", alerta Luísa Schmidt, uma das conferencistas e membro do conselho científico do congresso, reforçando que "a educação ambiental na escola pode ajudar na transformação". A ideia é reforçada por Anabela Carvalho, investigadora da Universidade do Minho: "Um estudo publicado na revista Science indica que o investimento na educação conduz a uma maior redução do número de mortes em situação de fenómenos extremos do que o aumento do PIB".

Mas aqui não se fala só de alterações climáticas. Investigadores, professores ou membros de organizações não governamentais assim como técnicos de entidades públicas ou até de empresas privadas apresentam os projetos que estão a desenvolver nos seus países ou em cooperação. Brígida Brito, investigadora na universidade Autónoma explica como um projeto desenvolvido junto de uma comunidade de tartarugueiros de São Tomé e Príncipe conseguiu converter o seu modo de sustento, deixando de matar tartarugas e passando a utilizar corno de cabra para fazer os artefactos que vendem a turistas.



Os participantes saltam de sala em sala em busca do que lhes parece mais interessante. Numa delas, dois técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente, Rita Fernandes e Augusto Serrano, partilham a sua experiência sobre processos de avaliação de impacte ambiental e os passos importantes a seguir. Surgem observações sobre como "é difícil demonstrar às comunidades locais a tentativa de salvaguardar valores ambientais" e de como alguns poderes políticos africanos contornam as leis para fazer passar determinados projetos.

FLAGELO DA POLUIÇÃO DE PLÁSTICO NÃO SE FICA PELO QUE É VISÍVEL

Nesta ilha, onde não há água potável, nem saneamento básico, nem tratamento e recolha adequada de lixo, um guineense fica incrédulo quando Sofia Quaresma e Paula Sobral, da Associação Portuguesa de Lixo Marinho explicam que o flagelo da poluição de plástico não se fica pelo que é visível, mas que é muito maior se pensarmos nos microplásticos ou nanoplásticos que resultam da degradação dos plásticos no mar ou das microfilmas das roupas sintéticas que lavamos.

Durante os dias do congresso não se vê muito lixo pelo chão, nem nas praias dos hotéis. Um jovem da associação ambiental local Andorinha explica que recolhem alguns lixos para diferentes fins: muitas garrafas de plástico e de vidro são reutilizadas por quem vai buscar água aos poços espalhados pelas ilhas ou por quem faz vinho ou óleo de palma, outras acabam compactuadas e transformaras em blocos para construção.

Abdulay Seca, coordenador do departamento de ecoturismo do Instituto da Biodiversidade e da Áreas protegidas (IBAP) confirma estes dados e lembra que, "apesar de no início a reciclagem das latas de Coca-Cola e afins, que eram transformadas em panelas de alumínio em Bissau, ter sido vista como uma boa solução", já perceberam que é nocivo para a saúde devido à libertação do alumínio durante a cozedura dos alimentos.



DR

Nesta troca de aprendizagens e de projetos novas ideias surgem. Janó Face Te, da associação de Jovens pela Produção do Ambiente, com sede em Bissau fica entusiasmado com a possibilidade de replicação do projeto da ONG portuguesa Educafrica, que promete levar luz elétrica a muitas aldeias que não a têm. Dirigido por Inês Rodrigues, uma professora em constante nomadismo profissional, o projeto iniciado em 2011 permite transformar uma simples garrafa de plástico numa lâmpada solar. Tudo começou há oito anos quando dava aulas de inglês a alunos dos PALOP em Portugal, numa escola técnica em que os alunos de eletricidade queriam fazer coisas práticas e úteis. Foi assim que chegaram ao protótipo que está a ser testado em oito aldeias da Guiné Bissau. "O conceito é muito simples" explica Inês, "com um pequeno painel solar, um acumulador, uma lâmpada Led e uma garrafa de água colocada num telhado de zinco, cria-se uma clarabóia que acaba por funcionar como uma lâmpada de 45 watts durante o dia, pela refração da luz, ao mesmo tempo que acumula energia e ilumina durante a noite".

Expresso

ÚLTIMAS OPINIÃO ECONOMIA EXPRESSO CURTO PODCASTS TRIBUNA 2:59 MULTIMÉDIA DOCUMENTÁRIOS

SOCIEDADE

"Para terem voz política, os jovens têm de fazê-la chegar à Assembleia da República e aplicá-la no seu dia a dia"

12.04.2019 às 16h25



Joaquim Ramos Pinto, presidente da Associação Portuguesa de Educação Ambiental
D.R.

"A crise ecológica e as migrações" são o tema em debate no 5.º Congresso Internacional de Educação Ambiental que começa domingo nos Bijagós, na Guiné Bissau, um arquipélago ameaçado pela subida do nível do mar. A propósito deste evento e na senda da greve estudantil mundial, o Expresso conversou com Joaquim Ramos Pinto sobre a importância da educação ambiental e de como os jovens devem fazer ouvir a sua voz



CARLA TOMÁS

A partir de domingo, a ilha de Bubaque, no arquipélago guineense dos Bijagós, é palco do V Congresso Internacional de Educação Ambiental da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). "A crise ecológica e as migrações" são o tema central deste encontro que junta ambientalistas, investigadores, professores e técnicos de entidades públicas e privadas dos nove Estados-membros da CPLP (Angola, Moçambique espalhadas por quatro Continentes (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) a que se junta também a Galiza, cofundadora da Rede Lusófona de Educação Ambiental.

Neste encontro "vão ser apresentados estudos sobre os impactos das alterações climáticas nas migrações" e vai-se discutir "como é que a educação ambiental pode ajudar na criação de medidas que minimizem este impactos ou ajudem as populações a adaptarem-se e prepararem-se para receber pessoas deslocadas devido à crise climática", adianta em entrevista ao Expresso Joaquim Ramos Pinto, presidente da Associação Portuguesa de Educação Ambiental, co-organizadora deste evento. A propósito deste congresso, que decorre de 14 a 18 de abril, falou-se também das dificuldades que a educação ambiental enfrenta em Portugal e de como, na senda da recente greve estudantil, os jovens devem fazer ouvir a sua voz.

Que problemas afetam a educação ambiental que é feita em Portugal, sobretudo quando falamos na que é dada nas escolas? Os professores têm a formação adequada para falar de temas como as alterações climáticas?
A educação ambiental sempre teve problemas nos projetos educativos, desde os anos 90. Integra a flexibilidade curricular e tem um espaço próprio na disciplina de Educação para a Cidadania, mas a formação dos professores nestas temáticas é um problema. Existem orientações para os professores, mas não uma formação concreta para estas áreas, que consideramos absolutamente necessária. O que acaba por acontecer nas escolas em termos de educação ambiental depende muito de um ou dois professores mais comprometidos com estas questões, sem que haja um compromisso da escola.

O Ministério da Educação não faz nada para corrigir isso?
A ASPEA tem tido conversas com o diretor-geral de Educação no sentido de resolver estas questões e há interesse da parte do Ministério. Mas, como em todo o lado, há falta de recursos humanos e de financiamento e ainda não sabemos como vamos fazer formação de professores e como vamos financiar esses custos.

Os professores estão motivados?
Há muitos professores motivados, mas que sentem dificuldade em envolver outros nas atividades escolares que propõem. Por exemplo, se um professor quiser acabar com as embalagens de plástico descartável na escola, precisa do envolvimento de toda a escola, inclusivamente que se proíba a venda de produtos embalados em plástico descartável.

A greve estudantil veio demonstrar como os jovens estão preocupados com as alterações climáticas e outros problemas ambientais. Estas manifestações permitiram ou não dar um novo impulso à educação ambiental nas escolas?
Acho que podem vir a dar. Para já criaram debate e trouxeram a consciência de que a escola tem de acompanhar o movimento. Mas se os jovens não derem uma continuidade a esse movimento, essa consciência morre. Também é importante que os jovens passem as suas preocupações para a escola, que as apresentem nas assembleias municipais e na Assembleia da República. Só assim podem ter voz e essa voz pode ser integrada em políticas. Para terem voz política, os jovens têm de fazê-la chegar à Assembleia da República e aplicá-la no seu dia a dia.

A Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020 tem tido efeitos práticos?
A ENEA veio dar um novo impulso, mas não há nenhuma entidade que faça uma avaliação do que é feito nas escolas, nas associações ambientais ou nas autarquias. Se quisermos saber quantos e que projetos de educação ambiental existem a nível nacional não conseguimos uma resposta, porque não há nenhuma entidade com informação centralizada, nem no Ministério do Ambiente. Por isso também não sabemos que impacto têm os projetos que existem na área da educação ambiental. A ENEA prevê uma avaliação do que está a ser feito, mas para isso é necessário criar um portal que centralize a informação e permita dar visibilidade a esses projetos e avaliar os impactos que têm na sociedade.

A estratégia pressupõe investimentos de €18 milhões em projetos de educação ambiental. Não há controlo sobre esses investimentos?
Existirão informações nos gabinetes e algum controlo sobre os projetos que receberam investimento mas não há visibilidade pública. A ASPEA, por exemplo, recebeu dinheiro dos programas Life e Erasmus e temos de apresentar o nosso relatório de atividades e evidências do que fazemos.

Começa este fim de semana o 5.º Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (CPLP). Conte-nos como começou a Rede Lusófona de Educação Ambiental e a ideia de fazer bianualmente um congresso dedicado ao tema.
A ideia de criar a Rede Lusófona de Educação Ambiental surgiu numas jornadas na Ericeira em 2005, ao darmos conta da falta de visibilidade dos projetos e da produção científica nesta área em Portugal e ainda mais em países como a Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé, Moçambique ou Angola. No Brasil havia maior visibilidade do trabalho desenvolvido. Percebemos que se agíssemos em rede conseguiríamos tornar mais visíveis os projetos de educação ambiental e os trabalhos científicos desenvolvidos nestes países. No ano seguinte, o Brasil acolheu o congresso ibero-americano de educação ambiental e num evento paralelo, que associava a lusofonia e a Galiza, surgiu a oportunidade de se criar o primeiro congresso lusófono de educação ambiental na Galiza em 2007. A Galiza tinha a vontade e os recursos para isso. Muitos professores fazem formação em educação ambiental em Santiago de Compostela e outros fazem lá formação em cooperação com países de África. Por estar mais próxima da CPLP, à ASPEA coube a co-organização destes eventos.

O que sublinha em termos de ganhos com esta partilha de informação e de projetos entre os países da CPLP?
Este congresso internacional de educação ambiental passou a ser o maior evento da sociedade civil da CPLP e tem o reconhecimento e apoio institucional desta organização. Todo o trabalho de preparação de cada congresso permite também mobilizar associações e comunidades locais para melhores práticas ambientais, como por exemplo a redução do uso de plásticos ou medidas de mitigação das alterações climáticas. Por exemplo agora pedimos às pessoas para levarem o seu próprio cantil ou garrafa reutilizável de modo a reduzirmos o máximo possível a produção de resíduos. Nestes congressos também surgem ideias para projetos de investigação académica que envolvem participantes de diferentes países ou novos projetos empresariais. Os congressos servem para partilharmos conhecimento.

"A crise ecológica e as migrações" são o tema central do congresso que decorre de 14 a 18 de abril em Bubaque, no arquipélago guineense dos Bijagós. O que destaca?
Vão ser apresentados estudos sobre os impactos das alterações climáticas nas migrações e vamos discutir como é que a educação ambiental pode ajudar na criação de medidas que minimizem este impactos ou ajudem as populações a adaptarem-se e prepararem-se para receber pessoas deslocadas devido à crise climática.

Falou na necessidade de os jovens fazerem ouvir a sua voz politicamente. Neste congresso vai haver um fórum infantojuvenil. Em países como a Guiné Bissau, os jovens conseguem fazer ouvir-se?
Este fórum infantojuvenil resulta de um diálogo com a UNICEF e vai contar com cerca de 20 jovens no congresso, que vão discutir e apresentar reivindicações e ter voz nas conclusões deste congresso. A Guiné Bissau tem um parlamento juvenil, constituído por crianças e jovens eleitos por diferentes regiões do país que tem assento duas vezes por ano no Parlamento guineense e apresenta propostas de lei. Em Portugal o parlamento jovem que temos é muito folclórico. A ASPEA está a tentar que em Portugal se venha a formar um parlamento juvenil mais parecido com o que existe em países como a Guiné Bissau ou São Tomé e Príncipe.

MAIS ÁFRICA E MUNDO

março 28, 2019

Lusófonos debatem ambiente e educação em Bubaque

Partilhe

Veja Comentários

Imprimir



Giuiné-Bissau acolhe quinto congresso de educação ambiental

A Guiné-Bissau acolhe o quinto congresso lusófono de educação ambiental da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, de 14 a 18 de abril próximo.

"Crise Ecológica e Migração" é o tema do evento que terá lugar em Bubaque e no qual participam ministros dos países da expressão portuguesa e Galiza.

A ideia é fazer um diagnóstico e dar respostas a questões dominantes da educação ambiental.

A Guiné-Bissau tem 26 por cento do seu território destinado a áreas protegidas, que, segundo ambientalistas, estão ameaçadas pelo fenómeno da migração e das mudanças climáticas.

"As ilhas Bijagós estão cheias de pescadores clandestinos e emigrantes, que violam as regras, quando é assim, o nosso país com fracos meios de fiscalização está sujeito a tudo", observou o engenheiro ambientalista, Quintino Tchantchalam.

Pela primeira vez, o Governo guineense assume a organização de um evento internacional em matéria ambiental.

Por: Adão Remalho

apambiente.pt

Rua da Murgueira, 9
Bairro Zambujal
Alfragide
2610-124 Amadora
geral@apambiente.pt

AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE